

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, INICIADA NO DIA 16 DE SETEMBRO E CONTINUADA NO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2003.** -----

----- **ACTA NÚMERO TRINTA E SEIS** -----

----- No dia 23 de Setembro de 2003, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência do seu Presidente efectivo, Excelentíssimo Senhor António Modesto Fernandes Navarro, coadjuvado pelo Excelentíssimo Senhor José Manuel Rosa do Egípto e pela Excelentíssima Senhora Dona Maria Virgínia Laranjeiro Estorninho, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Abílio Martins Ferreira, Álvaro António de Vasconcelos, Álvaro Manuel Ferreira Costa Flor, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Conceição Gonçalves, Ana Maria Lopes Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, Aníbal Jorge Dias, António Augusto Pereira, António da Conceição Tavares, António Joaquim Costa Cunha, António José Amaral Ferreira de Lemos, António Manuel Dias Baptista, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António da Silva, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho, Artur Santos Madeira, Bruno Filipe Esteves Medina Rolo, Carlos Alberto de Carvalho Alves Correia, Carlos Alberto Rodrigues dos Santos, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Rua de Castro, Domingos Alves Pires, Diana Sofia Almeida Barroso Soares, Fernando Luís Magalhães Silva, Fernando Manuel Dionísio Saraiva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Fernando Pinto Trindade, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Carlos Santos Pessoa Costa, João Jofre da Fonseca Costa, Joaquim António de Oliveira, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim José Miranda Sarmiento, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Jorge Manuel Rocha Ferreira, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Gonçalves Levita, José Luís Teixeira Ferreira, José Manuel Cal Gonçalves, José Maria Valente, José Rui Roque, Lourenço Ramos Bernardino, Luís Ângelo da Silva Campos, Manuel Albino Rodrigues, Manuel Fernando Dias de Almeida, Manuel Nuno da Costa Estorninho, Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria de Lurdes Teixeira Queiroz, Maria Eulália Gomes Frazão, Maria Graça Barata Niny Mexia, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Martinho José Baptista, Nelson Pinto Antunes, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Paulo Manuel Bernardes Moreira, Pedro Manuel Portugal Botelho Gaspar, Pedro Manuel Bastos Rodrigues Soares, Ramiro Nelson Cardoso Silva, Rodolfo José Caseiro, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Manuel Pessanha da Silva, Rui Paulo Silva Soeiro Figueiredo, Rui Pereira Caeiro, Sérgio Lipari Garcia Pinto, Valdemar António

Fernandes de Abreu Salgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, António Manuel Pimenta Prôa, António Manuel Passos Rapoula, Maria Cândida Rio Freitas Cavaleiro Madeira, Levi Marques dos Santos, Luís Branco da Silva, João Gordo Martins, Sérgio Rui Lopes Cintra, Rui Manuel Santos Matos Alves, José Dimas Bernardes Salsinha, João Manuel Sousa Santos Reis, Jorge Paulo Napoleão Garcia Inácio, Maria Carolina Tito Morais Pereira Oliveira, Eduardo Manuel Vieira Pereira Marques, Jaime Salomão Alves, Domingos das Dores Rosa Estanislau. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- António Alfredo Delgado Silva Preto, António José Borges Gonçalves de Carvalho, António Sérgio Vaz Rei Manso Pinheiro, João Pedro Saldanha Serra, José das Neves Godinho, José Manuel Afonso Possidónio, Orlando Bento Antunes Claro, Ricardo Posser de Andrade Chaves, Rodrigo Maria Santos Mello Gonçalves e Nelson Miguel Rodrigues Coelho.-----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Álvaro Barreto (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Levi Marques dos Santos. -----

----- Jorge Bacelar Gouveia (PSD), por um dia, sendo substituído pelo Deputado Municipal José Dimas Bernardes Salsinha. -----

----- Rui Gomes da Silva (PSD), por um dia, sendo substituído pelo Deputado Municipal Luís Branco da Silva. -----

----- Francisco José Fernandes Martins (PSD), por 1 dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Nelson Miguel Rodrigues Coelho. -----

----- Nuno Baltazar Mendes (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Jorge Napoleão. -----

----- Maria Luísa Sabino (PS), por um dia, sendo substituída pelo Deputado Municipal João Santos Reis.-----

----- José Miguel Nunes Anacoreta Correia (CDS/PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Passos Rapoula. -----

----- Isabel Castro (PEV), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal João Gordo Martins. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Juntas de Freguesia: -----

----- Alberto Bento (PS), Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, por Sérgio Rui Lopes Cintra. -----

----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Manuel Santos Matos Alves. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião informando que era a segunda da Sessão Ordinária iniciada no passado dia 16 de Setembro. -----

----- **CONTINUAÇÃO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **O Senhor Presidente** começou por informar que, em Conferência de Líderes, foi apresentado pelo PSD, e subscrito por todas as forças políticas, um voto de pesar tendo ficado assente que a sua votação seria feita no início desta reunião. -----

----- Informou, também, que o ponto referente à intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que foi aberto e suspenso na reunião anterior, deveria ser o primeiro ponto da presente reunião. No entanto, em Conferência de Líderes houve a informação de que o Sr. Presidente da Câmara teria ido em representação externa do Município, prevendo-se a sua chegada à Assembleia por volta das 16 horas. -----

----- Esse assunto foi profundamente discutido na Conferência e a decisão tomada foi a de suspender esse ponto e aguardar a chegada do Sr. Presidente da Câmara, começando-se os trabalhos pelo ponto 12 do aditamento entregue na reunião da semana anterior. -----

----- Seguidamente, procedeu à leitura do seguinte voto de pesar: -----

----- **VOTO DE PESAR** -----

----- “Vítima de doença prolongada, faleceu no dia 13 do corrente mês de Setembro, quase a completar 56 anos de idade (nasceu em 8 de Outubro de 1947), o jogador de futebol Vítor Manuel Afonso Damas de Oliveira, mais conhecido por Vítor Damas ou mesmo apenas Damas. -----

----- Dos primeiros pontapés na bola, provavelmente de trapo, no então jardim do Largo do Leão, na Freguesia de São Jorge de Arroios, à situação de campeão nacional, das categorias jovens e ao mais alto nível, chegando à selecção nacional, Vítor Damas foi um desportista e um homem ímpar. -----

----- Na sua longa carreira de guarda-redes de grande nível, Vítor Damas representou o Sporting durante 14 anos, tendo ainda defendido a baliza de clubes como o Vitória de Guimarães, Portimonense e o Racing de Santander, de Espanha, que, tal como o Sporting, também lhe prestou a última homenagem. -----

----- Envergou a camisola do Sporting por 721 vezes, o que constitui um recorde em termos de clube; foi 29 vezes internacional por Portugal, tendo tido maior relevo defender a baliza da selecção no mundial do México. -----

----- Duas vezes campeão de Portugal e três vezes vencedor da Taça de Portugal, Vítor Damas não conseguiu, desta vez, vencer a doença que o atormentava. -----

----- Aos 55 anos partiu. Deixa na memória colectiva uma carreira fulgurante que um dia originou uma inusitada comparação com Eusébio, não fosse ele guarda-redes. O País homenageou uma figura emblemática não só do Sporting mas do Desporto Nacional. -----

----- Torna-se, por isso, obrigatório distinguir a figura de Vítor Damas. -----

----- Pelo que, a Assembleia Municipal de Lisboa, hoje reunida, delibera: -----

----- 1. Apresentar as suas condolências à família enlutada; -----

----- 2. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa a atribuição do nome de Vítor Damas a uma das artérias da nossa cidade, se possível na zona do Estádio de Alvalade, onde passou a quase totalidade da sua vida e onde granjeou os maiores êxitos.” -----

----- Finda a leitura, submeteu-o à votação tendo a Assembleia deliberado aprová-lo, por unanimidade. -----

----- Depois, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória do aludido desportista. -----

----- **PONTO 12 – BALANÇO DA ABERTURA DO ANO LECTIVO 2003/2004 – INFORMAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO** -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto, leu a informação que a seguir se transcreve. -----

----- “A Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto da Assembleia Municipal de Lisboa reunida no passado dia 21 de Julho decidiu solicitar à Mesa da Assembleia Municipal e à Conferência de Líderes o agendamento em Plenário do seguinte ponto para a Ordem de Trabalho: -----

----- *Balanço da abertura do Ano Lectivo 2003/2004* -----

----- A Comissão Permanente entende que a Assembleia Municipal de Lisboa deve dar uma atenção especial às questões ligadas à Educação na Cidade de Lisboa. Como “Parlamento da Cidade” a Assembleia Municipal deve estar devidamente informada sobre todos os novos desafios que se apresentam nesta área e deve ser o pólo dinamizador da discussão política em redor destas questões. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa deve ela própria promover o debate e a troca de ideias fundamentadas: -----

----- nas transformações verificadas recentemente e nas que se encontram perspectivadas para um futuro próximo resultado de diversos factores como sejam as alterações à legislação, as novas competências dos Municípios e as alterações demográficas verificadas na cidade; -----

----- no elevado número de pedidos de audiência e solicitações que chegam à Comissão Permanente e ao Plenário da Assembleia de questões relacionadas com esta área; -----

----- na importância estratégica da Educação para um desenvolvimento harmonioso da cidade. -----

----- Como metodologia de discussão a Comissão Permanente propõe: -----

----- 1. – Breve apresentação do ponto pelo Presidente da Comissão Permanente de Educação, Juventude e Desporto; -----

----- 2. – Intervenção da Câmara Municipal de Lisboa; -----

----- 3. – Debate aberto à intervenção dos diversos Deputados Municipais. -----

----- De entre as várias preocupações a Comissão Permanente destaca: -----

----- Encerramento de várias Escolas do 1º Círculo do Ensino Básico; -----

----- Ordenamento da Rede Escolar da cidade; -----

----- Processo de constituição de Agrupamentos Escolares; -----

----- Criação do Conselho Municipal de Educação; -----

----- Carta Educativa da Cidade; -----

----- Acção Social Escolar; -----

-----Projectos Educativos a desenvolver pela Câmara Municipal de Lisboa em 2003/2004; -----
----- Segurança e Requalificação dos Espaços Escolares.” -----
----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, no uso da palavra, começou por dizer que era extremamente importante a Assembleia Municipal debruçar-se sobre as questões da educação na Cidade de Lisboa. -----
-----Essa era uma prioridade para o actual Executivo, que, quando se candidatou, fez questão de o dizer. -----
----- Infelizmente, aquilo que encontrou na Cidade de Lisboa foi algo de que não se poderia honrar e, embora não quisesse deitar tudo abaixo, até porque muita coisa foi feita, muita coisa foi também encontrada por fazer. -----
----- Sendo as crianças o futuro da cidade, era uma prioridade investir no futuro das crianças. -----
----- A Comissão de Educação elaborou uma convocatória, onde se propunha discutir vários temas da educação na Cidade de Lisboa, nomeadamente queriam discutir o balanço da abertura do ano lectivo e queriam informações, com toda a legitimidade, visto a Assembleia Municipal ser o órgão fiscalizador da Câmara Municipal. -----
----- Os pontos que se propuseram discutir na presente reunião tinham exactamente a ver com questões a ser neste momento alvo de reestruturação por parte da nova legislação e por parte até de novas competências que eventualmente os Municípios poderão ter que assumir na área da educação. -----
----- Uma das prioridades do actual Executivo passava pela requalificação do parque escolar e não queria elencar números sobre uma comissão de vistoria que teve de ser nomeada após a queda de uma sala na Escola 6, na Rua Pereira de Sousa, em Campo de Ourique, mas os resultados a que se chegou depois de vistoriar mais de 30 escolas consideradas debilitadas foram desastrosos para o Concelho de Lisboa. -----
----- Não se pôde de imediato lançar mão às obras de recuperação em todas essas escolas, porque tudo isso carece de procedimentos legais estabelecidos em termos de concursos, em termos de lançamento de obra e em termos de orçamento, não estando preparados, em termos de orçamento do ano corrente, para se proceder à recuperação e à requalificação de todo o parque escolar. -----
----- No entanto, sendo a requalificação do parque escolar uma prioridade do Executivo, este propõe-se nos anos mais próximos, não no final do actual mandato mas talvez no próximo, ter o parque escolar de Lisboa completamente requalificado e já a obedecer à nova Carta Educativa. -----
----- A Câmara Municipal de Lisboa, sendo um parceiro privilegiado na concretização da política educativa em termos do Ministério da Educação, não poderia alhear-se das questões de âmbito nacional e, não estando numa atitude de subserviência em relação ao Poder Central, queria ouvir todos os intervenientes nessas grandes discussões. -----
----- Relativamente ao primeiro ponto que foi colocado pela Comissão de Educação, sobre o encerramento de algumas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, disse que, fruto de alguns problemas encontrados em algumas escolas, no último ano lectivo foi encerrada a Escola n.º 3, na Junta de Freguesia de São Paulo, a Escola n.º 5 na Junta

de Freguesia de Santiago, a Escola n.º 13 na Junta de Freguesia de Campolide, a Escola n.º 61 em Santa Maria de Belém, a Escola n.º 74 em São Mamede, a Escola n.º 96 em Campolide, as Escolas n.º 132 e n.º 11 na Lapa, a Escola n.º 161 no Lumiar, a Escola n.º 169 nos Prazeres, a Escola n.º 189 na Junta de Freguesia de São João, a Escola n.º 149 na Junta de Freguesia de Santo Estêvão e a 203 na Junta de Freguesia de São Domingos de Benfca. -----

----- Os motivos que levaram a efectuar esses encerramentos foram o número reduzido de alunos, algumas das escolas não tinham espaço condigno ou qualquer tipo de espaço para se poder servir uma refeição às crianças, não havia possibilidade de alargar a rede de ATL, uma prioridade do actual Executivo. -----

----- Quando o actual Executivo chegou à Câmara, isso era mais da Acção Social mas de qualquer forma era um complemento em termos da educação das crianças da cidade, as crianças estavam apenas cobertas em cerca de 40% com ocupação de tempos livres e conseguiu-se alargar, através da Acção Social num esforço conjunto com a Educação, para cerca de 70%, sendo o ideal uma cobertura de 100% em termos de tempos livres para as crianças da Cidade de Lisboa. -----

----- Outras dessas escolas não tinham espaço condigno para as crianças poderem brincar e tinham instalações completamente deficitárias, fazendo todas essas circunstâncias com que se procedesse ao encerramento das mesmas. -----

----- Sendo uma das questões pertinentes normalmente colocadas a de saber o que fazer desses espaços, disse não haver qualquer interesse imobiliário relativamente a esses espaços e o que estava pensado era que, se se viesse a justificar no futuro, todas essas freguesias seriam contempladas com espaços no caso da cidade rejuvenescer e vir a haver novamente população jovem que justificasse a reabertura dessas escolas. --

----- Subjacente ao encerramento das escolas estiveram apenas motivos ligados com a segurança e falta de condições e não quaisquer interesses imobiliários para ocupação desses espaços. -----

----- Em termos do ordenamento da rede escolar, recordou que em 1996 foi elaborada a Carta Educativa da Cidade de Lisboa, permitindo dar prioridade à construção, adaptação, remodelação e também encerramento de alguns edifícios escolares. A opção do actual executivo foi por um ensino de qualidade, pelo que previa ter as 93 escolas do 1º ciclo do ensino básico da Cidade de Lisboa a obedecer, dentro de alguns anos, a todas as condições sugeridas pela Carta Educativa da Cidade de Lisboa. -----

----- Relativamente às escolas concluídas no actual mandato, foi concluída a Escola Ressano Garcia, a Escola do Alto da Faia, a Escola do Vale de Alcântara, a Escola da Musgueira-Norte, a Escola n.º 34, e a da Musgueira-Sul, Escola n.º 37. -----

----- Foram também concluídos os jardins-de-infância do Bairro da Horta Nova e o jardim-de-infância anexo à Escola n.º 181, estando em fase de conclusão o jardim-de-infância da Ameixoeira, o do Bairro Padre Cruz e o do Rêgo. -----

----- Estavam perspectivadas para 2004/2005 a nova escola da Quinta da Bela-Flor, a recuperação da Escola n.º 12 da Rua da Rosa e a Escola n.º 88 na Rua Fresca. -----

----- Para o ano lectivo 2005/2006 pretende-se ter concluída a Escola n.º 205 de Benfica, a escola e o jardim-de-infância do Bairro do Armador e o jardim-de-infância das Galinheiras. -----

----- Relativamente à questão dos agrupamentos escolares, podendo ser verticais ou horizontais, uma questão discutível, a opção em termos do Ministério da Educação tem sido privilegiar os agrupamentos verticais, destinados a proporcionar uma visão integradora das crianças, de qualquer Município, desde o jardim infantil até ao último ciclo de ensino, antes da entrada na universidade. -----

----- Não seria uma questão pacífica em termos de alguns poderes que se instalaram, visto ser complicado existir uma escola-mãe que pudesse dirigir todas as outras escolas, pelo que teria de se gerir de forma equitativa, em que todos pudessem ser parceiros na gestão desses agrupamentos verticais. -----

----- Disse que dos 28 agrupamentos verticais previstos para a Cidade de Lisboa, conseguiram-se apenas criar seis até ao início do ano lectivo, que foram aprovados em reunião de Câmara no dia 17 de Setembro: o agrupamento de Telheiras 1, o agrupamento da Paula Vicente, o da Patrício Prazeres, das Olaias, da Prof. Lindley Cintra e da Fernando Pessoa. -----

----- Outra questão que a Comissão queria ver abordada era o Conselho Municipal de Educação. O Decreto-Lei 7/2003 de 15 de Janeiro previa a criação do Conselho Municipal de Educação, estando a ser objecto de reflexão por parte das várias entidades que dele fazem parte. -----

----- Disse que a Câmara Municipal de Lisboa tem tido um papel muito interventivo na criação dos conselhos municipais de educação, tendo sido elaboradas várias propostas por parte dos serviços, concretamente por parte da Directora do Departamento de Educação, que pretendiam propor algumas alterações fundamentais a essa nova legislação que foi implementada. -----

----- A primeira questão que se levantava era o contexto nacional do documento, sendo que alguns municípios entendiam que esse contexto não olhava muito às características próprias de cada um dos Municípios e isso foi alvo de discussão, tendo sido sugeridas algumas alterações que foram enviadas para os respectivos Ministérios, para a tutela. -----

----- Relativamente à Carta Educativa, disse estar em curso a sua revisão, a que estava em vigor era a de 1996. -----

----- Relativamente à acção social escolar, disse que a Câmara tem participado em termos de alimentação, dos manuais escolares e dos transportes escolares. Nas refeições era apenas participado o escalão A, estando-se neste momento, por força da opção tomada e por a legislação não permitir que empresas sem a devida credenciação continuassem a servir refeições, a lançar concursos para o serviço de refeições, e a pensar alargar as refeições grátis aos alunos do escalão B já no presente ano. -----

----- Informou que iriam ser contratados monitores para poderem acompanhar as crianças durante as suas refeições nos estabelecimentos escolares, um monitor para 15

crianças de jardim-de-infância e um outro monitor para 30 alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico. -----

----- Sobre os projectos educativos, referiu-se a um lançado no ano anterior e já alargado a 20 Juntas de Freguesia, o BrincAgosto, com o objectivo de integrar e tirar da rua as crianças das zonas mais problemáticas da Cidade de Lisboa. -----

----- Por outro lado, foi lançado um projecto ao abrigo do mecenato, Mão-à-Obra, tendo-se conseguido recuperar 9 recreios que estavam completamente degradados, sem que isso acarretasse qualquer encargo financeiro para a Autarquia, estando mais um recreio em obra e 3 adjudicados. -----

----- Foi também implementado o Playgim em todas as escolas, sendo que as professoras acompanhavam as crianças na prática de algumas aulas de educação física, mas a Câmara implementou a educação física em todas as escolas da Cidade de Lisboa com professores da especialidade. A avaliação feita em todas as escolas por parte dos alunos, relativamente ao ano anterior, foi de muito bom. -----

----- Lançou-se também o Programa Musicalix, com duas horas por semana e professores da área, abrangendo actualmente 4.195 alunos, distribuídos por 215 turmas; as Oficinas de Teatro, duas horas por semana, com 1.813 alunos divididos por 103 turmas; manteve-se a Infância em Movimento nos jardins-de-infância, com 1.019 alunos divididos por 49 turmas. -----

----- Lançou-se ainda algo considerado muito importante para as crianças, que foram os rastreios oftalmológicos, por ser muito importante fazer despiste de alguns problemas que pudessem levar ao insucesso escolar das crianças da cidade. Começou-se pelos rastreios oftalmológicos, em parceria com os rotários, estando-se a elaborar um protocolo com o Ministério da Educação e com a Administração Regional de Saúde no sentido de alargar esse rastreio a todas as crianças da Cidade de Lisboa do 1º Ciclo do Ensino Básico. Ao abrigo desse protocolo, a Câmara também se propunha participar na aquisição de óculos para as crianças mais carenciadas da Cidade de Lisboa e que deles necessitassem, além de participar noutras situações. -----

----- Em termos da segurança e requalificação do parque escolar, procedeu-se à inspecção e substituição de todos os extintores das escolas da cidade, foram colocados novos meios de segurança suplementar e inspeccionadas todas as saídas de emergência das escolas. Foi com base nos relatórios das vistorias que tiveram que ser encerrados alguns espaços, por não oferecerem condições de segurança. -----

----- Promoveram-se acções de formação para elaboração dos planos de evacuação e emergência, em parceria com a Protecção Civil. -----

----- Verificaram-se todos os equipamentos desportivos do parque escolar, substituindo ou renovando aqueles que não se encontravam em condições. -----

----- Adjudicou-se o fornecimento de 15 parques infantis, através do Projecto Mão-à-Obra. -----

----- Relativamente às escolas que tiveram de ser encerradas, disse possuir gráficos, que depois faria distribuir, que eram significativos em termos do número de crianças a frequentar o 1º Ciclo do Ensino Básico. Entre 1995 e 1997 frequentavam o 1º Ciclo do Ensino Básico 17.381 alunos, o decréscimo foi-se acentuando, estando-se

actualmente com apenas 15.391 alunos, o que demonstrava a necessidade de um reajustamento do parque escolar na Cidade de Lisboa. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra, disse que a Comissão Permanente de Educação foi várias vezes contactada por escolas, sindicatos, associações de pais, levantando algumas questões sobre a educação, dúvidas, críticas, etc. e daí que no início de mais um ano lectivo se justificasse plenamente que o órgão representativo da Cidade de Lisboa se debruçasse sobre essas matéria. Como cidadãos empenhados, justificava-se uma reflexão sobre a educação. --

----- No seu entender, essas questões não deviam apenas ficar presas a aspectos da Cidade de Lisboa, por haver questões de política nacional e, como tal, deviam ser também objecto de debate e reflexão, para eventualmente se dar alguns contributos. --

----- A preocupação com a qualidade de vida dos cidadãos implicava também que se questionassem aspectos mais genéricos da educação, como, por exemplo, os custos por família com manuais escolares, uma cíclica dor de cabeça para numerosas famílias, sobretudo as mais carenciadas. -----

----- Por outro lado, que se questionasse os apoios e complementos educativos. A Constituição e a Lei de Bases da Educação consagram o direito à educação como fundamental, mas a igualdade de oportunidades, quer no acesso, quer no sucesso escolar, exigiria uma complexa rede de apoios sociais e educativos que discriminassem positivamente as crianças e os jovens e que promovessem o acesso à escola, independentemente da origem sócio-económica e sócio-cultural das crianças e dos jovens, situação que a escola pública nem sempre tem oferecido. -----

----- Falar-se e pensar-se na educação implicaria questionar-se o encerramento em Lisboa de escolas e/ou cursos a outros níveis. No respeitante às escolas, não se questionava o encerramento de escolas com problemas estruturais, mas já seria questionável o encerramento de escolas com ensino recorrente, negando-se assim a possibilidade de centenas de trabalhadores poderem ter acesso ao que se convencionou chamar segunda oportunidade de educação, com manifestos prejuízos para o País, atendendo ao fraco nível de formação em geral, profissional e/ou formação especializada. -----

----- Questionável era também o encerramento de escolas com experiências de sucesso no domínio da aprendizagem do Português para trabalhadores estrangeiros, atrasando ou comprometendo mesmo a possibilidade de integração mais rápida e mais eficaz numa cidade com uma valência multiétnica e multicultural acentuada. -----

----- Disse que a formação permanente e a formação recorrente eram uma necessidade fundamental e também um meio para o País vencer a iliteracia e alcançar níveis de qualificação elevados. -----

----- Relativamente ao encerramento de escolas do 1º Ciclo por reduzido número de alunos, não questionando essa situação, disse que devia ser discutida com todos os parceiros educativos empenhados e interrogou sobre o que seria uma escola razoável em número de alunos. Essa questão devia ser discutida, visto as escolas virem a perder população escolar, mas também seria a altura de tornar as escolas mais humanas e,

portanto, perdendo população escolar, a solução não devia ser pura e simplesmente o encerramento. -----

----- Referiu que a Constituição da República proclama o direito à educação, incumbindo expressamente o Estado de o concretizar, designadamente através de uma rede pública que proporcione um ensino de qualidade e cobrindo as necessidades de toda a população. Por isso, seria fundamental a defesa e o aperfeiçoamento de uma escola pública democratizada e de qualidade, sendo que vencer os atrasos na educação, ensino e formação continuava a ser uma das grandes prioridades nacionais e daí que se justificasse, em termos nacionais, um esforço financeiro em relação à educação para revalorizar a acção educativa. -----

----- Relativamente à intervenção da Sra. Vereadora, de que em Lisboa seria necessário maior investimento na educação, disse que era altura de exigir junto do Governo orçamentos para a educação que efectivamente cobrissem as necessidades na Cidade de Lisboa. -----

----- Quanto aos agrupamentos, independentemente de uma melhor discussão, disse que a sua preocupação eram os agrupamentos verticais, por entender ser negativa a constituição de agrupamentos desde o pré-escolar até ao ensino secundário. De qualquer forma, tendo a Assembleia Municipal aprovado uma moção a indicar que, na constituição dos agrupamentos, a primeira prioridade seria ouvir toda a comunidade educativa envolvente, se a comunidade educativa estivesse de acordo o PCP não teria nada a opor. -----

----- A terminar, informou que o Grupo Parlamentar do PCP iria entregar à Mesa uma recomendação sobre essas questões. -----

----- **O Deputado Municipal João Pinheiro (PS)**, no uso da palavra, começou por saudar todos os presentes, com particular destaque para a Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, que se disponibilizou a prestar esclarecimentos. -----

----- Disse, depois, que a iniciativa da Comissão foi extremamente oportuna, por nunca ser demais questionar, debater e reflectir sobre a educação, principalmente num momento em que o País estaria a demonstrar indícios de alguma preocupação e de algum cepticismo quanto ao futuro, e falando-se de futuro falava-se de educação, a base da sua preparação. Investindo na educação, definindo, planeando, identificando objectivos e concretizando medidas para os atingir, estar-se-ia a preparar o futuro. -----

----- Nesse sentido, restringindo a abordagem à política educativa para a Cidade de Lisboa e comentando a intervenção da Sra. Vereadora, disse que nem o legado do anterior mandato seria tão cáustico, nem o tempo do actual mandato permitiria augurar um bom futuro para os lisboetas e para a comunidade educativa. Os esclarecimentos prestados pela Sra. Vereadora continham algumas medidas importantes, mas que não conseguiam descolar de um certo casuísmo na sua apreciação, não se vislumbrando nenhum programa estruturante, nada de consistente que pudesse alterar em definitivo as coisas, notando-se uma linha de continuidade sem quebras relativamente ao que foi feito no mandato anterior e, nalguns aspectos, evidenciando até o abandono de determinadas medidas. -----

----- Solicitou à Sra. Vereadora um esclarecimento sobre a requalificação do parque escolar, uma vez que, a propósito da última discussão no Plenário sobre uma proposta de revisão orçamental, houve oportunidade de referir que não parecia suficientemente dotado o objectivo de proceder à requalificação urgente do parque escolar e considerando bem vinda a iniciativa de mecenato, agregando determinadas iniciativas privadas à recuperação do parque escolar, não seria suficiente, porque a Sra. Vereadora, em reunião com a Comissão, teve ocasião também de frisar que o estado do parque escolar era preocupante e precisava de uma intervenção urgente e de fundo. A questão que deixava era se as nove iniciativas referidas pela Sra. Vereadora, concretizadas em parceria com o mecenato, seriam suficientes para alterar o estado de coisas. -----

----- Perguntou quantas obras estariam previstas até ao final do ano, qual a percentagem de alteração do estado de coisas e se as dotações orçamentais existentes para concretizar o programa seriam suficientes. -----

----- Por outro lado, referindo o casuísmo da intervenção do Pelouro da Educação, questionou quais seriam os mecanismos de articulação estabelecidos entre o Ministério da Educação e o Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa no respeitante ao encerramento de estabelecimentos escolares. Pelos casos apresentados na Assembleia Municipal, houve oportunidade de ver que eram processos dolorosos, apanhando as comunidades educativas desprevenidas e gerando sempre controvérsia, afectando as populações, os pais, as crianças, os professores, e, portanto, se se revelassem necessários, deviam ser sempre precedidos de alguma preparação, de algum estudo sobre alternativas e sobre efeitos tendentes a minorar o choque provocado pelo encerramento de uma escola. Assim, perguntou à Sra. Vereadora se tinha conhecimento de futuros encerramentos de estabelecimentos escolares e se estariam equacionadas medidas nesse âmbito, ou se seria confrontada como a opinião pública, a partir do momento em que fossem determinados pelo Ministério da Educação. -----

----- Ainda no âmbito da articulação de políticas, não só com o Ministério da Educação, mas com Juntas, clubes e colectividades, perguntou se existiria algum programa de aproveitamento e dinamização do espaço escolar a iniciativas extracurriculares, e se a escola, contendo infra-estruturas para a prática desportiva, para actividade cultural e outras em termos recreativos estaria preparada, e se a Autarquia de Lisboa promovia essa preparação e essa abertura à comunidade em geral e o aproveitamento pleno dos investimentos aí feitos. -----

----- Relativamente aos esclarecimentos prestados sobre os agrupamentos verticais, perguntou quais os critérios utilizados para a sua constituição e as razões de apenas terem sido constituídos aqueles referidos pela Sra. Vereadora, num plano inicial de mais de 20. -----

----- Quanto ao anunciado esforço de universalização dos equipamentos informáticos a todas as escolas da rede básica, um esforço recentemente anunciado com vigor e empenho pelo Senhor Primeiro-Ministro, perguntou se a Autarquia já estaria a coordenar com o Ministério da Educação a efectivação desse esforço. Em que anos

essa iniciativa poderia ser concretizada em Lisboa, em termos da dotação de cada sala de aula, o que no plano das intenções seria uma medida extremamente positiva e tendente a amenizar eventuais distorções existentes na competitividade relativamente a outros parceiros da União Europeia. -----

----- Uma última questão, não de apreciação do mérito da actividade do Pelouro da Educação na Cidade de Lisboa, mas preocupada com a Cidade de Lisboa, era saber que iniciativas estariam previstas no Pelouro da Educação para a divulgação da história da Cidade de Lisboa, das suas valências culturais, arquitectónicas e de todo o seu acervo patrimonial junto da comunidade educativa. Se haveria algum esforço desenvolvido pela Autarquia de Lisboa para divulgar a cidade junto das crianças, dos lisboetas mais jovens, quando inseridos no seu meio escolar. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Soares (BE)**, no uso da palavra, começou por saudar a iniciativa do Presidente da Comissão relativamente à proposta para debate da matéria na Assembleia Municipal, bem como agradecer os esclarecimentos prestados pela Sra. Vereadora -----

----- Mas estando de acordo com o essencial da recomendação proposta na Assembleia e com várias questões já abordadas por colegas em intervenções anteriores relativamente aos 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico, não poderia deixar de referir que no ponto de vista da sua bancada a educação era uma matéria transversal, não devendo preocupar apenas ao Pelouro da Educação. Por isso, parecia redutor resumir-se o debate sobre as questões da educação a um balanço da gestão quotidiana das obras, ou de uma ou outra iniciativa relativamente a escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico. Seria necessário um pouco mais de ambição na educação. -----

----- Dirigindo-se à Sra. Vereadora, referiu que o seu balanço fora demasiado cinzento para as necessidades e para a importância da educação no Município de Lisboa. -----

----- Disse que falta de ambição e de alguma exigência era a ideia de que em alguns anos estariam as escolas do ensino básico em Lisboa de acordo com o que as normas e a lei estipulassem. O Bloco de Esquerda estava disposto a equacionar a possibilidade de se adiar um outro projecto para a cidade em favor de, a curtíssimo prazo, haver as condições físicas nas escolas aos mais altos graus de exigência para as crianças e a esse nível seria fundamental que a Câmara apresentasse um estudo da geografia do insucesso escolar na Cidade de Lisboa. -----

----- Preocupava-o em particular o facto do insucesso escolar no 1º e 2º Ciclos não ser o mesmo em todas as áreas de Lisboa, porque o processo de segregação e degradação que os bairros sociais vieram a sofrer nos últimos tempos afectaram necessariamente as crianças, a educação e o futuro dos jovens. -----

----- Por outro lado, ao nível do ensino universitário, Lisboa estava cada vez menos a ser o centro do País, sofrendo a concorrência benéfica de outras cidades do País com ensino universitário. No entanto, Lisboa devia preocupar-se com o facto de, por exemplo, a oferta de residências universitárias ser amplamente deficitária em relação às necessidades, havendo estudantes a quererem candidatar-se aos cursos ministrados pelas universidades de Lisboa e a não o fazerem, optando por outras alternativas, por não terem oferta de residências universitárias. -----

----- Seria fundamental que a Câmara Municipal avançasse com projectos de aumento rápido da oferta de residências universitárias na cidade, uma vez que Lisboa devia começar a olhar para os seus problemas, não se resumindo aos limites urbanos da cidade. Sendo uma capital europeia e estando inserida num amplo espaço económico, cultural, demográfico, Lisboa devia criar as condições para que pudesse proporcionar os mais elevados níveis de competências técnicas, culturais, etc., ao nível europeu e não seria de modo algum equacionável que houvesse qualquer atitude negligente em relação a essa questão. -----

----- Referiu que a abertura do ano escolar vinha a ser marcada sobretudo pelo encerramento de várias escolas na cidade e a percepção da sua bancada era de que, havendo encerramentos plausíveis, haveria também encerramentos equacionados apenas por critérios meramente economicistas, pelo que estava de acordo com referências feitas por outros colegas anteriormente, de que o encerramento de escolas, mesmo a outros níveis que não apenas o 1º e 2º Ciclos, não tinham em conta a necessidade e dificuldades de alguns sectores da população, não parecendo líquido equacionar o encerramento de escolas apenas como um mero saldo entre deve e haver.

----- A acabar solicitou à Sra. Vereadora que explicasse melhor os critérios para encerramento das escolas e que tomasse uma posição clara sobre o encerramento de escolas, ao nível do secundário, na cidade. -----

----- **O Deputado Municipal David Castro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Charneca, no uso da palavra, disse que tinha algumas preocupações agendadas para a informação escrita do Sr. Presidente, mas tendo-se proporcionado a discussão da educação no Concelho de Lisboa, passaria a colocar três ou quatro questões que não deveriam acontecer em relação à educação: -----

----- Das três escolas primárias da Freguesia da Charneca, apenas uma abriu, porque tanto a n.º 185 como a n.º 77 ainda não abriram para o início do ano escolar. -----

----- Em relação à Escola n.º 185, dadas as obras de remodelação a ser executadas, poderia haver alguma compreensão, embora considerasse que com as obras projectadas mais cedo a escola teria podido abrir na data anunciada para o início do ano escolar. Segundo informações do empreiteiro, talvez nem no final do mês a escola pudesse abrir, criando problemas não só aos pais das crianças, como em relação aos próprios alunos, cerca de 400. -----

----- Em relação à Escola n.º 77, julgando a Junta de Freguesia que estava praticamente pronta, era de lamentar que a Directora da Escola tivesse marcado uma reunião com a Junta de Freguesia para fazer a limpeza tendo em vista o início do ano escolar, sendo a Junta confrontada com a falta de luz e tendo que levar um gerador para poder fazer a limpeza da escola. Mais grave ainda era o facto de só agora o empreiteiro estar a arranjar o passeio em frente à escola, impedindo alunos e professores de a poderem utilizar. -----

----- Alertou para o facto de existirem três escolas primárias na freguesia e apenas uma do ensino secundário, a Escola Pintor Almada Negreiros, e apesar de ser um problema a concertar com o Ministério da Educação, seria necessário arrancar com uma nova escola primária na zona, dada a densidade populacional. -----

----- Relativamente a questões de segurança, disse que houve uma reunião com o comissário da esquadra do local, na própria Escola n.º 77, onde se abordaram as questões de segurança nas escolas, tendo sido transmitido pelo comissário que não tinha meios para poder fazer uma vigilância mais apertada às escolas da freguesia. Foram feitos vários ofícios para o Sr. Presidente da Câmara, para o Sr. Ministro da Administração Interna, para a 3ª Divisão de Polícia de Benfica, no sentido de haver uma maior vigilância nas escolas da freguesia, dado existirem desde bandos de romenos a tentarem bater nas crianças à saída da escola, a grupos de marginais a assustar os professores e os funcionários. -----

----- Uma das questões referidas pelo Sr. Presidente da Câmara aquando da sua candidatura era colocar um polícia em cada escola e a pergunta que se colocava agora era saber para onde foram os polícias que no início estiveram junto das escolas da freguesia e depois desapareceram, sendo que nunca mais foram vistos. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra leu a seguinte intervenção: -----

----- “Neste momento a Assembleia Municipal, ao proceder a este debate sobre a abertura de mais um ano lectivo, está a dignificar-se! É o verdadeiro Parlamento da Cidade a promover a discussão em torno das questões essenciais para o futuro da nossa Cidade. E está a sê-lo por duas razões fundamentais: -----

----- 1. Por ter sido a própria Assembleia Municipal, através de uma das suas Comissões Permanentes, a solicitar o agendamento deste ponto na Ordem de Trabalhos e a colocá-lo na agenda dos debates. Temos assim, uma Assembleia Municipal atenta aos problemas da cidade e uma Assembleia com propostas, com ideias e com iniciativa. -----

----- 2. Pela importância do tema em debate: A Educação! Uma área fundamental para o desenvolvimento da cidade. Para quem sempre esteve ligado à Educação, como eu, quer como professor, quer como autarca com responsabilidades directas nesta área, é com grande satisfação que assisto à realização deste debate. É necessário parar e reflectir sobre as questões essenciais da Educação. E este debate se terminasse neste momento já tinha obtido resultados muito positivos. A preparação para este debate por parte de todas as forças partidárias e tudo o que se gerou em seu redor é já uma vitória. Na semana passada, e hoje, podemos ver nesta Assembleia o “estado-maior” da Educação... Directora do Departamento, Chefes de Divisão, Técnicos, Juristas, Assessores... todos presentes! É sinal que a Assembleia está viva e a desempenhar o seu papel de fiscalização à actividade da Câmara de Lisboa. -----

----- Por ocasião da abertura de mais um ano lectivo é oportuno reflectir sobre o trabalho desenvolvido pelo Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa. E este trabalho, apesar do lançamento de algumas medidas positivas e há muito reivindicadas, possui três grandes pecados mortais: Falta de diálogo, falta de articulação entre os diversos serviços da Câmara Municipal de Lisboa e entre o Pelouro e o Departamento de Educação e falta de iniciativa e de rumo. -----

----- Falta de diálogo! -----

----- No passado o Pelouro da Educação no início de cada novo ano lectivo convidava os Presidentes e os vogais da Educação das Juntas de Freguesia, os directores das Escolas e dos Jardins-de-Infância e os representantes das Associações de Pais e Encarregados de Educação para umas reuniões onde eram apresentadas as prioridades do Pelouro, os projectos e onde em conjunto se discutiam os problemas da Educação na cidade. Teve início o 3º ano lectivo em que esta nova gestão camarária (cada vez mais velha) tem responsabilidades directas nesta área e pergunto: Srs. Presidentes de Junta, alguma vez fomos convidados para discutir em conjunto com a Câmara Municipal de Lisboa os problemas que afectam as nossas freguesias na área da Educação? Até hoje, nem uma reunião! Apenas aquando da apresentação do Programa Mãos-à-obra teve lugar um esboço de uma reunião e ainda por cima com a ausência da Sra. Vereadora. O mesmo aconteceu com os directores das Escolas e dos Jardins-de-Infância e com os representantes das Associações de Pais e Encarregados de Educação. A Câmara fechou-se nela própria! -----

----- Por consequência desta política hoje desconhecemos as prioridades do Pelouro, as Juntas de Freguesia têm mais dificuldade em fazer chegar as suas preocupações, enfim, não existe articulação entre Câmara e os que deveriam ser os seus principais parceiros. -----

----- É inaceitável que se priorizem obras sem dialogar com as partes interessadas, é inaceitável que as poucas obras que ainda avançam não sejam comunicadas atempadamente às direcções das escolas e às Juntas de Freguesia; é inaceitável que se encerrem escolas de 1º Ciclo na cidade sem uma reflexão séria com as Juntas de Freguesia e a comunidade local... -----

----- 2º pecado mortal: Falta de articulação entre os diversos serviços da Câmara Municipal de Lisboa e o Pelouro e o Departamento de Educação! -----

----- Hoje falar com o Departamento de Educação já não é a mesma coisa. E estou à vontade para o afirmar pois há mais de seis anos que trabalho com o Pelouro da Educação da Câmara de Lisboa. Foi esvaziado de funções e de competências. -----

----- Frequentemente ouvimos a resposta de que “pois Sr. Presidente de Junta, mas agora as obras não estão com este Departamento”; “pois Sr. Presidente de Junta, isso agora é despachado no Gabinete da Sra. Vereadora”. A questão das obras é sem dúvida a questão central e mais flagrante. O Departamento de Educação da Câmara Municipal de Lisboa ficou sem autonomia para executar as obras de beneficiação dos edificios escolares, ficou sem a capacidade de responder a tempo e horas às solicitações das escolas nesta matéria, ficou sem a capacidade de executar e acompanhar a construção de novos equipamentos. Lamenta-se o Departamento, lamenta-se a Câmara Municipal de Lisboa, mas pergunto: Quem é que decidiu a nova reestruturação da Câmara? Quem é que optou por esta organização interna? Não foi este Executivo camarário? Não foi este Executivo camarário que decidiu criar um mega-departamento de obras? Mas as criticas a esta nova organização não se ficam pelo Pelouro da Educação. Os mesmos lamentos já os ouvi também por parte do Gabinete do Sr. Vereador Pedro Feist, do Pelouro do Desporto. -----

----- Por outro lado os poucos técnicos que ainda vão ao terreno e que dão a cara pela Câmara Municipal de Lisboa junto das escolas e demais parceiros não possuem eles próprios todas as informações necessárias e o seu poder de decisão é muito limitado. Limitam-se a servir de “pombos-correios” e de “muros das lamentações”. É pouco Sra. Vereadora! É manifestamente pouco! -----

----- E aqui gostava de abrir um parêntesis: O Departamento de Educação tem nos seus quadros excelentes técnicos e estes não devem ser culpados por uma nova forma de trabalhar que lhes foi imposta. São inaceitáveis faltas de respeito pelo seu trabalho e inaceitáveis algumas atitudes pouco correctas que se verificam quando alguém nesta Assembleia ou noutra local põe em causa o trabalho do Departamento. É a estrutura da Câmara, as prioridades e as estratégias definidas ou não definidas por este Executivo camarário que estão em causa e não o trabalho desenvolvido pelos técnicos, muitos deles com anos de dedicação e de trabalho a esta cidade. -----

----- 3º pecado mortal: Falta de iniciativa e de rumo! -----

----- Este Executivo pouco acrescentou ao que já existia. Pelo contrário, em muitas situações destruiu trabalho de anos. Pergunto: dos projectos educativos desenvolvidos pela Câmara Municipal de Lisboa quais são aqueles que ainda hoje são desenvolvidos nas escolas da cidade? Menos de metade! Que novos projectos foram lançados? O PlayGym e nada mais! E mesmo este substituiu um outro. -----

----- Construção de novos equipamentos! Todas as obras que estão neste momento em curso foram obras planeadas e lançadas pelo anterior executivo. E mesmo essas estão a ser executadas com grandes atrasos. Não se conhece um único novo projecto de construção de um equipamento educativo! Neste campo voltamos a estar a zeros! -----

----- É nítido e claro que grande parte desta responsabilidade não pode ser apenas imputada à Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, pois é claro o desinvestimento da Câmara nas áreas sociais e em particular na área da Educação. Houve uma clara redução das dotações orçamentais previstas para o Pelouro da Educação! E mais tarde vamos pagar caro esta opção! -----

----- Mas Sra. Vereadora e Srs. Deputados para que não fiquem dúvidas passo a concretizar algumas das situações aqui apresentadas. -----

----- Falta de diálogo! -----

----- Este Executivo decidiu alargar o fornecimento de refeições a quase todas as Escolas e Jardins-de-Infância da cidade. Uma excelente medida há muito reivindicada por todos e já algumas vezes debatida nesta Assembleia. Falta ainda saber os custos reais desta medida e à custa de que sacrifícios. Há situações em que o custo para a Câmara passou para o dobro. Contudo não deixa de ser uma medida positiva que peca por chegar tarde. Mas esta boa medida está a ser manchada em grande parte das escolas pela falta de diálogo e de articulação. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa lançou os concursos para fornecimento das refeições mas esqueceu-se que a cidade não é toda igual e que nalguns locais já existiam boas práticas e há muito que se forneciam refeições mesmo antes do apoio financeiro e material da Câmara. Foram associações juvenis, Associações de Pais, IPSS's que a muito custo iniciaram o fornecimento de refeições. Mas com a cegueira

da legislação e com a falta de sensibilidade para este trabalho local a Câmara colocou nas escolas empresas sem acautelar algumas situações. Há casos em que os responsáveis pelas empresas chegaram primeiro às escolas que a informação ou o técnico da Câmara a dar conta dessa alteração. A qualidade das refeições e do serviço prestado, nalgumas situações, perdeu qualidade. -----

----- Escola do Bairro Padre Cruz! Em Abril de 2002 a C.M.L. realiza uma vistoria à cozinha daquela escola e detecta algumas situações a necessitar de intervenção. É uma escola pré-fabricada (sim, porque na cidade ainda existem escolas pré-fabricadas! E está previsto algum programa para acabar com estas escolas? Não!) e por essa razão e segundo a legislação em vigor não seria possível confeccionar no local as refeições. Mas eram confeccionadas e com qualidade por uma IPSS local há cerca de nove anos. Inexplicavelmente a C.M.L. não divulga o relatório da vistoria! Não deveriam os parceiros ter conhecimento de imediato deste relatório? A Câmara entendeu que não e sozinha decidiu alterar o que em conjunto havia sido construído! -----

----- Ainda sobre este assunto da alimentação, Escola n.º 52, em Benfica! Basta estarmos atentos à comunicação social e observar a contestação dos Pais e Encarregados de educação. -----

----- Escola n.º 45, em Junho é afixado na fachada da escola um enorme cartaz a informar que “meu recreio é o mais bonito!” – programa Mãos-à-Obra. E não é que mais uma vez a Câmara se esqueceu de um pormenor sem grande importância, não informou a escola da intervenção que iria realizar. Colocou o cartaz dentro da escola e sem a autorização e conhecimento da escola e não foi articulado com a escola e com a Junta de Freguesia quais as prioridades. Acontece que em Setembro (3 meses depois do cartaz) a C.M.L. coloca um pequeno parque infantil na escola. E não há fome que não dê em fartura e agora a escola tem 2 parques infantis... (muitas escolas há que nem 1 único baloiço possuem). Mas se calhar seria mais importante a requalificação de outros espaços naquela escola... Falta diálogo Sra. Vereadora! -----

----- Escola Ressano Garcia! O Conselho Escolar, órgão a quem compete legalmente a gestão administrativa e pedagógica da Escola, decide, como é normal, qual o portão de acesso à escola e de que forma se procede à entrada e saída dos alunos. Numa atitude prepotente a Sra. Vereadora envia um simples fax com um simples texto a informar a Escola, repito, a informar a Escola que o portão que o Conselho executivo havia decidido manter fechado estaria aberto neste ano lectivo! Isto é inaceitável, é uma ingerência nos assuntos internos de uma escola, é um desrespeito pela autonomia e gestão das escolas e dos profissionais que lá trabalham. -----

----- Em relação à segurança dos edifícios escolares. Muito se falou! A questão serviu de argumento para o encerramento de algumas escolas, serviu para a guerra política mas o que é certo é que até hoje os ditos relatórios não foram tornados públicos. Porquê? Será que afinal a situação não era assim tão grave? -----

----- Ainda em relação à questão da segurança gostaria de referir que o Sr. Presidente da Câmara se comprometera a discutir a questão da segurança nas escolas numa reunião do Conselho Municipal de Segurança, uma proposta apresentada na primeira reunião pela FERLAP. Até hoje o Sr. Presidente ainda não conseguiu agendar este

tema... Aliás, não só não conseguiu agendar este tema como não conseguiu pôr em funcionamento o Conselho Municipal de Segurança. -----

----- A falta de sensibilidade desta Câmara leva ainda ao encerramento de diversas escolas do 1º ciclo na Cidade, uma medida que contraria as ideias anunciadas pelo Sr. Presidente da Câmara de trazer jovens para a Cidade, há freguesias na Cidade que perderam a única escola primária que tinham. E não estamos a falar de escolas com 5 e 10 alunos. São escolas inseridas numa comunidade, são escolas que ainda mantêm viva a esperança do rejuvenescimento da cidade e da freguesia. -----

----- Falta de articulação entre os diversos serviços da Câmara Municipal de Lisboa e o Pelouro e o Departamento de Educação! -----

----- Escola 45! A Câmara decide proceder a obras na cozinha. Não as fez em Julho, não as fez em Agosto. Teve que as fazer em Setembro, mas esqueceu-se de um pormenor insignificante: não falou com a Direcção da Escola e com a Junta de Freguesia e nos primeiros 6 dias não encontrou qualquer solução alternativa para que o serviço de almoço continuasse a ser assegurado naquela escola. Uma obra que iria durar 1 semana ainda continua e sem que a Câmara anuncie para quando a sua conclusão. O Departamento de Educação desculpa-se com o facto de não ser ele o responsável pela obra mas sim a mega-estrutura de obras da C.M.L. Mas não estamos a falar da mesma Câmara Municipal? -----

----- As duas Escolas das Galinheiras! As aulas nessas escolas ainda não começaram por falta de planeamento das obras de beneficiação. A Câmara não se entende internamente e os alunos ficam sem aulas. -----

----- Responsabilidade pela limpeza e conservação dos espaços exteriores das escolas! De quem é a responsabilidade? Da Câmara Municipal de Lisboa! Não posso aceitar Sra. Vereadora que a Câmara Municipal de Lisboa envie um ofício para uma Escola a desinformar que a responsabilidade era da Junta de Freguesia, mediante Protocolo de Descentralização de Competências. Se a Sra. Vereadora não sabe pergunte ao Sr. Vereador Pedro Pinto que negociou os protocolos! E peço-lhe ainda que depois informe o Departamento de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos que foi quem escreveu para o agrupamento escolar do Bº. Padre Cruz a dar esta informação. Mas também pode ficar descansada Sra. Vereadora que desta vez, e mais uma vez, a Junta de Freguesia já resolveu o problema que a Câmara deveria ter resolvido. Afinal as Juntas de freguesia ainda têm utilidade ao contrário do que por vezes pensa e diz o Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Também devido a esta falta de articulação interna há escolas que aguardam pela realização de obras de beneficiação: Escolas números 5, 9, 28, 53, 79, entre outras. ----

----- Desarticulação entre o Departamento de Educação e a Contabilidade acontece várias vezes e por isso são frequentes os atrasos no pagamento às escolas das verbas referentes às refeições e aos suplementos alimentares. Há escolas que ainda não receberam a totalidade das verbas a que tinham direito referentes ao ano lectivo anterior. -----

----- Falta de iniciativa e de rumo! -----

----- Os novos equipamentos educativos da Cidade estão a avançar a passo de caracol.

Dois exemplos: Jardim-de-Infância do B°. Padre Cruz e Jardim-de-Infância da Ameixoeira. A abertura deste equipamento com 6 salas de Jardim-de-Infância foi planeado no anterior executivo. A obra devia estar concluída no verão passado e a sua abertura estava prevista para o início deste ano lectivo. O ano já começou e não há previsões para a conclusão da obra: talvez lá para o final do ano... Talvez!! -----

----- Substituição da Escola 205, em Benfica. Esta obra prevista há muito ainda nem sequer avançou. Para quando a sua concretização? -----

----- E para além do que veio do passado que novas ideias, que novos equipamentos? Nada se sabe, nada avança! E assim vão continuar algumas escolas a funcionar em pré-fabricados. -----

----- Outro exemplo da falta de iniciativa - Prolongamentos de Jardim-de-infância! A Câmara Municipal de Lisboa ainda não conseguiu assinar e concretizar o Protocolo com o Ministério da Educação nesta área à semelhança do que já acontece com grande parte das Câmaras Municipais do nosso país. Consequência: os Jardins-de-Infância da cidade ou não dão a resposta adequada às famílias, fechando às 15 horas, ou então são outras entidades que asseguram este serviço e vêem-se privadas do apoio previsto na legislação em vigor devido à inércia desta Câmara. Exemplo: A Junta à qual presido assegura o prolongamento nas 10 salas de jardim-de-Infância da freguesia, dando uma resposta social a cerca de 200 crianças. Se a C.M.L. tivesse assinado o protocolo esta Junta de Freguesia estaria a beneficiar de cerca de 4.200 euros mensais vindos directamente do Poder Central. -----

----- Enfim, Srs. Deputados é este o estado da Educação na nossa cidade na abertura de mais um ano lectivo! -----

----- A esta Câmara pedem-se mais verbas para o Pelouro da Educação e que repense toda a sua política nesta área. É fundamental que a Câmara Municipal de Lisboa esteja em permanente diálogo e que aceite as Juntas de Freguesia, as Escolas, os Jardins-de-Infância e as Associações de Pais como seus parceiros! -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra, começou por dizer que a intervenção do Deputado Paulo Quaresma espelhou as preocupações dos autarcas de freguesia. -----

----- Feito o balanço do ano lectivo, era bom que se pudessem tomar medidas no sentido de alguns problemas não acontecerem no ano seguinte, até por algumas escolas, designadamente na Freguesia de Marvila, apresentarem um elevado estado de degradação, como as escolas números 9, 53 e 95. -----

----- Vinham a constar do Plano de Actividades da Câmara medidas para obras de intervenção geral, mas o que se podia verificar no terreno era que não estavam a ser encaminhados os processos burocráticos para as obras poderem ser lançadas no decorrer do ano e para as coisas poderem avançar no período das férias, o que levaria a que no início do ano lectivo seguinte se estaria a dizer que tal escola não tinha condições para abrir. -----

----- Também era conhecida a existência de um relatório feito por uma entidade de saúde da freguesia, que percorreu todos os jardins-de-infância da freguesia e enviou um relatório para a Câmara e, relativamente às questões colocadas, a Câmara ainda

não começou a responder, pelo que era bom que alguma coisa estivesse a ser pensada no sentido de serem tomadas medidas, a tempo e horas, para suprir lacunas que foram apontadas nesse relatório. -----

----- Por outro lado, relativamente ao prolongamento dos horários, pensar-se em 12 anos de escola obrigatória e ser escola obrigatória entre as 9 horas e as 15.30, seria só para alguns miúdos durante algum tempo, porque a partir das 15.30 os pais estavam a trabalhar e seria para a vadiagem, estando-se a criar jovens sem condições para poderem ser alguém no futuro. Aquilo que se devia começar a programar era a forma de organizar os tempos de ATL nessas escolas, talvez com os pais e com a Câmara, bem como dos próprios jardins-de-infância. -----

----- Quanto aos agrupamentos, disse ter apresentado uma moção onde se referia que nenhum agrupamento devia ser feito sem que as autarquias e os pais fossem convidados a pronunciar-se, mas isso ficou parado e nada mais avançou, quando se devia começar imediatamente a negociar com a comunidade escolar para que os agrupamentos fossem feitos a tempo e horas. -----

----- Saudou a iniciativa da Comissão Permanente, que permitiu pensar alto sobre o que deveria ser o próximo ano lectivo, e fez votos para que, da Câmara Municipal em conjugação com o Ministério da Educação, fossem tomadas medidas no sentido de não acontecer o que se verificou no dia 14 de Setembro às 21h19m, um domingo, véspera da abertura do ano lectivo, a DREL informar uma escola de que não podia funcionar em regime duplo, quando toda a comunidade se organizou para funcionar nesse regime, como era prática desde sempre. Isso levou a uma reacção e contestação da Junta de Freguesia, dos pais, da escola e da própria Câmara Municipal de Lisboa, o que obrigou a que a DREL recuasse, mas o que não se devia permitir era alterar situações sem haver uma conversa com os interessados. -----

----- **A Deputada Municipal Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, no uso da palavra, disse não ter escola na Freguesia de Santo Estêvão, uma vez que a mesma foi encerrada definitivamente. -----

----- Manifestou a sua concordância com a intervenção do Deputado Municipal Paulo Quaresma, ao provar a falta de diálogo existente, uma vez que em Junho a Câmara informou que era sua intenção encerrar a escola e as Juntas de Freguesia imediatamente disseram que não estariam de acordo com essa medida. Houve reuniões com os encarregados de educação e não valeu de nada porque, independentemente das 500 assinaturas a solicitar que a escola se mantivesse aberta, ninguém se preocupou com isso. Para grande surpresa, no fim de Julho a escola recebeu uma carta da DREL a dizer que havia um professor para a escola e deixando a ideia de que a escola se iria manter, só que após muita confusão concluiu-se que tinha sido um erro e realmente a escola fechou. -----

----- Disse ainda ter informado a Sra. Vereadora, uma vez que uma comissão foi ver a escola e fez um relatório onde havia salas em ruína, de que as instalações da escola estavam a funcionar nas instalações da Junta de Freguesia, não havendo nenhuma sala em ruína. Havia 16 alunos inscritos, que foram espalhados por outras duas escolas, sendo uma delas a n.º 212, também com encerramento previsto a 1 ou 2 anos, sem

refeições e com problemas, passando-se as crianças de uma escola com condições e de coração, em que todo o bairro conhecia as crianças e conferia-lhes uma certa protecção, onde a própria Junta se ofereceu para discutir com a Câmara a melhor forma de servir refeições às crianças e as suas propostas nunca foram ouvidas, tendo-se encerrado a escola pura e simplesmente. -----

----- Entretanto, saiu no jornal que uma assessora da Sra. Vereadora teria referido a falta de condições da escola porque as crianças tinham que subir o primeiro andar de umas escadas muito íngremes, não se percebendo a que se estaria a referir, visto não existirem escadas íngremes na Junta de Freguesia. -----

----- Disse que a escola precisaria de algumas reparações, mas a Câmara esteve anos sem investir e as reparações necessárias não eram profundas, só que assim o Ministério pouparia mais uns tostões. -----

----- Finalmente, esclareceu que, estando a escola nas instalações da Junta, era a Junta de Freguesia a pagar a renda e não a Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Bruno Rolo (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ameixoeira, no uso da palavra, disse que esteve quase para prescindir da intervenção, por subscrever inteiramente a intervenção do Deputado Municipal Paulo Quaresma, e só o admirava que apenas meia dúzia de pessoas na Assembleia pareciam ter problemas com a educação nas suas freguesias. -----

----- De qualquer forma, não poderia deixar de referir a discriminação que a Junta de Freguesia da Ameixoeira sentia em relação aos problemas da educação, do desporto, da juventude, da saúde, da segurança, da iluminação e outros e já nem iria entrar no pormenor de pedir uma satisfação à Sra. Vereadora, mas apenas pretendia denunciar publicamente que foi um compromisso assumido pela Câmara a abertura das novas instalações do jardim-de-infância da Ameixoeira no princípio do ano lectivo, o que não aconteceu. -----

----- Ainda por cima, talvez para fazer pouco dos próprios pais, alunos e educadores do jardim-de-infância, a funcionar numas instalações pré-fabricadas provisórias, a placa de obras do jardim-de-infância em construção ainda estava a anunciar que a conclusão da obra seria em 7 de Janeiro de 2003 e o mais grave era que ninguém na Câmara soube dizer quando estariam realmente concluídas as obras. -----

----- Disse ter levantado o problema um ano antes, de que o ano lectivo 2002/2003 não estava a começar nas novas instalações, de acordo com o que tinha sido compromisso da Sra. Vereadora, posteriormente foi informado de que em Janeiro seria transferido para as novas instalações e, estando-se em Setembro de 2003, a situação continuava na mesma, pelo que gostava de saber se não haveria alguém com vergonha na cara para dar uma satisfação e dizer quando iriam começar as aulas nas instalações novas. -

----- Por outro lado, se algumas instalações foram encerradas por falta de alunos, o jardim-de-infância da Ameixoeira, sendo a única instituição do género na área de uma freguesia com cerca de 12 mil habitantes, tinha uma lista de espera de crianças, visto o pavilhão pré-fabricado ser insuficiente para albergar todas as crianças que solicitavam a sua inscrição no ano lectivo corrente, uma situação que seria completamente ultrapassada se as novas instalações estivessem efectivamente a funcionar. -----

----- Relativamente à segurança nos estabelecimentos escolares, referiu que em conversa com o comandante de uma esquadra lhe fora solicitado se a Junta de Freguesia não teria possibilidade de intervir junto de alguns organismos, públicos ou privados, no sentido de adquirir uma viatura para ceder à PSP, para o Programa Escola Segura. Isso significava que se estavam a inverter os papéis e as atribuições dos organismos e das instituições, sendo que a opinião pública devia ficar a saber dessas situações relativas à segurança e à escolaridade na Cidade de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, no uso da palavra, relativamente à Escola 28 na Picheleira, com a cobertura a meter água e que no caso de chover poderia ter que fechar, perguntou quando seria lançada essa obra. -----

----- Perguntou ainda quando seria feito um estudo para a criação de instalações desportivas nas escolas, inexistentes na Cidade de Lisboa, e qual a situação das residências para estudantes na Baixa de Lisboa, um compromisso do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Lopes da Costa**, novamente no uso da palavra, disse ter ouvido questões muito específicas, contrariamente ao que supunha quando se dirigia para a Assembleia, pois pensava tratar-se de um debate mais genérico sobre a educação na Cidade de Lisboa e sobre tudo aquilo que foi implementado para as crianças da cidade. Infelizmente, apesar de haver algumas questões pertinentes, designadamente as colocadas pela bancada do Partido Socialista e até mesmo pelo Bloco de Esquerda, teria que lembrar aos Srs. Deputados do Partido Comunista que o Pelouro da Educação esteve durante vários anos com um Vereador desse partido. -----

----- Disse que não foi por sua decisão que se construíram escolas pré-fabricadas, ou que se destruíram escolas, ou que os refeitórios começaram a servir refeições sem as cozinhas estarem equipadas e, não tendo uma varinha mágica, não podia fazer tudo em ano e meio, embora pudesse ser o seu gosto e o do Sr. Presidente da Câmara, visto as crianças serem o futuro da cidade, mas havia prioridades em termos de Cidade de Lisboa e a verba não chegava para tudo aquilo que se foi diagnosticando. -----

----- Foram-se elencando as prioridades, que talvez não fossem as mesmas do PCP, visto que essas foram as que encontrou ao chegar, um parque escolar completamente degradado, edifícios que acabavam de ser recuperados e dias depois ruíam os tectos, só não acontecendo situações mais graves porque, talvez por milagre, ocorreram durante o fim-de-semana, como foi o caso da escola n.º 6. Seria o mesmo que em sua casa atirar o lixo para debaixo da tapete, puseram um tecto falso por baixo de vigas podres e era isso que não queria na Cidade de Lisboa, assim como não podia ter empresas não certificadas a servir alimentação às crianças. -----

----- Disse ainda que, tendo filhos, não gostaria que quando um dos seus filhos estivesse numa sala com 16 alunos a aprender as primeiras letras já a filha mais velha estivesse a aprender História de Portugal, que era o que acontecia numa escola onde estavam 16 alunos numa sala de aula e havia uma única professora que leccionava da 1ª à 4ª classe. Perguntou se seria assim que se combatia o insucesso escolar e se seria assim que uma escola devia funcionar na capital, uma vez que essa situação passava-se na Freguesia de Santo Estêvão, em Lisboa. -----

----- Aquilo que se estava apostado era em diagnosticar os principais problemas das crianças da cidade, pois era essa a razão do seu trabalho e não vir discutir se as obras estavam aqui ou ali, uma vez que isso eram opções do poder e não valia a pena tentar lançar desentendimentos entre Vereadores, visto não existirem. -----

----- O que lhe interessava realmente eram os números e esses falavam claro, pois quando chegou à Câmara havia 21 escolas com refeições comparticipadas, existindo actualmente 70 escolas com refeições comparticipadas. Havia a almoçar nas escolas 6.670 alunos, que passaram para 11.000. Em termos de ocupação de tempos livres, não havia 40% de crianças da cidade com prolongamento de horários, existindo actualmente mais de 70%. Não existiam rastreios às crianças da cidade, passaram a haver rastreios e foram diagnosticados problemas complicados. Implementou-se a educação física a todas as crianças e a avaliação foi de muito bom, por todas as escolas que tiveram educação física durante o último ano lectivo. -----

----- Esta era a diferença entre a cidade que acabou nas eleições e a actual e aquilo que preocupava agora era lançar mãos à obra, visto existir muito para fazer, exactamente aquilo que o Vereador do PCP devia ter feito e não fez. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, intervindo em defesa da honra da bancada do PCP, disse que o seu partido se orgulhava do trabalho feito na anterior coligação e que quem venceu as eleições não podia pensar que levava apenas as coisas boas, havia coisas boas e más e quem venceu devia estar com a ideia de que poderia fazer melhor, mas muitas coisas foram feitas, estando-se ainda a concluir obras que foram lançadas, planeadas e executadas no anterior mandato, não se verificando uma única obra nova feita pela actual maioria. -----

----- Referiu ainda que não se podia utilizar argumentos sobre o não gostar que os filhos estivessem da 1ª à 4ª classe na mesma sala, uma vez que, enquanto professor do 1º Ciclo tinha a sua opinião, deu aulas durante dois anos numa escola assim e os resultados foram muito positivos, pelo que talvez fossem necessários pareceres técnicos para justificar a opinião da Sra. Vereadora. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, novamente no uso da palavra, referindo-se à intervenção da Senhora Vereadora, perguntou se a Câmara, ao tomar posse, queria que todo o trabalho estivesse concluído e disse que na Cidade de Lisboa nunca uma situação estaria totalmente concluída. -----

----- Disse ainda que o que se estava a discutir era a situação actual e não a situação de dois anos antes, exigindo-se à Câmara Municipal de Lisboa a resolução dos problemas actuais. -----

----- Também a Sra. Vereadora não devia tentar uma divisão da Cidade de Lisboa, dizendo que iria responder ao Bloco de Esquerda e ao Partido Socialista, e perguntou se os problemas levantados pelo Partido Comunista iriam ou não ser resolvidos. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, submeteu à votação a recomendação – que a seguir se transcreve – apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PCP, PEV e BE, a abstenção do PSD, PS, CDS-PP e PPM, e quatro votos contra de Deputados Municipais do PSD. -----

----- RECOMENDAÇÃO -----

----- “Na sequência do debate promovido por esta Assembleia Municipal e das questões colocadas, a Assembleia Municipal de Lisboa reunida a 23 de Setembro de 2003 recomenda que: -----

----- 1. Sejam sempre divulgados às direcções das Escolas e Jardins-de-Infância, às Associações de Pais e às Juntas de Freguesia os relatórios de segurança e das vistorias realizadas pela Câmara Municipal de Lisboa às instalações educativas da Cidade; -----

----- 2. A Câmara Municipal de Lisboa desencadeie o processo que possibilite à assinatura do Protocolo com o Ministério da Educação com vista ao apoio aos Prolongamentos de Jardim-de-Infância da Rede Pública; -----

----- 3. A Câmara Municipal de Lisboa tome as medidas necessárias no sentido de a médio prazo acabar com as Escolas Pré-fabricadas ainda existentes na cidade; -----

----- 4. A criação do Conselho Municipal de Educação seja procedido de um debate o mais alargado possível e envolvendo todos os parceiros sociais; -----

----- 5. Dada a especificidade do Pelouro da Educação que sejam dados poderes acrescidos à Divisão de Obras do Departamento de Educação da Câmara Municipal de Lisboa para que esta tenha os meios necessários para o planeamento, execução e acompanhamento das obras nos estabelecimentos de Educação; -----

----- 6. No próximo orçamento para 2004 da Câmara Municipal de Lisboa sejam reforçadas significativamente as verbas na área da Educação; -----

----- 7. A Câmara Municipal de Lisboa apresente brevemente a esta Assembleia Municipal o plano de construção de novos equipamentos educativos previsto para os próximos anos; -----

----- 8. O possível encerramento de escolas ou a constituição de agrupamentos escolares seja sempre procedido de um debate com toda a Comunidade Educativa envolvida; -----

----- 9. A Constituição de um Grupo de Trabalho para o acompanhamento da medida que viabilizou a implementação das Cantinas em quase todas as escolas da Cidade.” --

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)** fez a seguinte declaração de voto: --

----- “Nós entendemos que este debate foi importante, que foi útil, entendemos que esta recomendação deveria ser encaminhada para a respectiva Comissão Permanente, onde, aliás, tanto quanto sei, através dos meus representantes, este trabalho praticamente foi feito, embora aqui não tenha sido referenciado tal facto, o que também lamentamos e queríamos registar isso. Entendemos que deve ser aprofundado esse debate no grupo de trabalho que é a Comissão Permanente. -----

----- Por isso, não entendemos a razão da propositura da criação de um novo grupo de trabalho. Entendemos que há uma Comissão Permanente e é nessa Comissão Permanente que deve ser desenvolvido este trabalho.” -----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA C. M. L. ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA E) DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita a que se refere o n.º 1, alínea e) do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal.-----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para apresentar a informação, começou por agradecer ao Sr. Presidente o facto da Assembleia ter concordado com a alteração dos pontos agendados para esta reunião, porque, de facto, em representação da Câmara, tinha estado presente numa sessão comemorativa dos 170 anos do Supremo Tribunal de Justiça, onde, para estar na Assembleia Municipal à hora prevista, não esteve até ao final, saíra antes da intervenção do Sr. Presidente da Assembleia da República. -----

----- No entanto, teve oportunidade de assistir a parte do debate do ponto anterior, sobre a área da educação, e permitia-se dizer, pelo que ouviu e com todo o respeito pelas opiniões dos Deputados Municipais, que se dispensava de dar qualquer resposta mais, porque a Sra. Vereadora responsável pelo Pelouro fez afirmações que eram elucidativas. O que não significava, como era natural, que não tivessem muito trabalho a fazer pela frente. Se não tivessem não estariam ali todos, porque então essa área da educação era muito exigente e apresentava desafios cada vez complicados, nomeadamente com o decréscimo da taxa de natalidade no País, de que nenhum partido era responsável. Era um facto o êxodo que houve da cidade, aconteceu nos últimos 20 anos, e estes dados que vieram recentemente a público, que falavam numa previsão de concentração de cerca de metade da população do País na área da Grande Lisboa – que não significava no Concelho de Lisboa – não podia deixar de constituir um dos mais fortes motivos de preocupação para quem governava o País, mas também para quem era responsável nos vários órgãos de cada autarquia. -----

----- Disse, depois, que a informação distribuída focava aspectos vários do trabalho feito na cidade, durante o período chamado de férias para quem as pudera ter na verdadeira acepção da palavra, enfim, nos meses de verão que hoje terminava exactamente. -----

----- Não iria falar muito daquilo que era já conhecido, mas não podia deixar de realçar, dentro das medidas que foram levadas a cabo, a intervenção na zona do Intendente, e realçá-la como uma intervenção não de final de mandato mas de princípio de mandato, não uma intervenção que estivesse planeada ou projectada antes e fosse executada pela actual Câmara, mas uma intervenção pela actual Câmara projectada e planeada, independentemente do interesse de todos na solução daquele problema. Um problema que todos conheciam, uma realidade com que todos se depararam desde que nasceram e viviam na Cidade de Lisboa, um problema que envolvia, naturalmente, a participação de várias entidades. -----

----- Seria talvez descabido dizer que se orgulhavam desta intervenção, só se podiam orgulhar quando ela tivesse sucesso, no final. Mas o facto de ter sido iniciada e estar a correr bem no seu início, de haver a base de sustentação necessária e possível para que ela tivesse sucesso, era certamente um motivo de congratulação para a Cidade de

Lisboa. E apesar de não ter estado presente na reunião anterior, e nesta não ter estado desde o início, queria crer que este caso não teria deixado de ser referido pelo que representava de significativo numa melhoria da realidade da cidade. -----

----- Teriam que estar atentos a intervenções semelhantes registadas no passado, e às consequências que tiveram. O que aconteceu no Casal Ventoso foi uma intervenção também com aspectos meritórios, obviamente positivos, mas teve efeitos perversos, que eram conhecidos de todos na cidade, principalmente em zonas de Lisboa para onde houve deslocamentos de manchas de alguns fenómenos de maior preocupação social e de casos mais graves em relação à inserção social. -----

----- No Intendente estavam atentos, trabalhariam todos em conjunto para procurar evitar que isso se passasse, mas não podia deixar de salientar esse aspecto e ligá-lo àquela que foi, diria, uma limpeza de ar e de ambiente no Parque de Monsanto. Estavam agora a chegar ao fim do período de verão, a experiência desde primeiro ano decorrera razoavelmente bem, principalmente no mês final. Não falava sequer das afluências de público, que no entender da Câmara foram significativas, mas principalmente por aquilo que ficou adquirido para a consciência dos cidadãos, principalmente dos que mais se socorriam do Parque de Monsanto para determinadas práticas, porque aquele era um património intocável que no dia-a-dia não deveria estar sujeito ao tipo de actividades que lá existiam. -----

----- A Câmara estava atenta ao que se passava, apesar de necessitarem, como vinha dizendo desde o início do mandato, de mais meios policiais, mas essa questão não estava ainda resolvida com o Poder Central. Em todas as sociedades havia muitas forças de inércia, de rotina, de conservadorismo serôdio, e este caso de falta de sensibilidade nalguns sectores para compreenderem que as grandes urbes, as grandes metrópoles, necessitavam de atribuições acrescidas na área da segurança, nomeadamente sob a responsabilidade das autarquias para corresponder às inúmeras solicitações de muitas partes da cidade, era uma questão que não era de fácil solução. Não era só em ditadura que alguns gostavam de conservar o poder mesmo quando ele mais não se justificava, porque em democracia isso também acontecia. Mesmo quando havia a legitimidade do voto havia bastiões de poder, mais próprios do Estado de outros tempos, que queriam manter formas de organização que já não eram de todo em todo adequadas às realidades do tempo corrente. -----

----- Continuando, disse que desejava salientar também o trabalho conjunto que houve entre a Câmara, a Assembleia e principalmente os Presidentes de Junta da zona abrangida pelo condicionamento do trânsito em Alfama, que foi um trabalho de cooperação e participação das várias entidades, que pensava se poderia considerar quase exemplar, e que estava numa fase, naturalmente, ainda inicial. Estava detectada uma outra rua onde as reportagens sobre os efeitos mais negativos, da crise económica ou desta medida, se faziam sentir, a Rua dos Remédios, mas pensava que havia “remédios” para essa situação como a evolução rápida da situação no Bairro Alto o demonstrara. -----

----- Aliás, o Bairro Alto, pelas medidas tomadas para este verão, de animação, de promoção do comércio, das esplanadas, independentemente da total ou parcial

concordância da Presidente de Junta, que também com a Câmara vinha colaborando de uma maneira que lhe cumpria salientar, era, a ser ver, um caso bem sucedido. Ainda na semana passada, na inauguração de uma das exposições da Bienal Design, teve oportunidade de ver o que lá se passava em termos de frequência dos estabelecimentos comerciais, restaurantes, bares e animação da zona. Tinham, neste momento, ainda o problema da segurança, o problema do ruído a partir da uma ou duas horas da manhã, mas isso era uma faca de dois gumes porque chamavam as pessoas para irem ao Bairro Alto, que é um local de animação, de divertimento, mas depois as pessoas tendiam a ficar e quem lá morava tinha também o direito à tranquilidade e ao sono. Portanto, era uma questão que teriam que enfrentar agora na sequência de todas as medidas quer foram tomadas. -----

----- Seguidamente, disse que gostava de fazer também uma alusão rápida a casos de inaugurações ou assunção de compromissos de Executivos anteriores, obras que foram agora concluídos ou outras que foram iniciadas agora. O caso do Pavilhão da Graça era uma obra que vinha de mandatos anteriores, foi concluída e inaugurada, pelo meio transferiram a propriedade, por deliberação da Câmara, do edifício-sede da Junta de Freguesia, reivindicação antiga não da propriedade mas do direito de superfície; fizeram a construção e a inauguração do piso sintético do campo de treinos n.º 2 do Atlético, e podia dizer que esperava que dentro de 30 dias estivesse pronto o polidesportivo de Santa Catarina, também a tempo de umas comemorações que eram importantes; e que antes do Natal o intrincado e complicado problema da piscina de Alfama estivesse também resolvido. -----

----- A propósito desses equipamentos desportivos e de um outro que estava previsto para Chelas, disse que ainda ontem recebera os representantes da Fundação Luso-Brasileira para tratar de uma questão que em breve viria à Assembleia porque, como era sabido, junto da Quinta dos Alfinetes havia uma situação jurídico/financeira muitíssimo complicada, que teriam que resolver depois de já terem deliberado extinguir o direito de superfície a favor daquela Fundação. -----

----- Aludindo à questão da reabilitação, disse que eram muitos os prédios que estavam a ser reabilitados em Lisboa, por iniciativa privada ou iniciativa da autarquia. Estavam, assim, a dar cumprimento a essa máxima, que pensa deveria ser sempre respeitada, quando intimavam e depois tomavam a posse administrativa faziam mesmo as obras a seguir. Obras coercivas nalguns casos, em vários pontos da cidade, em colaboração com o IPPAR em muitos casos, por exemplo, em Pedrouços, em casas que eram património classificado e estavam protegidas. Fizeram demolições em zonas mesmo próximo do Mosteiro dos Jerónimos e do Centro Cultural de Belém, em edificações clandestinas que estavam de pé e que estavam para ser demolidas há décadas. Mas eram muitos os casos, de facto, em que prédios se reabilitavam pela cidade fora. -----

----- Disse, depois, que ia fazer uma referência a um ponto porventura mais polémico, mas que não gostaria de evitar nesta sua intervenção. Tinha a ver com a questão das chamadas de atenção, do chamado *marketing* ou da publicidade em relação às obras que eram realizadas, e nomeadamente quanto a uma intervenção, que não ouviu mas

que leu depois, no domingo, num dos espaços vários de comentário semanal que existia nas televisões portuguesas. -----

----- Sobre isso, disse que contas feitas em relação à generalidade dos investimentos realizados, as despesas que considerava investimento feito pela Câmara em *marketing* ou promoção a propósito de cada uma dessas obras, e que considerava explicação aos contribuintes e aos eleitores daquilo que estava a ser feito, nunca passava de 1,5%, e baixava muito quando era maior em termos absolutos o valor das obras. Falava, por exemplo, daquelas que eram de volume menos significativo. -----

----- Aliás, havia aqueles que diziam que era compreensível que se chamasse a atenção para as obras do Túnel do Marquês, ou que se ia começar a construir um parque de estacionamento, ou que havia uma zona de trânsito condicionado como Alfama, mas que diziam também, por exemplo, que já não era compreensível que a Câmara chamasse a atenção para a pavimentação de ruas porque isso era cumprir a sua obrigação, que seria como empregadas de limpeza chamarem a atenção para gabinetes limpos dos Senhores Vereadores. Ouvia determinadas intervenções que levava à conta da chamada ignorância, porque se as pessoas soubessem a diferença entre tapar buracos e fazer novos tapetes, o chamado betuminoso, se as pessoas soubessem o que era fazer o revestimento todo novo de uma artéria com certeza não diriam isso, porque havia uma diferença entre limpar um cinzeiro e pôr uma secretária com um revestimento completamente novo. -----

----- Portanto, era sua opinião, e mantinha-a, que se devia chamar a atenção dos contribuintes para a maneira como era investido o dinheiro que fazia parte do Orçamento da Câmara. Poder-se-ia dizer que havia outras maneiras de chamar a atenção, porque sem dúvida havia, mas pensava que eram campanhas de custos mais significativos, nomeadamente nas televisões. De resto, a título de exemplo, podia referir que aquilo que foi feito em tapetes de pavimentos na cidade representava um esforço superior a um milhão de euros. E falava de tapetes e não dos buracos que foram tapados em dezenas de artérias da cidade. Só que não chamaram a atenção para as ruas onde foram tapados os buracos, quer do SOS do PCP, quer de outras ruas fora do SOS do PCP. Aí não fizeram! Agora, onde havia novas vias entendia que tinham obrigação de o fazer. -----

----- Talvez essa fosse uma maneira de trabalhar que não era consensual, admitia que sim. Era evidente que quem nunca fez obra nunca podia pôr cartazes a dizer que a fez, mas para quem a fazia admitia que fosse uma opção discutível. Havia os que não gostavam de chamar a atenção e havia os que gostavam. Confessava que gostava, embora também gostasse de pôr cartazes a dizer que faltava ainda fazer isto, aquilo e aqueloutro, e garantir-se que se ia fazer. -----

----- Sobre as obras do Túnel do Marquês, disse que no dia 15 de Setembro, às 23 horas, foi entregue o projecto à Câmara Municipal, portanto dentro do prazo previsto. Têm tido várias reuniões, os trabalhos estavam a decorrer muitíssimo bem, mas não queria deixar de dizer que tem ouvido as previsões, até da Polícia de Segurança Pública, sobre o caos no trânsito, na descida de Monsanto, no início das aulas, o que até agora não se tinha verificado. No entanto, desejava dizer desde já que a Câmara

estava à espera de muito mais, mas a generalidade dos cidadãos têm respondido bem, correspondendo, assim, a essas tais campanhas de esclarecimento e sensibilização, e o trânsito tem-se distribuído muito razoavelmente. -----

----- Aliás, o Prof. Doutor José Manuel Viegas dizia que o trânsito era como uma onda de água, quando encontrava uma barreira pela frente tendia a diluir-se e a espalhar-se por onde podia passar. -----

----- E, a propósito do Prof. Doutor José Manuel Viegas, desejava também chamar a atenção para o Regulamento de Cargas e Descargas que ontem foi anunciado pela Câmara, que era algo que a Cidade de Lisboa precisava como de pão para a boca, como muitas cidades do mundo. Era um Regulamento altamente inovador, aliado às novas tecnologias, que podia ser alargado mesmo àquelas que eram as tecnologias ou os meios utilizados para ordenar o estacionamento, portanto a substituição dos parquímetros. Foi um trabalho desenvolvido com discrição, com profundidade, e que foi anunciado no tempo devido. O Regulamento seria presente à Câmara e posteriormente à Assembleia, e se decidirem aprová-lo entrará em vigor no princípio do próximo ano. -----

----- Portanto, diria que a Cidade de Lisboa – e em breve iriam discutir quer o Orçamento, quer o Plano de Actividades para o próximo ano – estava a procurar encarar, com a participação de todos, aqueles que eram os seus grandes desafios. Com as prioridades da Câmara, certamente; com a organização interna da Câmara, certamente; mas procurando levar em linha de conta tudo aquilo que eram as sugestões, as contribuições e as observações, principalmente do órgão Assembleia Municipal, como dos Presidentes de Junta de todos os partidos. -----

----- Disse, ainda, que os Deputados Municipais do PCP não levariam a mal que a Sra. Vereadora tivesse referido as observações dos Deputados Municipais do PS e do BE, porque de alguma maneira uma pessoa sentia-se quando ouvia falar do que estava mal alguém que teve bastantes responsabilidades durante muitos anos num Pelouro, o que não significava que não houvesse o devido respeito pelas observações que ali foram feitas. Era como vir, por exemplo, o Eng^o António Guterres dizer hoje em dia que não teve nada a ver com a Barragem do Alqueva, ou vir o Prof. Cavaco Silva dizer que não teve nada a ver com a união monetária ou com aqueles anos de política europeia, mesmo com o que corria mal nesses processos. -----

----- Por exemplo, o mesmo poderia acontecer também em relação ao PS se viesse falar de uma área em que teve responsabilidades. Ou seja, se agora o PS aparecesse ali a desancar o PER, obviamente a Câmara teria uma reacção diferente uma vez que o PER esteve na dependência de um Vereador do PS. -----

----- Mas este era um ano muito importante. Tinham pela frente um ano que era o do Euro/2004, que iria ser um ano difícil a vários níveis. Orçamentalmente não iria ser mais aliviado, estavam a trabalhar para que pudesse ser mais um bocadinho mas não ia ser fácil, e quando dizia trabalhar era a nível nacional. -----

----- Por fim, disse que sabia que os seus antecessores, muitas vezes, não fizeram este tipo de intervenções a propósito da informação escrita. Esta informação não foi enviada à Assembleia antes do fim-de-semana, como era costume, mas sim depois,

porque, correspondendo a várias observações dos Deputados Municipais, gostava de ser ele a fazê-la ou pelo menos a vê-la toda e mudar aquilo que entendia dever mudar. Mas porque gozou quatro dos seus oito dias de férias na semana antes da reunião da Assembleia, chegara no domingo e na segunda-feira de manhã tinha a informação pronta para entregar na Assembleia. Tinha a certeza que os Deputados Municipais compreenderiam que já não era nada mau, quando no passado nem o Presidente da Câmara aparecia, só vinha a informação, que hoje em dia, mais valia um bocadinho tarde do que nunca, aparecesse a informação e o próprio Presidente da Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Dias de Almeida (PSD)**, no uso da palavra, disse que como residente, há dezenas de anos, no Bairro de Alfama, não poderia ficar indiferente ao acontecimento recente que foi a colocação em vigor de um regulamento para disciplinar o trânsito e o estacionamento no bairro. E não podia ficar indiferente porque, pese embora o ceticismo de quem tinha responsabilidades para ser mais optimista, o regulamento foi bem acolhido pela generalidade da população, pois transparecia hoje no rosto de cada um muita satisfação pela sua facilidade de movimentação, já que não se confrontavam, como até aqui, com carros nos dois sentidos e transitavam livremente nos passeios, o que não acontecia anteriormente, e tinham agora, no seu todo, uma visão bem diferente daquela que havia antes. Até o Sr. Presidente da Câmara, que gostava tanto de visitar o Bairro de Alfama e ainda recentemente lá esteve depois da entrada em vigor do regulamento, ter-se-á com certeza apercebido de como Alfama estava diferente, como, aliás, diziam os cartazes.--

----- Disse, depois, que o campo visual alargara e era hoje possível, de uma forma bem diferente, ter uma perspectiva mais segura daquilo que era a assimetria dos edifícios em si, do que era o colorido desses mesmos edifícios e da saliência dos contornos daquela arquitectura histórica que tinham que preservar, que no seu conjunto formavam um belo quadro natural. -----

----- E tudo isso numa forma muito fácil! Fizeram-se debates desde 1997 até ao presente, debates esses por vezes alimentados escusadamente por quem tinha a responsabilidade de os moderar e nos quais havia mais recuos que avanços. E, no fundo, o remédio era muito simples! Bastava dar um passo em frente, e o Sr. Presidente da Câmara fez exactamente isso mesmo: deu um passo em frente e a medida aí estava. E era hoje agradável, a altas horas da noite, ver pequenos grupos de portugueses ou estrangeiros apreciarem a sombra da viela, falarem praticamente com o silêncio da noite e levarem essa grata recordação do que era visitar Alfama. -----

----- E tudo isso por uma razão muito simples! Porque no dia 8 de Agosto Alfama mudou de visual, comprou um fato novo e foi à festa, à noite cantou-se o fado, um fado lindo cujo nome também era bonito: valeu a pena. E valeu de facto a pena! -----

----- **O Deputado Municipal Martinho Baptista (PCP)**, no uso da palavra, começou por referir que queria registar muito positivamente a chamada de atenção do Sr. Presidente da Câmara sobre a antidemocrática intervenção da Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, no ponto anterior. -----

----- Depois, sobre o conteúdo da intervenção que ia produzir, disse que ela foi escrita com base na intervenção escrita do Sr. Presidente da Câmara, o seu tom e estilo. Mas

hoje o Sr. Presidente da Câmara teve um tom diferente na introdução do ponto pelo que também desejava sublinhar essa alteração positivamente. Aliás, gostava mais deste estilo que daquele que estava escrito. Portanto, o Sr. Presidente da Câmara teria que ter mais cuidado com o tom e o estilo com que escrevia, porque foi também dentro desse estilo que escrevera a intervenção que passava a ler. -----

----- “Mais uma vez a sua informação escrita a esta Assembleia é objecto de reparos a insuficiências e não cumprimento da legalidade, nomeadamente quanto à falta de apresentação das demonstrações financeiras, que sendo um procedimento ilegal, impede igualmente uma das principais funções deste órgão que é fiscalizar a evolução e cumprimento do Plano e Orçamento que esta Assembleia aprovou. -----

----- Afirmo a Sra. Vice-Presidente, Vereadora responsável pelo Pelouro das Finanças, que elaborou relatórios de execução financeira do Município, relativos ao 1.º semestre e ao mês de Julho de 2003. Onde estão? Será que esta Assembleia não tem direito a conhecer esses relatórios e a evolução das receitas e despesas, assim como a execução do plano de actividades e disponibilidades de tesouraria? -----

----- Não é admissível que esta informação seja entregue fora de prazo, uma vez que o seu conteúdo se refere a um trimestre. -----

----- Continua a ser mal apresentada, numa amálgama confusa e ilegível, sem índice, não é paginada o que mostra incompetência e desrespeito para com o órgão deliberativo da cidade. -----

----- Senhor Presidente da Câmara -----

----- A sua nota desta vez consegue ultrapassar todas as anteriores, no que de absurdo e demagógico tem apresentado. Com efeito, trata-se de um auto-elogio desmedido, inverdadeiro e ofensivo para com os anteriores executivos da CML, cuja obra feita é reconhecida em geral e em particular pelo Sr. Presidente nalgumas intervenções nesta Assembleia. -----

----- Afirmo o Sr. Presidente que “Lisboa estava mesmo parada”, estou a citar. -----

----- Esta afirmação tenta fazer esquecer a obra real e concreta, e procura desviar a atenção para o aquilo que de facto se está a passar hoje na nossa cidade. -----

----- De obra feita por este Executivo, apenas sobressaem os edificios que mandou demolir como são os casos do PER da Rua das Açucenas e da Bela Flor. -----

----- Este procedimento contribuiu para delapidar o erário público malbaratando centenas de milhar de contos, sem falar nos prejuízos para os moradores que ainda não foram realojados devido a estes caprichos. -----

----- Ou ainda deveria explicar porque é que encerrou o Pavilhão Carlos Lopes e não deu continuidade ao processo de obras gerais? -----

----- Já agora, gostaríamos de saber que contrato tem o senhor arquitecto Frank Gehry com a CML, como vai ser pago pelo seu trabalho? Segundo o que tem vindo a público na comunicação social já representa vários milhões de euros de despesas, sem qualquer limite? -----

----- Quanto às chamadas “obras de regime” até agora de concreto e novo apenas apresentou alguns projectos de interesse duvidoso e vai iniciar a obra do Túnel do

Marquês com a contestação que se conhece, de resto pouco tem a apresentar da sua própria iniciativa. -----

----- Mas passemos ao concreto da sua pretenciosa nota: -----

----- Com grande desfaçatez afirma como obra sua o Pavilhão da Graça mas toda a gente sabe que este já estava construído no final do anterior mandato e foi aprovado em 1997 na CML. -----

----- Se entende apenas por qualidade de vida a realização de actividades no Monsanto e no Parque Eduardo VII. Devo dizer-lhe que tem um conceito de qualidade de vida muito limitado. -----

----- Para quem afirma que Lisboa estava parada, está a falsear a realidade que já existia. -----

----- Fazer crer que só agora se realizam as actividades da Praia-Campo para as crianças, passeios para os idosos, solidariedade material com Timor e na abertura dos Paços do Concelho aos munícipes, é no mínimo abusivo, visto que estas actividades já estavam estruturadas e se realizaram durante muitos anos. -----

----- Não esqueça também que a 12ª Gymnaestrada, em Portugal, já vinha sendo preparada desde o ano 2000. -----

----- Quanto ao Turismo e aos turistas também deveria referir que esta evolução, não se deve a acasos fortuitos, ela só se deve às medidas estruturantes que foram lançadas anteriormente ao seu exercício, constituindo em tempo oportuno a ATL – Associação de Turismo de Lisboa, entidade promotora da cidade e tudo isto é resultado da sua actividade e eventos. -----

----- Sr. Presidente da Câmara -----

----- A realidade é muito diferente do que apresenta, iniciativas como a do ataque ao sério e complexo problema do tráfico de droga e da toxicodépência, da prostituição e da marginalidade que lhe está associada exige esforços não só das autarquias mas essencialmente de acções integradas e planeadas com o Poder Central e de todos os agentes de intervenção e integração social. -----

----- O que se está a passar no Intendente é exemplo de que se não pode descuidar isto, é ver como se descentralizaram estas actividades para as zonas limítrofes com grande insegurança para as populações e comerciantes. -----

----- Quanto ao Casal Ventoso, os consumidores já estão a regressar à encosta e está novamente a crescer o tráfico. -----

----- A realidade é que por falta de limpeza regular, a retirada do gabinete de apoio e de outros meios se está a retroceder perigosamente. -----

----- A propósito, gostaria de solicitar-lhe a entrega a esta Assembleia dos relatórios sobre a situação no Intendente, que foi amplamente divulgado na comunicação social. -----

----- Sr. Presidente da Câmara -----

----- É obrigação da câmara os arranjos das ruas, dos passeios, a limpeza e salubridade entre muitas outras acções, por isso, é esbanjar os dinheiros públicos quando se plantam painéis de propaganda em todo o lado para alertar os munícipes de pequenas obras de rotina tipo tapar uns buracos ou fazer alguns metros de tapete e ao lado se coloca um *outdoor* de 8 x 3! -----

----- Mal vai o seu reinado quando a tal tem que recorrer. -----

----- Já agora também o queria equacionar, sobre como aprovou a campanha publicitária comercial de uma grande multinacional, autorizando a colocação de autênticos mamarrachos em praças ex-libris da cidade, como o Marquês de Pombal e o Rossio entre outras. -----

----- É no mínimo Kitch! -----

----- Quanto à reabilitação urbana, seria muito útil sabermos quantos edifícios já foram recuperados no âmbito do programa amplamente anunciado e que tipo de intervenções têm sido feitas, como por exemplo na Rua da Madalena. -----

----- Ao que parece a taxa de execução tem sido muito baixa e as intervenções estão apenas ao nível das fachadas. Grandes telas que anunciam obras coercivas já começam a ser ilegíveis, em resultado do muito tempo que lá foram colocadas. Como por exemplo a do edifício da Av. da Liberdade. -----

----- Gostaríamos também de ter conhecimento em concreto quais são os 200 edifícios que vão ser recuperados na zona do Chiado. -----

----- No dia europeu sem carros, V. Exa. e vários Ministros e Secretários de Estado, numa acção mediática, passearam-se pela Baixa de Lisboa, mas não passaram, como é hábito, na Rua do Crucifixo, em particular à saída do Metro Baixa Chiado, onde há vários meses foi iniciada uma obra no pavimento e recuperação de passeios, estando parada há longo tempo, obrigando os milhares de passageiros do metro a passar numa via da capital como se de um caminho de cabras de tratasse. -----

----- Não é desta forma que se dá o primado ao peão e ao transporte público. -----

----- Sr. Presidente da Câmara -----

----- Tendo sido seu compromisso a resolução do problema da Feira Popular incluindo o protocolo a assinar com os Feirantes, pergunto-lhe, como está o problema, uma vez que continua a haver preocupações sobre a continuidade em novos moldes desta feira.-----

----- Tal como tenho vindo a afirmar noutras ocasiões nesta Assembleia, o estado da Cidade de Lisboa, continua a confrontar-se com inúmeros problemas sem que os lisboetas vislumbrem a sua resolução.” -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que assistiram hoje na Assembleia à originalidade de ver o Sr. Presidente da Câmara a comentar os outros comentadores televisivos. De facto, era original e sentiam-se até um bocado privilegiados por o Sr. Presidente da Câmara ter tido ali oportunidade de responder a alguns outros comentadores televisivos, nomeadamente ao seu colega de partido Pacheco Pereira, designadamente em relação às críticas que lhe foram feitas quanto aos *outdoors* relativos às campanhas que ia fazendo. -----

----- Portanto, era, de facto, uma situação original que registavam, muitas vezes já nem sabiam em que qualidade o escutavam: se na de Presidente da Câmara, se na de comentador, se na de Vice-Presidente do PSD, mas era evidente que o ouviam sempre com muita atenção. Oxalá continuasse a ter tempo para ser Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, porque tendo tanta coisa e, ainda por cima, coincidindo as suas intervenções na SIC com os dias do Plenário da Assembleia Municipal, temia que

pudessem ficar um bocado prejudicados em termos da sua presença e das suas explicações. -----

----- Mas também registava, de facto, uma diferença entre aquilo que estava escrito na informação e aquilo que foi dito na sua apresentação. Por aquilo que escreveu quase se atrevera a dizer que o Sr. Presidente da Câmara estava a ficar com tiques cavaquistas, coisa que certamente era um elogio que lhe podia fazer. Mas a sua intervenção oral foi efectivamente mais comedida, mais modesta e mais partilhada com a Assembleia. -----

----- No entanto, queria dizer que havia quatro sectores onde a Cidade de Lisboa estava pior. Reconhecia que tem havido avanços numas áreas, não estavam ali só para dizer mal, para destruir, mas efectivamente havia quatro sectores onde a cidade estava a regredir, onde podiam dizer, comparativamente àquilo que era antes do Sr. Presidente da Câmara iniciar o seu mandato, que Lisboa não estava mais bonita, não estava mais feliz e não estava a progredir. -----

----- O primeiro tinha a ver com as questões relativas à higiene urbana, onde, de facto, havia uma clara regressão e por isso mesmo teria de implicar da parte do Sr. Presidente da Câmara uma particular atenção: os passeios estavam mais sujos, não eram implementadas medidas concretas em relação à regulamentação feita no final do mandato da anterior coligação relativamente ao problema dos dejectos caninos, as sarjetas estavam entupidas, os passeios continuavam a estar ocupados pelos automóveis, e dos ecopontos nem valia a pena falar porque eram uma anedota da cidade. Portanto nesta matéria era preciso uma particular atenção: uma campanha de sensibilização dos moradores era evidente que era necessária, nomeadamente quanto à utilização dos ecopontos, mas isso não invalidava que a Câmara não tivesse responsabilidades, não tivesse que ter uma actuação muito mais permanente e premente sobre os mesmos. Também na lavagem das ruas a situação regredira, estava muito pior, e pretendia chamar a atenção particularmente para esta questão. -----

----- O segundo tinha a ver com questões que se prendiam com a segurança das pessoas, matéria em relação à qual o relatório anual da PSP indicava claramente que a criminalidade aumentara na Cidade de Lisboa: não aumentara muito, mas aumentara.--

----- Recordou que um dos temas da campanha do Sr. Presidente da Câmara foi que as questões da criminalidade iriam também estar na ordem do dia e que com ele isso iria ser diferente. Só que não estava a ser diferente! Havia mais assaltos nas ruas, havia mais insegurança, a única coisa que porventura podia acontecer era que agora havia menos cobertura, menos apetência da comunicação social por essas questões do que antes. Mas os problemas estavam aí, e, portanto, o Sr. Presidente da Câmara teria que dar sinais concretos de que estava preocupado com essa questão. E o primeiro sinal concreto que teria que dar era pôr a funcionar o Conselho Municipal de Segurança, porque desde que o Sr. Presidente da Câmara assumira o mandato ele apenas reunira duas vezes, o que era manifestamente insuficiente. O Sr. Presidente da Câmara podia não ter o perfil para dirigir o Conselho Municipal de Segurança, mas era necessário que delegasse esse poder num Vereador que se dedicasse com mais tempo e mais atenção a essa área. E o Sr. Presidente da Câmara teria que ultrapassar a fase dos

estatutos, dos regulamentos, do *show off* nessa matéria, tinha que ouvir o Conselho Municipal de Segurança e aplicar as suas conclusões. -----

----- Portanto, era um reparo que fazia chamando a atenção que Lisboa estava pior nesta matéria, porque como Presidente da Câmara e Vice-Presidente do PSD, como alguém que falava com o Primeiro-Ministro todos os dias, teria que estar preocupado com essa questão e teria que tomar medidas e usar as suas boas influências junto do Primeiro-Ministro para que tudo corresse melhor nessa matéria, coisa que não estava a acontecer. -----

----- Havia ainda uma terceira área em relação à qual, não obstante reconhecer haver algumas medidas de sucesso e populares como foram as que se tomaram em relação aos bairros históricos em termos de vedação do trânsito, era evidente que a mobilidade e o ordenamento do trânsito na cidade piorara desde que o Sr. Presidente da Câmara assumira o poder. Por mais que dissesse, piorou! -----

----- Ficava agora satisfeito que se tivesse encomendado um estudo para o Plano de Mobilidade da Cidade, mas era necessário que o Sr. Presidente da Câmara tomasse medidas concretas. Em primeiro lugar, em relação ao estacionamento caótico com os carros em cima dos passeios, particularmente na Baixa da cidade. Também era necessário, mas não era prioritário, perseguir os moradores dos bairros onde não havia estacionamento alternativo e que por isso mesmo tinham que deixar os carros, à noite, em cima dos passeios, mas era ver o que se passava durante o dia na Baixa, na Av. de Roma e muitos outros sítios onde o estacionamento era feito em segunda e terceira filas ou em cima do passeio, assistindo-se, depois, a que os idosos, os inválidos e os cegos tinham que sair dos passeios e andar no meio da rua porque os mesmos estavam ocupados pelos carros. -----

----- E quanto à mobilidade dizia que, por exemplo, aquilo que se passava com o trânsito que circundava a Cidade Universitária era qualquer coisa de caótico, e o Sr. Presidente da Câmara já estava há dois anos no poder, portanto já tinha obrigação de ter tomado medidas para ordenar o trânsito nessa zona. Essa questão do trânsito não corria bem em muitos outros sítios, mas na zona da Cidade Universitária não corria mesmo nada bem. -----

----- Daí perguntar o que seria quando estivesse construído o túnel que o Sr. Presidente da Câmara ia fazer, que – já não era só ele que o dizia mas também muitas outras pessoas, inclusive o Prof. José Manuel Viegas – iria despejar muitos mais carros dentro da cidade e iria ser um convite ao uso do transporte individual em detrimento do transporte colectivo. Talvez o Sr. Presidente da Câmara devesse ter começado pelo Plano de Mobilidade antes de se decidir a implementar ou não implementar o Túnel do Marquês. -----

----- De qualquer modo, em relação ao túnel também tinha uma pergunta muito concreta a fazer. Sabiam que havia, e há, um erro de projecto em relação à saída do túnel para a ligação à Av. Fontes Pereira de Melo, o Sr. Presidente da Câmara assumira o compromisso que a empresa que vai fazer o túnel faria a alteração a isso e que iria apresentar a solução, tinha até ideia que teria prometido que faria isso brevemente numa reunião da Câmara Municipal cuja data já tinha passado, e,

portanto, a sua pergunta era se já estava resolvido esse problema porque uma vez que ia haver túnel – em seu entender, mal – que ele não tivesse erros à nascença que depois trariam maior constrangimento à cidade. -----

----- Portanto, nessa área do ordenamento do trânsito o Sr. Presidente da Câmara não estava a registar sucessos, embora tivesse tomado medidas concretas e positivas nalgumas zonas da cidade, porque a cidade estava a regredir, o trânsito estava mais desordenado, havia mais automóveis dentro da cidade e em cima dos passeios em detrimento da circulação das pessoas. -----

----- E a última área para a qual desejava chamar a atenção da Câmara tinha a ver com as colectividades desportivas, recreativas e culturais da cidade, que contribuíam, de uma forma que achava importante, para o fortalecimento do tecido social da cidade, principalmente nos bairros mais periféricos, nos bairros com mais pessoas de menores condições económicas, portanto mais permeáveis a determinado tipo de situações que todos não desejavam e não gostavam. -----

----- Portanto, o apoio às colectividades era essencial, mas verificavam, pelo menos o Partido Socialista, que por parte da Câmara Municipal de Lisboa havia uma grande insensibilidade em relação ao apoio a essas colectividades. Ainda não tinha sido feita a distribuição que se costumava fazer às colectividades em termos de apoios e de verbas, normalmente isso era feito em contacto com as Juntas de Freguesia, era feito sob a sua própria orientação fossem de que partido fossem, mas as informações que tinham era que a Câmara ainda não consultara as Juntas de Freguesia para poder dar esse apoio, que era vital para a consolidação do tecido urbano, do tecido social e para que todos pudessem ter na cidade uma vida mais tranquila e mais harmoniosa. -----

----- Terminou dizendo que era isto que queria referir em jeito telegráfico. Teriam, no dia 14 de Outubro, um debate sobre o estado da cidade, essa seria a altura para dissecarem as políticas de fundo e também porventura apresentarem as suas próprias alternativas, mas hoje não se sentiria bem com a sua consciência se não dissesse o que acabava de dizer e que a cidade estava a regredir nas áreas fundamentais que acabara de referir. -----

----- **O Deputado Municipal José Luís Ferreira (PEV)**, no uso da palavra, depois de louvar a iniciativa da Câmara por retirar os carros de Alfama, disse que vinha reparando que havia muitos cartazes pela cidade a dizer “já reparou que”, e, a esse propósito, perguntava se o Sr. Presidente da Câmara já teria reparado que não seria possível promover uma iniciativa como a do “Dia Sem Carros” sem informar os cidadãos das medidas que se pretendiam para esse dia. -----

----- Teria reparado o Sr. Presidente da Câmara que pouca gente sabia que os transportes públicos eram gratuitos nesse dia e ninguém sabia as ruas que iriam ser fechadas? Tantos cartazes a anunciar tudo e nem um único cartaz que pudesse informar os lisboetas das ruas que iriam fechar. Hoje ficaram a saber que o Sr. Presidente da Câmara até gostava de cartazes, mas nem um a informar que ruas fechavam no “Dia Sem Carros”! Já reparara o Sr. Presidente da Câmara que uma séria adesão ao “Dia Sem Carros” implicaria uma forte adesão à iniciativa? Já reparara o Sr. Presidente da Câmara que quando se fechava o trânsito em Alfama ou no Bairro

Alto a aceitação das pessoas só ocorria porque havia previamente uma forte campanha de sensibilização e amadurecimento para as questões da qualidade de vida e para as vantagens de tais medidas? -----

----- Seguidamente, formulou três perguntas. -----

----- Primeira, que já foi feita mas ainda não foi respondida, era que tendo começado as obras do Túnel do Marquês, o PEV desejava que fosse informado sobre os estudos que sustentavam a opção por esta obra, se existiam e quais eram. -----

----- Segunda, no Ano Internacional da Água Doce a Assembleia Municipal de Lisboa ia promover um Colóquio sobre o tema no próximo mês, e desejava saber que iniciativas promovera a Câmara para se associar a esta campanha de grande importância. -----

----- Terceira, no Ano Europeu da Pessoa com Deficiência desejava saber que iniciativas a Câmara promovera para assinalar esse facto, ou seja, para se associar a essa iniciativa da Organização das Nações Unidas. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Soares (BE)**, no uso da palavra, disse que havia várias formas de fazer balanços, havia uma que parecia ser a opção do Sr. Presidente da Câmara de apresentar algumas obras feitas, algumas medidas tomadas, mas que, obviamente teria que ter o contraponto da oposição, nomeadamente do Bloco de Esquerda, de acrescentar todas aquelas que não foram feitas e, portanto, ficariam ali num debate quase de mercearia, sem desprimor para quem exercia essa actividade. ----

----- No seu entender, aquilo que mereceria consideração era que o Sr. Presidente da Câmara lhes dissesse que, no meio dessa meada enorme de prioridades e de tarefas que havia para executar em Lisboa, tinha pegado na ponta da meada e que estava a desenrolá-la. Portanto, que lhes iria dizendo as dificuldades que ia tendo e os êxitos que ia obtendo nesse desenrolar da meada dos problemas de Lisboa. -----

----- Nomeadamente aquele que já foi considerado pelo Sr. Presidente da Câmara como a batalha das batalhas, que era o problema dos bairros sociais, de dar avanços decisivos no combate à segregação social, à degradação dos bairros sociais. Aquilo que também já ali tinha sido dito pelo Bloco de Esquerda que era a necessidade absoluta de avançar com um polis para os bairros sociais em Lisboa. Era preciso impor ao Governo a necessidade absoluta de medidas concretas com o apoio central para que se resolvessem os problemas dos bairros sociais em Lisboa. Mas isso não acontecia! -----

----- O Bloco de Esquerda tinha uma tese em relação a esse problema que, como qualquer tese, poderia ser contestável, mas tentariam prová-la. Essa tese era de que tal como as flores da Av. da Liberdade a Câmara estava politicamente murcha. Pensavam que efectivamente havia um processo de perda de força política, perda de chama política do Executivo municipal, pois, para além das contradições intestinas que não valia a pena estarem ali a referir porque todos as conheciam, o Sr. Presidente da Câmara não conseguia mais do que defender a sua agenda política de três ou quatro questões, e não conseguia apresentar aquilo que já várias vezes ali tinham reclamado que era qual a ideia estratégica para a cidade. -----

----- E porque tinham muita limitação de tempo, desejava apenas levantar mais uma outra questão, para além daquelas que já tinham levantado em momentos idênticos a este. Entendia o Bloco que existia uma incapacidade política de assumir Lisboa como um pólo central de uma vasta área metropolitana. O Sr. Presidente da Câmara reconhecera, há minutos, que era preocupante a perspectiva que nesta pequena parte do território nacional, apenas 3%, se concentrasse quase metade da população portuguesa! Mas Lisboa, que deveria ter um papel central no enfrentar dessa situação, o que tinha feito? Bem, todos viram, no final do mês de Julho, o Conselho de Ministros, do Porto, dizer que tinha aprovado várias medidas, uma delas as sociedades de reabilitação urbana. Não sabiam o que eram, mas porque o Sr. Presidente da Câmara manifestara grande alegria em relação a essa aprovação, gostariam que explicasse que consequências concretas teriam em Lisboa, para além dos apetites que o Grupo Amorim já manifestara em relação a Lisboa. -----

----- Mas o Conselho de Ministros, do Porto, também aprovara a Autoridade Metropolitana de Transportes e desta vez o Sr. Presidente da Câmara esquecera-se de falar nisso, pelo que perguntava onde estava a Autoridade Metropolitana de Transportes. Aliás, informava o Sr. Presidente da Câmara, embora certamente soubesse, que dentro de dias caducava a autorização legislativa para a Autoridade Metropolitana de Transportes, ninguém conhecia a lei, o próprio Presidente dizia que ainda não teve tempo de a ler e que possivelmente teriam de passar por uma fase transitória em relação a essa matéria, não havia, ainda, comissão de instalação dessa Autoridade e dentro de dias essa autorização legislativa caducava! Como era em relação aos problemas dos transportes, da mobilidade e do estacionamento desta Área Metropolitana em que Lisboa tinha um papel central? -----

----- Disse, ainda, que podia continuar em relação a essa falta de capacidade política para assumir Lisboa como o centro da sua Área Metropolitana, mas apenas ia referir mais uma questão: este ano o Governo aprovara as leis relativas às áreas metropolitanas e às comunidades intermunicipais, mas não ouviu o Sr. Presidente da Câmara tomar uma única posição sobre isso e, no entanto, essas leis não eram mais do que a colonagem daquilo que existia actualmente da Área Metropolitana de Lisboa, que era um falhanço absoluto. Era preciso que Lisboa dissesse ao Governo que essas leis não serviam os interesses das áreas metropolitanas e que, mais uma vez, a questão constitucional, e mesmo do programa do PSD, da descentralização e da subsidiariedade era colocada a um patamar o mais raso possível que era o da ineficiência absoluta. -----

----- Lisboa tinha que dizer que não podia ser assim, que tinha que ter uma Autoridade Metropolitana de Transportes, que tinha que ter uma Área Metropolitana com autarcas eleitos que se responsabilizassem politicamente, que tinha que ter capacidade para fazer obras ao nível metropolitano, supramunicipal, que não fossem penalizantes dos Municípios, porque essa lei dizia que no caso de haver financiamentos os Municípios iriam ser penalizados. -----

----- Existia, de facto, um estranho *low profile* que não era muito condizente com a personalidade do Sr. Presidente da Câmara em relação ao Poder Central e à falta de

política metropolitana do Governo Central e do PSD, ou seja, da coligação PSD/CDS-PP. Porque era que isso acontecia?-----

----- Perguntou, a terminar, se o Sr. Presidente da Câmara estava a pensar ficar à frente da Câmara Municipal de Lisboa até Outubro de 2005. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra, começando pelo trocadilho do tom escrito e do tom oral, disse que o Deputado Municipal Pedro Soares introduzira um tema que ele próprio se preparava para trazer ao debate, que era aquilo que não foi hoje dito pelo Sr. Presidente da Câmara, como o fez, aliás, na última informação escrita. E recordava que nessa altura, sendo certo que não estava escrito na informação, o Sr. Presidente da Câmara realmente levantou o problema da Autoridade Metropolitana de Transportes, e ela aí estava aprovada. -----

----- Lembrou o facto do Sr. Presidente da Câmara, há três meses, ter referido alguma apreensão sobre a matéria, e, enfim, talvez fosse pouco mas o facto era que com apenas ano e meio de convivência entre o Executivo municipal e o Governo central se conseguira aquilo que durante seis ou mais anos não tinha sido conseguido. -----

----- Portanto, o Sr. Presidente da Câmara não invocara hoje esta questão, tinha-a referido há três meses, e não veio hoje vangloriar-se da mesma. Mas pensava que era uma medida importante naquela lógica metropolitana que ali várias vezes foi apontada. -----

----- Por conseguinte, entre o tom do que foi escrito e do que foi falado, havia ali aquele que não foi falado e nem sequer foi escrito, como era esse da Autoridade Metropolitana de Transportes. -----

----- Sobre a intervenção do Deputado Municipal Martinho Baptista, disse que já estava à espera que falasse outra vez da paginação e do índice. Era certo que havia ali uma nota que referia o número total de páginas, concretamente 250, mas porque continuava a faltar a paginação recomendava à Câmara que ela fosse feita e não se ficasse pela referência ao número global de páginas, mesmo que se tivessem que numerar os vários exemplares da informação escrita um a um. -----

----- No entanto, mantinha-se a boa linha da informação/síntese de entrada. O Executivo elencava ali um conjunto de questões, que estavam escritas e apontavam progressos na cidade, e dessas chamava a atenção para uma, na linha, aliás, daquilo que ali tinha falado da última vez quando se referira o movimento transatlântico de Lisboa, que era, de facto, o índice de positividade dado pelos turistas que visitavam a cidade atribuindo-lhe a nota 9, o que espelhava uma metrópole com vocação atlântica, conjugado com aquilo que também puderam apreciar na última informação sobre o movimento dos paquetes. -----

----- No tocante à recuperação e reabilitação disse que eram evidentes alguns passos, como na informação se referia em pormenor nomeadamente na Av. 24 de Julho, que foi precisamente outra das linhas que na última informação não estava escrita mas que foi falada pelo Sr. Presidente da Câmara como uma aposta forte para a recuperação e reabilitação do património construído. -----

----- Quanto às questões de fundo colocadas pelo PS, disse que não tendo o retrato exacto da cidade sobre essa questão do pandemónio do trânsito e do estacionamento

caótico punha algumas dúvidas que o problema estivesse agora muito pior que estava antes. Aliás, agora via-se mais Polícia Municipal a intervir na área do trânsito e do estacionamento, coisa que antes não existia, portanto alguma coisa nessa matéria tinha mudado, e não lhe parecia tão linear e tão cristalino como havia sido apresentado. -----

----- **O Deputado Municipal António Pereira (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila, no uso da palavra, leu o seguinte documento: -----

----- “Porque o *slogan* que V. Exa. quer fazer passar na sua informação escrita dizendo que Lisboa está a andar, não corresponde minimamente à verdade, gostava de lhe fazer um convite muito sincero. -----

----- Venha visitar Marvila e os seus bairros, para que V. Exa. com os seus próprios olhos, veja e conclua que, das duas uma, ou Lisboa não está a andar como V. Exa. pensa ou então se está, Marvila não faz parte de Lisboa -----

----- Nesta visita, Sr. Presidente da Câmara, gostava que V. Exa. visse por exemplo, no Bairro da Amendoeira, as obras na Av. Dr. Augusto Castro, iniciadas 2 semanas antes das últimas eleições autárquicas e que ao ritmo que andam temos obras até ao fim do mandato. -----

----- Os espaços envolventes dos Lotes 47, 48 e 49 da Rua Tomás de Alcaide, continuam a mato apesar de já existirem projectos na CML para a sua requalificação.--

----- Para lhe mostrar o caos a todos os níveis da chamada Via Central de Peões, Sr. Presidente gostava também de lhe mostrar o verdadeiro Bairro do Condado a que V. Exa. chama Zona J, para verificar com os seus próprios olhos que aquilo que tanto o espantou na sua primeira visita a Marvila, logo após a sua tomada de posse, continua quase tudo como então: -----

----- Os espaços verdes entre as ruas Carlos Gentil e Eng. Cunha Leal, estão a monte, assim como os taludes; -----

----- Os lotes, as torres e as bandas que estavam degradadas e a precisar de obras urgentes, continuam à espera; -----

----- Os depósitos de água existentes no cimo das torres continuam um perigo para todos; -----

----- As obras inacabadas com fios pendurados são o pão-nosso de cada dia; -----

----- A limpeza e a higiene urbana estão pelas ruas da amargura. -----

----- Sr. Presidente, também gostava de lhe mostrar o estado degradadíssimo em que se encontram os prédios municipais dos Bairros das Salgadas e da Quinta do Chalé, até agora sem qualquer resposta a não ser promessas. -----

----- Sr. Presidente para acabar, também gostava de mostrar a V. Exa. a verdadeira velocidade a que Lisboa anda, que na minha opinião é pouco mais que velocidade zero, senão vejamos: -----

----- Abertura de equipamentos e infra-estruturas construídas pela gestão anterior, como por exemplo o Espaço Jovem, no Bairro do Armador, a Escola Municipal Infantil de Trânsito no mesmo Bairro, assim como o Centro de Saúde do Bairro do Lóios, que V. Exa. se comprometeu a equipá-lo, continua tudo só promessas. -----

----- A solicitação da nossa Vereadora Rita Magrinho, da Câmara Municipal de Lisboa, foram pedidos esclarecimentos à Administração do Metro sobre a abertura da

estação da Bela Vista. O Metro respondeu que se iam iniciar as obras – já se iniciaram – e que está prevista a sua abertura para o dia 30 de Novembro, mas diz com excepção das escadas mecânicas, ou seja das escadas rolantes. Eu pergunto para que é que serve uma estação dessas sem escadas rolantes. Como é que os idosos que vão às compras, pessoas com crianças ao colo ou com carrinhos de bebé podem depois subir 20 ou 30 metros? O Sr. Presidente da Câmara deve inteirar-se junto do Metro se isso é verdade e como é que isto acontece, porque as pessoas que ali moram têm direito a ser tratadas em pé de igualdade com as demais. -----

----- Sr. Presidente, era esta Lisboa, que continua parada, que gostava de mostrar a V. Exa. pelo que lhe renovo o convite, venha visitar Marvila que terei todo o gosto em nome da população de o acompanhar.” -----

----- **A Deputada Municipal Irene Lopes (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina, no uso da palavra, começou por perguntar ao Sr. Presidente da Câmara quando era estendido à restante zona da sua freguesia o condicionamento do trânsito, já que houve a promessa de que seria estendido até final do ano. É que era recordada, quer por moradores, quer pela comunicação social que não a largava a telefonar para a Junta questionando como era, e tinha que responder que não sabia porque ainda não houve reuniões de trabalho. E, na realidade, tal como acontecera na parte do Bairro Alto que foi condicionada e em Alfama, houve um trabalho importante de conjugação e articulação entre as Juntas de Freguesia envolvidas e a Câmara Municipal. -----

----- Portanto, estava preocupada porque até ao final do ano pensava que já não seria possível visto que a Junta ainda não foi contactada para nenhuma reunião de trabalho. E a situação era grave porque apesar dos esforços que a Câmara fez em termos de carreira 92, em termos de protocolos com parques de estacionamento, etc., a zona que ficou de fora, que era toda a zona da Freguesia de Santa Catarina que apanha uma parte do Bairro Alto que não ficara condicionada, entre a Rua da Rosa e a Rua do Século, e toda a outra zona conhecida pelo Bairro de Santa Catarina e ainda a zona entre a Rua Poço dos Negros e a Rua dos Poiais de São Bento, com as suas travessas pequeníssimas, toda essa área estava a viver uma situação incrível. Isto porque, apesar de todas essas medidas tomadas pela Câmara, imensos moradores das zonas condicionadas iam ali pôr os carros, o mesmo fazendo visitantes do Bairro Alto, o que originava por vezes problemas até com ambulâncias como acontecera recentemente em que uma senhora teve de ser transportada na marquesa, por duas ruas, a pé, porque a ambulância não conseguira entrar. -----

----- Aliás, tal como a limpeza e higiene urbana visto que os carros do lixo não conseguiam entrar em muitas das zonas apertadas da freguesia. Portanto, havia problemas de segurança e, por isso, pedia que essa experiência que já foi feita noutros sítios fosse rapidamente alargada à Freguesia de Santa Catarina e não só, porque depois também não faria sentido que as zonas envolventes de Santa Catarina ficassem com o mesmo problema, nomeadamente da Freguesia das Mercês com quem a Freguesia de Santa Catarina até partilhava algumas ruas. Daí esperar que rapidamente

fosse marcada uma reunião de trabalho, e desde já se colocava à disposição para tudo aquilo que fosse necessário nessa matéria. -----

----- Disse, depois, que na informação escrita não viu nada sobre o polivalente de Santa Catarina, e recordava que era polivalente e não polidesportivo na medida em que tinha uma área de lazer, um espaço verde e também a parte desportiva. Sabiam que houve obras mas nunca houve o mínimo contacto, o que estranhavam porque o dono do terreno era a Junta, o autor do projecto era um membro da Assembleia de Freguesia de Santa Catarina, a população queria saber, a Junta também, e não sabiam o que efectivamente se passava. -----

----- Referiu que há pouco tempo pedira uma intervenção do Sr. Director Municipal, por indicação do Sr. Vereador Pedro Pinto, e até ao dia de hoje não teve nada e era importante que tivessem tido porque foi construída uma área verde e essa área verde não estava a poder ser regada porque o empreiteiro que lá estava entretanto foi-se embora, arrancou o contador provisório, à Junta não punham um contador provisório porque não era um empreiteiro, e entretanto tinham uma zona que estava linda mas que devido à vaga de calor começava a enfraquecer e estavam a deitar fora um trabalho que foi feito e que era importante para a população. -----

----- Ainda sobre este assunto, disse que se estava tudo praticamente pronto era importante que houvesse uma reunião para articulação, entre a Junta e a Câmara, porque a Junta estava ao dispor para tudo e para prepararem, inclusivamente, em conjunto, a inauguração desse espaço, se possível no mês de Outubro que era quando a freguesia fazia 444 anos. Se não pudesse ser nesse mês de Outubro que fosse no mês de Novembro, próximo do dia 25, que era o dia de Santa Catarina em que a imagem da santa iria finalmente regressar à Igreja de Santa Catarina. -----

----- Portanto, esperava que houvesse essa cooperação porque sentia que havia algum voltar de costas e a Junta estava ali para trabalhar em conjunto com a Câmara. -----

----- Relativamente à limpeza disse que era incrível o que se passava com a higiene urbana, mesmo nas ruas onde não havia a desculpa de ser difícil lá entrar. Não havia cuidado na recolha, não havia limpeza, não havia lavagem de ruas, por vezes, no inverno, quando chovia viam-nos a lavar as ruas enquanto que, no verão, passavam-se semanas e semanas sem que houvesse a mínima lavagem. -----

----- Por outro lado, desejava também chamar a atenção do Sr. Presidente da Câmara relativamente a uma situação relacionada com a EMEL, porque nos poucos lugares que a Freguesia de Santa Catarina tinha com parquímetros a maior parte deles estavam avariados. Pensava que era só ali atendendo a que estava próximo da zona intervencionada do Bairro Alto e que a juventude à noite, tal como fazia pinturas grafitais, também os estragasse. Mas não! A sua filha mora na zona de Arroios e em todas as máquinas dessa zona, junto da Praça do Chile e zonas circundantes, também não havia uma única que estivesse a funcionar. Portanto teria que haver alguma fiscalização. Não sabia se as medidas que o Prof. José Manuel Viegas preconizava para alteração do sistema tarifário dos parquímetros seriam implementadas mais cedo, mas pensava que como estava não podia ser porque isso passava-se por toda a cidade e alguma coisa teria que ser feita. -----

----- Terminou dizendo que também achava importante que houvesse campanhas de sensibilização relativamente à limpeza da cidade, mas que igualmente se divulgassem as coimas a aplicar em determinadas situações e que elas viessem efectivamente a exercer-se, pois estavam próximos do Euro/2004 e era importante que a cidade saísse com a imagem limpa e segura que todos queriam. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Habitação e Reabilitação Urbana, disse que tinha um documento que foi elaborado na sequência da visita que a Comissão teve da Sociedade Portuguesa de Engenharia Sísmica, que era do conhecimento de todos os membros da Comissão, e que aludia a situações que eventualmente poderiam acontecer na região de Lisboa se ela fosse abalada por abalos sísmicos de grande intensidade. -----

----- No entanto, porque o tempo era escasso, abstinha-se da sua leitura e entregava-o na Mesa para que fosse feita a sua divulgação pelos Deputados Municipais e inserido na acta desta reunião. -----

----- Depois da entrega do aludido documento na Mesa, continuou a sua intervenção dizendo que neste ponto da Ordem de Trabalhos havia na Assembleia algumas posições que eram conhecidas, eram sistemáticas, eram normais por força daquilo que eram as ideologias das pessoas que representavam os vários partidos. Do PCP não se esperava que dissesse outra coisa para além daquilo que dizia, principalmente quando teve fortes responsabilidades no mandato anterior, e onde, infelizmente, deixara a cidade no estado que foi visível. -----

----- Mas viam também ali tomar posições que revelavam já alguma maturidade política e algum senso em termos de consciencialização daquilo que era a realidade da cidade. E, nesse aspecto, não podia deixar de salientar a posição tomada pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, do PS, que se congratulava com os avanços manifestados em muitas das áreas de governação da cidade e apontou quatro sectores em que, segundo a sua opinião, a cidade não estaria melhor. E esses aspectos eram aqueles em que, de facto, as cidades nunca resolveriam os seus problemas. As cidades teriam sempre esses problemas! -----

----- Por exemplo, o problema da mobilidade era um problema eterno, mas no caso de Lisboa não estava pior. Ele próprio vinha agora com mais facilidade para o centro da cidade do que vinha há algum tempo. O início das obras do Túnel do Marquês veio provocar talvez um desvio trânsito, mas actualmente chegava-se mais depressa à Praça do Marquês de Pombal do que se chegava antes. -----

----- Relativamente à higiene urbana, disse que o PSD muitas vezes teve oportunidade, em mandatos anteriores, de chamar ali a atenção para o estado lastimoso em que se encontravam alguns jardins, nomeadamente o de Belém e outros, porque estavam completamente votados ao abandono. -----

----- De facto, era capaz de não se conseguir resolver todos os problemas da cidade, mas aquilo que o Sr. Presidente da Câmara e o seu Executivo tinham vindo a fazer era significativamente melhor que o que foi feito anteriormente, o que constituía uma esperança para que muitos outros aspectos pudessem melhorar. -----

----- No documento entregue na Mesa pelo Deputado Municipal Victor Gonçalves, o Sr. Presidente exarou o seguinte despacho: “Para incluir na acta da reunião da AML de 23/09/03 e para distribuir a todos os Senhores Deputados Municipais no dia 30/09/03”, pelo que a seguir se transcreve, na íntegra, o aludido documento. -----

----- QUE A TERRA NÃO TREMA -----

----- “Portugal é, para além de um país de brandos costumes e de gente pacífica e laboriosa, um país de grande amenidade, sendo felizmente raros os acontecimentos que nos provoquem o sentimento de catástrofe, como os recentes incêndios, as cheias de 1967 ou o terramoto de 1755, ao contrário de regiões do globo que estão com uma regularidade tremenda a ser fustigadas com desastres naturais dramáticos que provocaram ao longo da sua história prejuízos humanos e materiais incalculáveis. -----

----- Mas essa benigna localização no mapa das catástrofes naturais não nos isenta em absoluto que os mesmos fenómenos venham a ocorrer e muito menos justifica que se tal acontecer não estejamos preparados para minimizar os seus efeitos. -----

----- Isto vem a propósito da possibilidade da ocorrência de um sismo de grande intensidade na região de Lisboa. -----

----- Um sismo em si mesmo não tem nada de dramático, podem é ser dramáticos os seus efeitos se o mesmo vier a acontecer em zona densamente povoada e em que as construções e restantes infra-estruturas não estejam aptas a suportar o seu impacto. ---

----- Em termos comparativos, houve num período relativamente recente, dois sismos de grande e idêntica intensidade na Turquia em 1999 e no Japão em 2001. O primeiro foi devastador e causou milhares de mortos, o segundo apenas ligeiros prejuízos materiais. -----

----- O sismo é um fenómeno geológico que é provocado por roturas com origem em falhas existentes na crosta terrestre, falhas essas que estão localizadas. Isto determina a existência e o conhecimento dessa existência, de zonas do globo terrestres com maior propensão para a ocorrência de terremotos de acordo com a dimensão e extensão dessas mesmas falhas. -----

----- É portanto possível que onde tenha havido um forte abalo de terra, possa vir a acontecer outro meses, anos séculos ou milénios mais tarde, sendo esta periodicidade imprevisível à luz dos conhecimentos científicos actuais. -----

----- Portugal é especialmente afectado pela falha que separa a Europa da África e que passa a sul do Algarve, falha essa responsável pelo grande terramoto de 1755. -----

----- Mas em território português ocorreram muitos outros abalos com significativa intensidade e igualmente com efeitos devastadores nos últimos dois mil anos. -----

----- O primeiro de que há conhecimento remonta ao ano 60 a.C. que afectou em especial a costa ocidental da Península Ibérica, devastou inúmeras povoações e foi acompanhado de maremoto. -----

----- Em 33 d.C. ocorreu outro grande terramoto que provocou muitos estragos e mortos. -----

----- Em 382 d.C. um novo terramoto de grande intensidade e destruição. -----

----- Em 1279 mais um grande abalo sentido em todo o território com fortes prejuízos materiais e humanos. -----

----- Em 1321 ocorreram 3 abalos de grande intensidade no espaço de 3 horas sendo o último especialmente forte e destruidor. -----

----- Em 1356 novo grande abalo que provocou grande destruição em Lisboa e que teve réplicas durante um ano. -----

----- Em 1512 um abalo sísmico destrói inúmeras habitações na colina do Castelo, destrói o Mosteiro da Rosa e provoca 2.000 mortos na zona de Lisboa. -----

----- Em 1531 mais um violento terramoto com epicentro entre Vila Franca e Azambuja e um número incalculável de mortos. -----

----- Em 1721 outro terramoto com maior impacto na região do Algarve. -----

----- Em 1755 dia 1 de Novembro pelas 9h 30m, ocorreu um dos maiores sismos que afectou a Península Ibérica acompanhado de maremoto e com as consequências que todos conhecemos. -----

----- Muitos outros abalos de menor importância aconteceram na região de Lisboa desde 1755 aos nossos dias com danos materiais e humanos incomparavelmente inferiores àqueles que atrás referimos. -----

----- Portanto, Portugal e designadamente a região de Lisboa poderá vir a sentir em data imprevisível um terramoto de grande intensidade. -----

----- Mas as tecnologias e os materiais de construção foram sendo aperfeiçoados desde há séculos visando a prevenção dos seus efeitos como foi o caso de toda a baixa Pombalina, cuja reconstrução no tempo do Marquês de Pombal obedeceu a tecnologia anti-sísmica inovadora para a época. -----

----- A Sociedade Portuguesa de Engenharia Sísmica tem vindo a desenvolver um notável trabalho de informação, estudo, formação e divulgação sobre toda a problemática dos sismos e em especial os seus efeitos no parque edificado e nas infra-estruturas e propondo as formas da sua prevenção. -----

----- Podem classificar-se os edifícios de Lisboa em cinco classes de acordo com a época e o tipo de construção. A classe I correspondem aos prédios construídos antes de 1755 em alvenaria de má qualidade (ex. Mouraria); na classe II situam-se as edificações construídas entre 1755 e o final da reconstrução de Lisboa cerca de 1880, em alvenaria de pedra de razoável qualidade e com frequência utilizando elementos de madeira no interior das paredes - a célebre gaiola pombalina -; a classe III refere-se ao período seguinte e até ao início da 2ª grande guerra (1890 -1940) as edificações voltaram a ser construídas em alvenaria de pior qualidade agravando ainda a sua estabilidade o facto de muitos desses edifícios terem grandes dimensões, neste parque edificado cabem nomeadamente as chamadas avenidas novas; a classe IV corresponde aos prédios construídos entre os anos 40 e 60 já com alguns elementos de betão armado (S. Sebastião de Pedreira e Av. de Roma nomeadamente); a classe V corresponde ao parque construído após 1960 e da publicação da 1ª regulamentação anti-sísmica em que os edifícios passaram a ter obrigatoriamente estruturas de betão armado (ex. Av. dos Estados Unidos). -----

----- Um edifício construído com resistência sísmica tem exactamente o mesmo aspecto que outro construído não considerando essa possibilidade, sendo a construção do 2º naturalmente mais económico, ou seja um construtor que cumpra os

regulamentos e construa com segurança sísmica é onerado com um custo superior ao que o não fez e não tem em termos exteriores nenhuma forma em que tal seja evidenciado. Ao cliente nada lhe garante que o que compra está construído segundo as técnicas e com os materiais anti-sísmicos. -----

O construtor que cometa o crime de não respeitar a regulamentação anti-sísmica e que mais tarde venha a provocar danos humanos por força de um abalo sísmico a que esse prédio não resista não é previsível que venha a ser julgado e punido já que podem demorar muitos anos até que esse edifício seja posto à prova apagando-se a memória dos responsáveis por esse acto criminoso. -----

----- Mas segundo os responsáveis da Sociedade Portuguesa de Engenharia Sísmica, o parque edificado da região de Lisboa, na sua grande maioria não resistiria a um sismo da violência do que ocorreu em 1755 e as previsões desenvolvidas por algumas entidades ligadas à Protecção Civil, apontam para a possibilidade da ocorrência até 35 000 mortos na cidade de Lisboa. -----

----- Mais e, ainda segundo aqueles responsáveis, as alterações que têm vindo a ser introduzidas no edificado da Baixa Pombalina têm diminuído a resistência daqueles edifícios e transformado aquilo que foi o primeiro exemplo em Portugal de construção anti-sísmica numa área vulnerável a um abalo mais forte. -----

----- Lisboa tem um parque edificado muito envelhecido e pior, em muitos casos mal conservado por força de políticas que praticamente acabaram com o mercado de arrendamento desvalorizando de forma significativa e sistemática o património de muitos proprietários de edifícios que assim deixaram de investir na recuperação dos seus imóveis apesar de estarem legalmente a isso obrigados. -----

----- As intervenções em imóveis antigos visando a sua reabilitação e alteração de usos não têm respeitado em muitos casos as regras mínimas de segurança sísmica e como antes referi, nalguns casos têm mesmo diminuído essa segurança. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa nos últimos anos tem demonstrado uma grande preocupação na recuperação do parque urbano e o actual executivo tem já lançado arrojados programas visando uma recuperação o mais rápida possível quer do parque degradado municipal quer do privado. Estes esforços são louváveis, mas é fundamental ter sempre em consideração que todas as intervenções só serão verdadeiramente eficazes se visarem também a sua segurança sísmica. -----

----- Mais do que recuperar é necessário recuperar com segurança introduzindo capacidade de resistência sísmica nos edifícios, aliás no cumprimento da legislação em vigor e da vontade unânime de todos os responsáveis autárquicos. -----

----- Para tal recomenda-se que exista uma maior responsabilização e fiscalização através da própria autarquia ou da entidade credenciada para o efeito. A diferença pode vir a ser num tempo que ninguém calcula entre a vida e a morte. -----

----- Porque não certificar de forma pública os edifícios com resistência sísmica que para que o mercado e as seguradoras tenham uma informação mais correcta do valor dos imóveis e dos seus riscos? -----

----- Não estarão as seguradoras interessadas em intervir nesta área associando-se às autarquias na certificação desses edifícios quanto à sua resistência sísmica? -----

----- Propõe-se que se proceda à realização de um levantamento exaustivo do estado actual, pelo menos do parque edificado de maior risco sísmico e que seja classificado segundo esse risco; se desenvolvam estratégias eficazes de intervenção; se melhore a fiscalização e se proceda a uma informação ao munícipe eficiente e que no topo deste trabalho se venham a elaborar planos directores de reabilitação sísmica. -----

----- Entretanto... -----

----- Que o futuro nos vá garantindo o sossego de não sentirmos a terra tremer.” -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, começou por dizer que o Deputado Municipal Victor Gonçalves, ao fazer a intervenção que acabara de fazer com as características que eram muito suas, até dava a ideia que estava numa conferência a colocar as questões, mas eram questões que via ao contrário porque certamente não era aquilo que realmente via ou pensava. -----

----- Sobre a informação escrita, disse que se fossem incluídos, para além dos faxes e das notas internas que a informação referia, os officios que eram enviados à Câmara e que não tinham resposta, haveria muitas mais páginas do que as 250 que tinha. -----

----- Disse, depois, que lhe parecia antidemocrático dizer-se que em ano e meio que a Câmara estava no poder com o Governo conseguira resolver um conjunto de problemas. Seria que o facto da Câmara e o Governo serem da mesma cor política fazia com que tivessem mais respeito um pelo outro? A si não lhe parecia democrático pois mesmo de cores políticas diferentes teriam que ter sempre o mesmo respeito institucional para que os problemas fossem resolvidos. -----

----- Relativamente à LIS-Desporto, disse que em Novembro de 2002 a Assembleia Municipal decidira, com o voto contra do PCP, a extinção dessa empresa municipal. O PCP considerara na altura, e continuava a considerar, que foi um retrocesso para a Cidade de Lisboa. A LIS-Desporto não era uma empresa para gerir apenas piscinas, como se tentara fazer crer aquando da sua extinção, mas sim uma empresa para gerir os equipamentos desportivos, que com certeza estariam mais bem geridos do que estavam actualmente, mas, de qualquer forma, passado que estava um ano a situação mantinha-se tal como então estava. -----

----- E então qual era a situação dos trabalhadores? Essa era uma questão que gostariam de saber, tendo em conta que o Sr. Presidente da Câmara, em Novembro de 2002, quando interrogado pelo PCP em relação à situação dos trabalhadores da empresa, disse que os seus direitos seriam salvaguardados e que seriam reintegrados na Câmara Municipal. Portanto, desejava saber de facto se era assim e como seria isso feito, porque era preciso que esses trabalhadores encontrassem a estabilidade necessária para o seu próprio funcionamento. -----

----- Depois, referindo-se à habitação municipal da Quinta do Ourives, perguntou para quando o início da empreitada 46 e 47 que estava preparada há mais de dois anos, portanto já do tempo da Vereação anterior. É que estava próximo o inverno e a não haver intervenção nessas habitações a situação seria muito difícil para os moradores. Em Junho deste ano tinha sido informado que naquela semana essa empreitada iria

para a DMPO, e efectivamente importava saber se de facto tinha ido e já estava em andamento, assim como das empreitadas 88 do lote E e E1 e a 27 do lote F, H e J. -----

----- Gostava de saber o ponto da situação tendo em conta que dois anos era de facto muito tempo para a preparação de uma empreitada. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Napoleão (PS)**, no uso da palavra, disse que antes de ir ao ponto concreto da sua intervenção desejava dar os seus sinceros parabéns ao Clube de Futebol “Os Belenenses” que hoje fazia o seu 89º aniversário. O Clube de Futebol “Os Belenenses”, um clube eclético da zona ocidental de Lisboa, era acarinhado por todo o País e merecia da parte da Assembleia e da Câmara Municipal um olhar atento e participativo, até porque se tratava de um clube que sempre dignificou o País e em particular a Cidade de Lisboa. -----

----- Depois, disse que desejava questionar a Câmara Municipal sobre uma notícia que ontem, dia 22 de Setembro, foi veiculada pela SIC e que versava sobre o seguinte: “Os taxistas do aeroporto e a Câmara Municipal de Lisboa estavam já há alguns meses a estudar uma tarifa de 12,50 €, cerca de 2.500\$00, a cobrar a todos os que utilizam a praça do aeroporto para se deslocarem de táxi para qualquer ponto. Alegam os taxistas que querem aquela tarifa por compensação pelo tempo de espera.” -----

----- Como Deputado Municipal pretendia saber se a notícia era verdadeira e, a ser verdadeira, o que estava a ser concretamente negociado. Contudo, não podia deixar de sublinhar, desde já, que tal quantia lhe parecia exagerada e certamente a notícia, nessa parte, não estaria correcta. -----

----- **O Deputado Municipal David Castro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Charneca, no uso da palavra, disse que em relação à informação escrita do Sr. Presidente da Câmara havia algumas questões que desejava realçar, das quais a primeira era que a informação trazia muita coisa sobre o desenvolvimento do PUAL – Plano de Urbanização do Alto do Lumiar, que, como era sabido, abrangia cerca de 70% do território da Freguesia da Charneca, e outra tinha a ver com o facto de que alguns equipamentos tardavam em aparecer, no âmbito do desenvolvimento desse plano e gostariam de questionar a Câmara sobre quando e como arrancariam esses equipamentos definitivamente. -----

----- Começando pela primeira questão, disse que tinham informações recentes da Sra. Vereadora Helena Lopes da Costa, através de várias reuniões que realizaram na respectiva Comissão Permanente da Assembleia Municipal, que o centro de saúde iria arrancar este ano, e inclusivamente comprometera-se a marcar uma reunião para se definirem os *timings* da sua construção. Trata-se de um equipamento reivindicado há muitos anos pelas freguesias da Charneca e Ameixoeira, cuja construção se impunha o mais rapidamente possível. -----

----- Uma outra questão tinha a ver com o facto de apesar de já terem pedido informações à Câmara através de vários ofícios e terem alertado para a importância que tinha a construção do ATL e creche, com terreno cedido na Rua Octávio Pato, também no âmbito do PUAL, porque isso levaria a que muitos jovens que hoje intimidavam alunos e professores da Escola Pintor Almada Negreiros pudessem ter acesso a esse ATL em vez de alguma marginalidade que faziam, nomeadamente nesse

local de realojamento. Mas em relação a esse ATL e creche não só nada vinha na informação escrita, como também não obtiveram resposta aos ofícios em que pediram informações sobre o assunto. -----

----- Disse, ainda, que também em relação ao equipamento social do Reguengo, previsto desde 1990, com projecto aprovado nesse ano e com terreno no local cedido para o efeito, continuavam a não ter informação, apesar de saberem que em 2001 a Sra. Vereadora Maria Calado disse que o equipamento iria arrancar em 2002. -----

----- Relativamente aos grandes eixos, portanto eixo Norte/Sul e Av. Santos e Castro, disse que era de realçar como positivo o facto de se estar a avançar com algumas expropriações, particularmente para o desenvolvimento da Av. Santos e Castro, mas queriam deixar o alerta de que esperavam que o atraso do eixo Norte/Sul não levasse a que a Av. Santos e Castro, cuja proposta aprovada na Assembleia Municipal previa 18 meses para a sua construção, não fosse ter a rotunda da Quinta da Pailepa no eixo Norte/Sul para fazer a respectiva ligação. -----

----- Por fim, disse que a sua freguesia tem um bairro, chamado Bairro das Galinheiras e Reguengo, que era dos bairros clandestinos mais antigos de Lisboa e talvez até do País, e queriam saber qual o desenvolvimento do projecto para a sua recuperação urbanística, porque desde a reunião que tiveram com o então Vereador, Prof. Carmona Rodrigues, não obtiveram mais informação nenhuma da Câmara Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que estavam a debater com bastante interesse mais uma informação escrita, e diria, tal como já foi feito pelos seus três camaradas que falaram anteriormente, que não estavam numa postura de criticar apenas por criticar. Como toda a Assembleia já entendera a postura do PS era uma postura crítica, mas responsabilmente crítica, procurando, sobretudo, encontrar ali um ponto de equilíbrio que lhes parecia essencial e necessário visando o futuro, e visando principalmente uma coisa que era fundamental, a qualidade de vida dos cidadãos de Lisboa. -----

----- E era começando pela preocupação que todos tinham com os munícipes que os elegeram, que ficaram muito surpreendidos por não verem na informação escrita nem uma palavra sobre aquilo que a Câmara estava a fazer na Rua das Açucenas. Mas interessava perceber porquê! -----

----- Primeiro: estariam em presença do cumprimento de uma promessa – diria o Sr. Presidente da Câmara – que era honrar aquilo que tinha sido prometido na campanha eleitoral, e sobre isso apeteceria dizer que ainda bem. Aliás, já ali tinha felicitado o Sr. Presidente da Câmara por honrar os seus compromissos. Neste caso, porém, não podia nem devia fazê-lo porque estavam em presença de algo que era manifestamente uma gestão danosa. E porquê a gestão danosa da Câmara perante esse facto? Era simples! Era porque quando na campanha eleitoral o Sr. Presidente da Câmara fez essa promessa, certamente não deteria todos os dados da situação. -----

----- E essa promessa baseava-se no seguinte: estava a ser feito um empreendimento para realojamento, no âmbito do PER, que, segundo o entendimento do então candidato Dr. Pedro Santana Lopes, violava o PDM. E, portanto, como havia uma

violação do PDM e como havia munícipes que estavam contra essa violação, havia o seu compromisso de que iria demolir aqueles imóveis. -----

----- E uma das suas primeiras medidas, já lá iam quase dois anos, foi exactamente embargar aquelas obras. Mas, posteriormente, na posse de todos os dados, o Sr. Presidente da Câmara entendera e percebera que não havia ali uma violação do PDM, e só assim se podia entender que após o embargo tivesse decretado o levantamento do mesmo e ordenado que as obras avançassem. -----

----- Daí o espanto que agora, de novo, tivesse resultado um novo embargo e que mais do que um novo embargo se tivesse assistido à demolição dos últimos andares, porque aí é que havia alguma coisa que não conseguiam entender. -----

----- A primeira questão, e questão fundamental, era que se estavam em presença de uma violação do PDM era evidente que aquilo que o Sr. Presidente da Câmara tinha que ordenar era a demolição de todos os imóveis, e não foi isso que aconteceu! Porquê? Porque manifestamente não havia violação do PDM como bem se percebera! E não havendo violação do PDM, que era a única justificação para o Sr. Presidente da Câmara não ter ordenado a violação de todos os imóveis – e este era o único pressuposto que sabiam – não era entendível por ninguém que a obra tivesse estado embargada quase cerca de um ano, depois tivesse sido dada ordem para continuar, eventualmente até depois de ter sido ouvido o arquitecto que estava a elaborar o projecto já ordenado pela actual Câmara, e que, agora, finalmente viessem a assistir a esta situação. -----

----- Isto era tanto mais dramático quanto com este impasse a que o Sr. Presidente da Câmara estava a dar origem, havia algumas famílias, bastantes infelizmente, que tinham a expectativa de serem realojadas, não estavam a ser realojadas e não sabiam quando viriam a sê-lo. -----

----- Portanto, era evidente que estavam em presença de um manifesto acto de gestão danosa, e o Sr. Presidente da Câmara teria que explicar à Assembleia o que se passou, o que se estava a passar e o porquê dessa alteração. -----

----- Outra coisa em relação à qual também o surpreendera não ter visto qualquer referência na intervenção escrita, foi, segundo disse, o que aconteceu ao GESTURB, porque foi anunciado com grande publicidade, até na rádio, que em Janeiro estaria a funcionar e estavam quase em Outubro e, afinal, não havia GESTURB. O que aconteceu Sr. Presidente da Câmara? Também houve aí alguma decalage, algum erro de anotação da Vereadora responsável como parecia ter havido no que respeitava ao número dos processos? -----

----- Por fim, perguntou o que aconteceu com as flores na Av. da Liberdade. Já tinha ali perguntado quem tinha pago, o Sr. Presidente da Câmara respondera que foi uma empresa municipal, como era normalíssimo segundo a sua opinião, a isso retorquiria que não, mas como nem empresa municipal nem Câmara Municipal pagaram queria saber o que se passou. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Granadeiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, no uso da palavra, disse que era sua intenção referir-se também à questão acabada de colocar pelo Deputado Municipal Dias Baptista sobre a Rua das

Açucenas, mas porque ela já tinha sido colocada apenas desejava acrescentar a questão do debate/reunião que houve em Junho de 2002, na Rua do Arsenal, onde foram diversos arquitectos, inclusive o que tinha a cargo o plano de pormenor da envolvente do Palácio da Ajuda, e a grande maioria das intervenções havidas nesse debate defendiam a continuidade dos lotes da Rua das Açucenas. -----

----- Disse, ainda, que na altura estava convencido que os lotes não iam ser demolidos, até porque o Sr. Presidente da Câmara, no final do ano de 2002, em resposta a uma questão colocada por si na Assembleia Municipal, disse que na Rua das Açucenas não havia qualquer problema, que apenas havia uma dúvida relativamente a um cantinho dum lote mas que isso iria ser ultrapassado. -----

----- Pediu também que fosse dada uma informação sobre o prédio que ardeu no Beco do Viçoso, se ainda continuava em risco de ruir ou se já estava em segurança para que as pessoas se pudessem movimentar naquela área. -----

----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, começou por referir que não punha em cauda a contagem do tempo pela Mesa, mas devia dizer que a Câmara Municipal participaria com gosto, para que todos pudessem testemunhar como o tempo passava na Assembleia, na instalação de um relógio electrónico. Porque sendo certo que não punha em causa a contagem do tempo pela Mesa, a verdade era que estava com atenção e se calhar seria o seu relógio que estava completamente desadequado ... -----

----- **O Senhor Presidente**, interrompendo o Sr. Presidente da Câmara, disse que há anos que o sistema de contagem de tempo era feito pela Mesa. Eram dois Secretários, um do PS, outro do PSD, que informavam o Presidente na devida altura. Admitia que o Sr. Presidente da Câmara tivesse uma agenda extremamente complicada e também por isso reabriram e suspenderam de novo o ponto um, pelo que lhe pedia que não fizesse intervenções que pusessem em causa a lucidez e a capacidade da Mesa. -----

----- Acrescentou, ainda, que desde o início a Mesa informava as forças políticas do tempo que dispunham e dava os elementos necessários. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, retomando o uso da palavra, começou por pedir desculpa mas acrescentou que tinha o direito de pôr em causa. Não era só a Assembleia Municipal que admoestava a Câmara, que emitia opiniões sobre se chegavam tarde ou se chegavam cedo, sobre se falavam bem ou se falavam mal, se mandavam a tempo ou não, se tinha a numeração das páginas ou não tinha. Ouviam tudo com todo o bom feitio, com toda a boa disposição. Havia quem não ouvisse e talvez devesse ouvir. Ele ouvia tudo! Agora, tinha o direito de formular o seu protesto democrático! E, de facto, ouvira o Sr. Presidente dizer ao Deputado Municipal Joaquim Cunha que sobravam três minutos para a sua intervenção, depois esteve a contar o tempo religiosamente e pelo seu relógio passaram seis minutos e ainda houve tempo para mais um minuto e meio. Portanto, poderia trocar de relógio, mas aquele que tinha contara o tempo dessa maneira. -----

----- Disse, ainda, que o Sr. Presidente lhe pedira para não pôr isso em causa e não punha, mas é o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e foi eleito directamente também, pelo que tinha igualmente a responsabilidade de zelar pelo bom-nome e pelo respeito devido ao órgão a que preside, a Câmara Municipal. E passaram um ano a ouvirem admoestações, ralhetes, repreensões e censuras. Portanto, tinha que dizer que a dignidade do órgão a que preside não se compaginava com esse tipo de procedimentos. -----

----- Referiu que o Sr. Presidente disse que a Assembleia Municipal teve compreensão para com a sua agenda muito ocupada, mas essa não era igual à que teve no passado para com a agenda de todos os Presidentes da Câmara porque esses não vinham à Assembleia. Por isso, a compreensão que agora tinham para a sua agenda era muito mais limitada que a que existira no passado. -----

----- **O Senhor Presidente**, interrompendo novamente, disse que o Sr. Presidente da Câmara já várias vezes se tem referido ao decorrer dos trabalhos em mandatos anteriores, e queria-lhe dizer que várias vezes lhe tinha passado pela cabeça que não era possível pôr em causa o trabalho desenvolvido pelo anterior Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, que soubera gerir democraticamente a Assembleia.--

----- Portanto, o Sr. Presidente da Câmara tinha doze minutos para intervir, agradecia-lhe que fizesse a sua intervenção, que respondesse à Assembleia e que fosse cumprir o trabalho que efectivamente tinha para cumprir. Respeitavam tudo isso e eram capazes de negociar, mas combates e choques deste tipo eram inadmissíveis na Assembleia. ---

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, retomando novamente o uso da palavra, disse que não ia fazer nenhum comentário à referência que o Sr. Presidente fez ao anterior Presidente da Assembleia. Nenhum comentário sequer porque pensava que havia palavras que falavam por si, falavam sobre as pessoas. -----

----- Seguidamente, disse que formulado este protesto democrático a que se julgava com direito a fazer, talvez não tivesse direito noutro tipo de regimes políticos mas neste tinha, passaria a responder ao essencial das questões que lhe foram colocadas. ---

----- Assim, começando pela questão da Rua das Açucenas, disse que fizeram debates, solicitaram estudos e elementos à DRAOT e a várias entidades sobre a violação ou não do PDM, portanto não podiam tomar uma decisão imediatamente. Fizeram debates no Welcom Center, ouviram o Arqtº Gonçalo Birn, a informação que foi recolhida foi que tinha desaparecido uma planta no incêndio dos Paços do Concelho. Portanto, aquela carta que tinha alusão a zona consolidada de moradias tinha desaparecido e houve muitas questões em aberto que tiveram que esclarecer com o tempo. Quando foi dada a ordem de embargo tiveram que fazer o balanço entre os custos, porque havia uma indemnização a pagar ao empreiteiro pela suspensão das obras e aquilo que custava a eventual demolição de todo o conjunto ou de parte da construção. Portanto, foi uma ponderação desses vários interesses legítimos que esteve em causa. -----

----- Acrescentou que esta questão não constava da informação escrita porque não queriam abrir feridas. Como já teve ocasião de dizer não teria autorizado aquela construção ali naquela zona, perto do Palácio da Ajuda, uma zona que estava na

servidão da abertura da futura via da meia encosta, que estava ao pé dum bairro chamado social. Pessoalmente nunca o teria feito, mas uma vez que a Câmara anterior o fez procuraram uma solução de equilíbrio. Portanto, falar em gestão danosa parecia-lhe ser excessivo. Talvez dissesse que gestão danosa seriam outras coisas, mas, de qualquer maneira, não dizia. -----

----- E continuava a ter dúvidas sobre se existia ou não violação do PDM! Agora, o principal, à luz dos princípios do equilíbrio e da boa-fé era que a Câmara não podia também violar os direitos dos cidadãos, respeitasse-se ou não o PDM. E havia ali, de facto, um bairro consolidado de moradias que estava previsto no PDM, em cima do qual os terraços dos prédios fronteiros não podiam nem deviam ficar. Portanto, havia o chamado direito de vistas, protegido na lei, houve ali uma ponderação dos diferentes interesses que levaram a Câmara a optar por uma solução que pensava ser arquitectonicamente agradável, que mantinha a maioria dos fogos, apenas vinte seriam anulados, mas em que nem deitavam abaixo completamente a solução do Executivo anterior, nem mantinham o que ali estava que, de facto, era absolutamente inaceitável e inadmissível. -----

----- Quanto ao GESTURB, disse que o Deputado Municipal Dias Baptista estava enganado, e gostava de o convidar, como a todos os Deputados Municipais, a visitá-lo para verem como estava a funcionar no edifício do Campo Grande. Tinha a certeza que a Sra. Vereadora do urbanismo teria também todo o gosto porque os Deputados Municipais ficariam surpreendidos com o que lá se passava, com a maneira como atendimento era feito e como o processamento decorria. -----

----- Continuando, disse que o Deputado Municipal Miguel Coelho falou que a higiene urbana estava pior, que os passeios talvez também, a segurança das pessoas um bocadinho também, o trânsito também nomeadamente na Cidade Universitária, e depois falou ainda do Túnel do Marquês e das colectividades. -----

----- Quanto à higiene urbana, disse que a Câmara não mudou a generalidade da estrutura, os funcionários responsáveis eram os mesmos, não os dispensaram, e o Vereador responsável era uma pessoa com suficiente experiência no Pelouro. Mas a idade média da frota, neste momento, era de 20 anos, o que queria dizer que nos anos anteriores à actual Vereação não foi feita a sua renovação! Tomaram agora medidas de investimento, numa primeira fase de 4 milhões de euros para a aquisição de diversos tipos de viaturas, e esperavam dentro de pouco mais de um ano a idade média da frota ficasse em cerca de 7 anos. -----

----- Por outro lado, lançaram a campanha dos grafites, estavam a procurar fazer essa recolha, como também várias campanhas em relação a várias pragas de animais na cidade foram lançadas pelos serviços da Câmara durante o ano e meio de gestão. -----

----- Quanto aos ecopontos disse que concordava que eram uma anedota, mas não foi ele que os colocara nem mandara colocar. Aliás, ia mandar tirá-los para procederem à recolha selectiva. Portanto, estava de acordo com o Deputado Municipal Miguel Coelho, compreendia a sua crítica ao Executivo anterior, sufragava-a, estava de acordo com ela, mas, de facto, a Câmara iria mandar retirar os ecopontos porque era uma anedota a maneira como funcionavam. -----

----- Sobre a segurança das pessoas, disse que o Deputado Municipal Miguel Coelho, para além de referir que estava pior acrescentou, ainda, que ele não se podia esquecer que era Vice-Presidente do PSD, e quanto a essa matéria desejava lembrar que a Câmara lançara a aquisição de novos meios para os bombeiros, para a Polícia Municipal, o concurso e a adjudicação da central de comunicações e segurança, reconverteram as missões da Polícia Municipal, que tem feito um esforço enorme, que deixara, de facto, aquilo que fazia mais que era a fiscalização dos estabelecimentos comerciais, das feiras e das obras clandestinas para estar no reordenamento do trânsito, para estar na prevenção e mesmo na repressão da insegurança e da criminalidade, quando não tinha os meios atribuídos para poder agir como se poderia desejar de uma Polícia Municipal. Mas efectivamente a Polícia Municipal não poupava a esforços para estar nos sítios mais complicados de Lisboa, quer de dia, quer à noite, como nos engarrafamentos, portanto no ordenamento do trânsito, como também a rebocar carros e com os bloqueadores. -----

----- No entanto, não podia deixar de dizer que ainda não conseguiram recuperar daquele último ano da EMEL, em que o seu antecessor, tanto quanto sabia, deu orientações, por causa da questão dos gratificados ou não gratificados e das fardas verdes ou não verdes, para não se aplicarem multas, para não haver fiscalização, e a empresa parara. Mas a recuperação de receitas da EMEL estava num plano completamente diferente. Que o preocupava a quantidade de parquímetros que ainda não funcionavam em Lisboa, era verdade que sim e estava absolutamente insatisfeito com isso, mas a recuperação vinha sendo considerável e significativa. -----

----- A segurança das pessoas piorou? Sobre isso disse que não tinha dados, nem do Observatório da Universidade Católica, nem dos relatórios da Polícia de Segurança Pública, que apontassem para que no concelho de Lisboa isso tivesse acontecido. O Deputado Municipal Miguel Coelho disse que aumentara um bocadinho a criminalidade, ao que retorquia que principalmente no tocante à grande criminalidade isso não se tinha passado, e quanto à referência de que a atenção dos meios de comunicação social para essas questões hoje em dia era menor respondeu que não sabia de quais, porque, quanto a si, a atenção da comunicação social hoje em dia era cada vez maior para essas questões. Portanto, com toda a franqueza, não estava de acordo com isso. -----

----- Quanto à questão das colectividades, disse que a Câmara estava a trabalhar com elas mais naquilo que eram obras. Ainda agora o Sr. Vereador Pedro Feist veio de um acordo com “Os Belenenses”, com o Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, com uma colectividade, com as quais trabalhavam em conjunto e faziam questão da participação das Juntas, mas canalizando os apoios principalmente para obras e infra-estruturas. Embora subsídios para tantas instituições fossem concedidos e com certeza também o seriam na devida altura, este ano, concedidos à generalidade das colectividades. -----

----- Aludindo à intervenção do Deputado Municipal Pedro Soares, do BE, disse que as sociedades de reabilitação urbana mantinham o entusiasmo, só que tinham que ir à

Assembleia da República e estavam agendadas para o dia 8 de Outubro. O BE, apesar de aí estar sempre em rotação, de certeza lhe havia dar essa informação. -----

----- Quanto à afirmação de que a autorização legislativa para a Autoridade Metropolitana de Transportes caducava, seguramente que antes de caducar o Senhor Presidente da República iria promulgar porque estava para promulgação. Na última discussão sobre a sua informação escrita disse que achava fundamental que ela fosse aprovada, e foi, seguiu para Belém para o Senhor Presidente da República promulgar e iria depois para publicação. Portanto, a autorização não caducaria! Era evidente que deveria ter aparecido há 20 anos, como já referira, porque cada dia que passava era uma preocupação para a Câmara. -----

----- Passando à intervenção da Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina, disse que ela falara no polivalente que não no polidesportivo, e a propósito fazia-lhe apenas uma nota de bom humor e simpatia: disse ela que o empreiteiro saiu a água foi cortada e que nem sequer tinha água para regar a relva, ao que retorquia que era Presidente da Junta e como tal também tinha alguns meios para tratar essas questões. Aliás, se quisesse, ele próprio passaria lá amanhã de manhã para regar antes de ir para a Câmara, mas entendia que a Sra. Presidente da Junta também poderia fazer alguma coisa em relação a essa matéria. -----

----- Acerca do condicionamento do trânsito em Santa Catarina, disse que iria ser já a seguir. Antes do fim do ano estaria implementado, embora não gostasse de falar em prazos. O que notava era que aquilo que antes era mau hoje em dia era bom, o que o levava a dizer que, por este andar, qualquer dia teriam Lisboa toda condicionada ao trânsito e depois todos, incluindo Vereadores e Deputados Municipais, teriam que andar mesmo de transportes públicos. Por si ficaria contente. -----

----- A um aparte respondeu: “os silos? está quase, isto são quatro aninhos mas vai tudo”. Depois completou dizendo que para os silos já estavam escolhidos os seis projectos – “e se quiser que fale das piscinas também falo já, já vão sete” – em colaboração com a Bienal Design e a EMEL, estavam aprovados, o da Calçada do Combro em andamento e os outros seis, que aliás poderiam ser sete porque havia ainda uma dúvida sobre a aprovação final, mas garantia que antes do final do mandato estariam construídos. -----

----- Relativamente à questão das expropriações para a Av. Santos e Castro, disse que tinham um problema sério com a ANA. Fizeram reuniões para ultrapassar tudo, mais as expropriações, mais os PERs que não estavam legalizados, como reconheceu o Sr. Presidente da Junta da Charneca as expropriações estavam em andamento, e o que é que aconteceu? A Câmara lançara a obra da Av. Santos e Castro e à última da hora a ANA veio dizer-lhe que só aceitava tirar de lá a estação de recolha da Barraqueiro se a Câmara lhe desse um palácio, mais os terrenos do Figo Maduro, tendo ele próprio então dito ao Presidente da ANA que não negociava nem sobre pressão nem sobre chantagem. Portanto, a obra estava em andamento, as máquinas estavam no terreno e agora a Câmara estava a resolver essa questão com as entidades próprias. -----

----- A propósito das promoções, disse que Madrid tinha uma campanha permanente, que, aliás, já ali referira uma vez, que era “Madrid limpa és capital”, portanto fazia a

promoção da limpeza constantemente através de uma campanha caríssima para o Município, através dessa promoção dizia-se que ter Madrid limpa era fundamental e ao mesmo tempo fazia-se a publicidade da própria actividade do Município. -----

----- Isto para dizer que lhe foi ali recomendado que fizessem uma campanha de sensibilização para os munícipes participarem mais nessa tarefa de terem a cidade limpa, sugestão que registava e iriam fazê-la porque pensava que seria útil e, portanto, de modo nenhum a desdenhavam. -----

----- Em relação aos passeios, disse que a Câmara estava a fazer um equilíbrio entre a manutenção da calçada portuguesa e o perigo grave que em muitos casos representava para o andar no dia-a-dia das pessoas, principalmente para as pessoas de mais idade. Era uma situação complicada mas procurariam fazer o devido equilíbrio agora. -----

----- Sobre a pergunta feita pelo Deputado Municipal Dias Baptista como iam as flores da Av. da Liberdade, respondeu que quase todas bem embora estivesse quase a acabar o concurso da manutenção, e de seguida perguntou ao aludido Deputado Municipal se já tinha ido ao jardim da Casa da Moeda porque também aí estavam a florir os canteiros. Portanto, havia muitos jardins como, por exemplo, Monsanto. Aliás, em Monsanto com a limpeza das matas gastaram um ou dois milhões de euros e neste momento podia-se andar por qualquer uma das avenidas e via-se a auto-estrada, de estrada para estrada, coisa que antes não acontecia porque estavam todas tapadas por silvas e matagais. -----

----- Portanto, estava tudo limpo e dentro do possível todos os assuntos iam sendo tratados. Agora, em matéria de estacionamento e de trânsito, esse, de facto, era um problema que afectava a generalidade das cidades. Mas quando fizerem o debate sobre o estado da cidade fazia uma aposta com os Srs. Deputados Municipais quanto ao número de carros e quanto aos lugares de estacionamento criados daqui até ao fim do mandato. -----

----- Sobre a pergunta se fazia tenções de estar na Câmara até Outubro de 2005, disse que sim, que fazia, mas se perdesse essa aposta sairia talvez em Agosto e não se recandidataria. -----

----- **O Senhor Presidente**, ainda na sequência do incidente registado no início da última intervenção do Sr. Presidente da Câmara, esclareceu que o Deputado Municipal Joaquim Cunha gastara quatro minutos na sua intervenção ficando a restar ao PCP seis minutos – eram anotações da Sra. Segunda Secretária, Deputada Municipal Virgínia Estorninho – depois o Deputado Municipal David Castro gastara quatro minutos e meio e, por fim, o Deputado Municipal Joaquim Granadeiro gastara o minuto e meio que restava. Portanto, não houve ali qualquer tipo de desvio em termos de contagens de tempo. -----

----- **PONTO 9 – PROPOSTA 182/2003 – APROVAR A CRIAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA M) DO N° 2 E ALÍNEA E) DO N° 4 DO ART° 53° DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N° 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA N.º 182/2003 -----

- “Considerando a responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa, enquanto entidade empregadora, em contribuir para uma melhor qualidade de vida dos seus funcionários e respectivos agregados familiares; -----
- Considerando que as referidas responsabilidades da Câmara Municipal de Lisboa se deverão concretizar, especialmente, no âmbito económico, social e cultural; -----
- Considerando que a protecção social complementar dos funcionários e dos seus agregados familiares constitui não só um benefício para estes, mas também para a própria Câmara Municipal de Lisboa; -----
- Considerando o interesse da Câmara Municipal de Lisboa em proporcionar, através de respostas oportunas e eficazes, as acções sociais adequadas à correcção das carências detectadas, visando em particular, o benefício dos mais desfavorecidos de entre os funcionários municipais; -----
- Considerando a premência de uma constante e permanente adequação da política de acção social complementar junto dos funcionários do município e o papel da Câmara Municipal de Lisboa nesse propósito; -----
- Considerando a importância da criação de uma gestão otimizada e racionalizada da actuação ao nível da acção social, económica e cultural a desenvolver em benefício dos funcionários da Câmara Municipal de Lisboa, e respectivos agregados familiares; -----
- Considerando a necessidade de criação de novas estruturas de apoio destinadas aos trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, independentemente da natureza do seu vínculo laboral com a autarquia; -----
- Considerando o surgimento de novas e diversas realidades ao nível de comportamentos e estilos de vida dos funcionários, e considerando os reflexos dessa evolução social e comportamental no funcionamento da Câmara Municipal de Lisboa; -----
- Considerando o propósito de elaboração de respostas que visem a satisfação de necessidades decorrentes quer de situações especificamente laborais, quer de ordem pessoal e familiar dos funcionários da Câmara Municipal de Lisboa; -----
- Considerando a necessidade dos funcionários da Câmara Municipal de Lisboa em aceder às prestações dos sistemas de acção social complementar, tendo em vista a prevenção, redução e resolução de problemas decorrentes da situação laboral, pessoal ou familiar que não sejam atendíveis ou sejam apenas parcialmente atendíveis através dos regimes gerais de protecção social; -----
- Considerando a responsabilidade da C.M.L. em assegurar aos seus funcionários e respectivos agregados familiares, formas de apoio que se repute vantajosas para a sua qualidade de vida, designadamente: -----
- Apoio a crianças, jovens, idosos e deficientes; -----
- Apoio sócio-económico em situações socialmente gravosas; -----
- Auxílio, nas eventualidades de doença, maternidade, acidente, invalidez, velhice, sobrevivência e ainda outras em que se verifiquem graves desequilíbrios sócio-económicos; -----
- Apoio a actividades de animação sócio-cultural. -----
- Considerando o interesse da Câmara Municipal de Lisboa na atribuição de

subsídios que se julguem adequados à melhoria do nível socio-económico dos seus funcionários e familiares, designadamente: -----

----- Subsídios de infantário; -----

----- Subsídios de estudo; -----

----- Subsídios vários para crianças, jovens e idosos; -----

----- Outros subsídios que se considerem necessários. -----

----- Considerando a imperiosa necessidade da Câmara Municipal de Lisboa em assegurar aos seus funcionários, nomeadamente: -----

----- Serviços de assistência médica; -----

----- Serviços de assistência psicológica; -----

----- Serviços de assistência medicamentosa. -----

----- Considerando a necessidade de construção e disponibilização aos funcionários da Câmara Municipal de Lisboa e respectivos agregados familiares, de estruturas de apoio à actividade social complementar, nomeadamente: -----

----- Centro Médico; -----

----- Centro Social e de Lazer; -----

----- Centro de Dia. -----

----- Considerando a necessária implementação de medidas por parte da C.M.L. visando a minimização de encargos familiares através da aplicação de medidas tendentes à resolução de problemas ligados à habitação dos seus funcionários; -----

----- Considerando o interesse da C.M.L. na disponibilização de meios para a prática de actividades desportivas e culturais que possam contribuir para o aperfeiçoamento humano e aproveitamento de tempos livres por parte dos seus funcionários. -----

----- Considerando o interesse da C.M.L. em fornecer benefícios complementares aos da segurança social, nomeadamente através de seguros de saúde, complementos de pensões ou outros que se entendam implementar; -----

----- Considerando o papel histórico da Câmara Municipal de Lisboa na criação e no apoio administrativo e financeiro ao funcionamento da Caixa de Previdência do Pessoal da Câmara Municipal de Lisboa; -----

----- Considerando o papel desempenhado ao longo de mais de 60 anos, pela Caixa de Previdência do Pessoal da Câmara Municipal de Lisboa na protecção do bem-estar e da qualidade de vida dos funcionários do município, e seus familiares; -----

----- Considerando no entanto que em face do crescente número de solicitações a que deve acorrer, e fruto da multiplicação de problemáticas cuja resolução lhe cabe, a Caixa de Previdência do Pessoal da Câmara Municipal de Lisboa sofre de limitações que no futuro poderão por em causa a melhor prestação dos seus serviços aos trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa e seus familiares; -----

----- Considerando que a Administração Central tutela a Caixa de Previdência sem atribuir a esta qualquer contrapartida, limitando-lhe o funcionamento nos termos reputados ideais; -----

----- Considerando a premente necessidade de criação de novos organismos e entidades aptos a responder às sempre evolutivas necessidades dos trabalhadores de C.M.L. cuja satisfação se demonstre imprescindível, tendo em vista a melhoria da

qualidade de vida daqueles; -----

----- Considerando que a recente “reestruturação” dos serviços da Câmara antevê a criação dos chamados “serviços sociais”, determinando que estes possam vir a englobar no seu âmbito as seguintes funções até agora desempenhadas pelo Município: -----

----- Gestão e controle dos meios, técnicos e financeiros dos refeitórios municipais; ---

----- Coordenação de estudos sobre as condições de higiene e arquitectura de instalações para refeitórios; -----

----- Estudos e análises conducentes à criação de novos refeitórios e ou encerramento de unidades já existentes; -----

----- Protecção materno-infantil e ensino pré-escolar, através das creches, infantários e jardins-de-infância da C.M.L. e outros meios. -----

----- Considerando as disposições legais que possibilitam a criação de entidade prestadoras dos designados “serviços sociais” com ligação efectiva a autarquias locais, designadamente o D.L. 169/99, de 18 de Setembro, alterado pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Considerando que se encontra legalmente prevista a possibilidade de serem organizadas, fora dos serviços, associações participadas e/ou geridas pelos trabalhadores e pelo município visando a concessão de benefícios sociais aos trabalhadores e respectivas famílias; -----

----- Considerando o interesse da Câmara Municipal de Lisboa em que os seus funcionários e seus familiares sejam servidos por uma estrutura de apoio económico, médico e social ao nível das melhores do país, e sem paralelo em qualquer outro Município; -----

----- Considerando as competências previstas para o efeito, ao abrigo do Aviso n.º 9769-A/2002, publicado em D.R. n.º 271, apêndice n.º 148-A (suplemento) II.ª Série, no âmbito da estrutura orgânica, missões e competências da Direcção Municipal dos Recursos Humanos; -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- Aprovar e submeter à Assembleia Municipal para deliberação, nos termos do art.º 53.º n.º 2, alínea m) e n.º 4, alínea e) e 64.º n.º 6, alínea a) do Decreto-lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterado pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a criação dos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa, os quais se regem pela lei e pelos Estatutos cujo projecto se anexa, os quais fazem parte para todos os efeitos desta Proposta.” -----

----- (Os Estatutos, que devido à sua extensão não se reproduzem nesta acta, ficam devidamente arquivados, junto da proposta 182/2003, nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal) -----

----- **O Deputado Municipal Fernando Saraiva (PS)**, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Administração Finanças e Desenvolvimento Económico, (1ª Comissão) disse que, conforme se referia no Parecer, a Comissão teve oportunidade de ouvir o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa. Não foi possível ouvir o Presidente da Caixa de Previdência dos Trabalhadores da Câmara

Municipal de Lisboa por se encontrar de férias e o Parecer não poder esperar, e foi também ouvido o Sr. Vereador Moreira Marques que se fez acompanhar por vários técnicos da Câmara. -----

----- Disse que na reunião com o Sindicato a Comissão foi informada, pelo Presidente, que houve participação e diálogo com a Câmara. A princípio houve alguma dificuldade, mas acabara por haver diálogo e participação e várias propostas apresentadas pelo Sindicato foram tidas em conta. Daí que também o Sindicato considerasse, para além da relevância que tinha o serviço que se pretendia criar para os trabalhadores do Município, a qualidade do texto que era apresentado. -----

----- Por outro lado, o Sindicato referiu, também, que não havia redução de benefícios nem de regalias para os trabalhadores, não era aumentada a comparticipação mensal que pagavam actualmente, e reconhecia como positivo que a comparticipação da Câmara ficasse institucionalizada, já que até agora dependia um pouco da vontade dos Executivos. -----

----- Como aspectos negativos o Sindicato apontou o facto dos serviços sociais não serem extensivos também aos trabalhadores das Juntas de Freguesia e das empresas municipais, assim como a falta de autonomia da Assembleia-Geral na medida em que, segundo os Estatutos, para reunir extraordinariamente ela precisaria das assinaturas de um quinto dos cerca de trinta mil beneficiários que tinha, o que, obviamente, não era nada fácil. -----

----- Além disso, o Sindicato manifestara também grande preocupação relativamente ao vínculo dos trabalhadores que iriam ser destacados para esses serviços e a Comissão registara com interesse esse aspecto para depois, na reunião com o Sr. Vereador, falar sobre o assunto. -----

----- Mas a grande questão que se colocava, não só em termos do Sindicato mas também da própria Comissão, era a completa ausência de um estudo económico/financeiro sobre o impacto que esses serviços iriam ter no Orçamento da Câmara, pelo que a Comissão entendera como razoável, apesar de alguns Presidentes de Junta considerarem que seria do maior interesse que os trabalhadores das Juntas de Freguesia também fossem contemplados nesta proposta, que face ao desconhecimento que tinha do impacto financeiro que a inclusão desses trabalhadores forçosamente iria reflectir no Orçamento da Câmara, que não deveria propor à Assembleia alterações que provocassem aumento de despesa, como era o caso. Aliás, esse impacto não era despreciando, ao que se dizia era mesmo um grande impacto. -----

----- Portanto deixavam essa questão à consideração da Assembleia, sublinhando, contudo, que era grave que a proposta não viesse acompanhada de um estudo económico e financeiro. -----

----- Disse, ainda, que na reunião com o Sr. Vereador Moreira Marques e os técnicos que o acompanharam, o Sr. Vereador confirmara o diálogo que houve e a preocupação tida em ouvir os representantes dos trabalhadores de que resultaram várias propostas que foram feitas e foram aceites, embora outras que o Sindicato também reivindicara não tivessem podido aceitar porque a própria lei impedia que pudessem ser plasmadas nesta proposta, que eram aqueles aspectos negativos que diria de somenos importância

no cômputo geral, como o da convocação da Assembleia por um quinto dos associados porque era a lei que assim dizia e, portanto, não se podia tratar essa reivindicação de outra forma. Também relativamente ao recrutamento que ia ser feito o Sr. Vereador se comprometera a respeitar os vínculos existentes. -----

----- Por outro lado, o Sr. Vereador como os técnicos que o acompanharam falaram da grande dificuldade que havia em fazer esse estudo económico/financeiro, que todavia a Comissão entendera que era fundamental que fosse abordado. E perante essa situação de se desconhecer o impacto no Orçamento da Câmara, foi-lhes dito que a implementação desse serviço iria ser feita com o maior rigor, passo a passo, e com o maior realismo. -----

----- Por fim, disse que o documento em apreciação sob o ponto de vista técnico estava bem elaborado, do ponto de vista social, como o Sindicato referiu, era do maior interesse para a qualidade de vida dos trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, e, em face disso, a Comissão entendera, porque não conhecia o impacto financeiro daí resultante, não propor a abertura desses serviços aos trabalhadores das Juntas de Freguesia e das empresas municipais em igualdade com os trabalhadores da Câmara. -

----- **O Deputado Municipal Joaquim Cunha (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, disse que em relação à proposta 182/2003, relativa à criação dos Serviços Sociais que a Câmara pretendia que apenas fossem dirigidos aos trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, deixando de fora um conjunto de trabalhadores, que não estando dependentes da Câmara, pela sua relação com a população da cidade mereciam, no seu entender, que a Vereação e a Assembleia Municipal os pudessem considerar como parte integrante dos Serviços Sociais, que, por isso mesmo, se deveriam chamar Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Recordou que na anterior reunião da Assembleia em que esta proposta foi discutida, as intervenções que se seguiram à proposta feita pelo PCP no sentido da integração dos trabalhadores das Juntas de Freguesia e das empresas municipais, em pé de igualdade com os trabalhadores da Câmara, mereceu da parte de alguns Deputados Municipais a opinião de que era uma questão interessante e inovadora que traria para o Município de Lisboa vantagens, tendo em conta a relação existente entre os trabalhadores das Juntas de Freguesia, das empresas municipais e da Câmara. -----

----- Isso seria extremamente importante para a relação e a existência dos Serviços Sociais do Município que se completavam com a conjugação entre trabalhadores que serviam a mesma população da cidade, porque era evidente que os trabalhadores das Juntas de Freguesia e das empresas municipais serviam a mesma população que os trabalhadores da Câmara, o que, no seu entender, era razão mais que suficiente para que tivessem em conta essa questão. -----

----- Disse que entregara na Mesa um documento com um conjunto de propostas tendo em vista a alteração de alguns artigos do regulamento, que agora se dispensava de referir já que o documento tinha sido distribuído ao Plenário e à Câmara, mas o que pretendiam alterar eram questões de extrema importância, como, por exemplo, no artigo 12º deveria acrescentar-se um ponto 3 com a seguinte redacção: “Os

trabalhadores das empresas municipais e das Juntas de Freguesia” respeitando-se a alínea a), e todos os artigos com ela relacionados. -----

----- Depois, nos Direitos Específicos da Câmara Municipal de Lisboa, artigo 45º, no ponto 2, onde se lia “convocar reuniões” deveria ser alterado para “solicitar reuniões”.

----- Mais adiante, na alínea c) do artigo 49º, deveria ler-se: “em regime de destacamento pelo período de 3 anos, renováveis” e não por um ano como lá se dizia. -

----- A seguir, no artigo 50º, no que tocava à afectação de pessoal dos infantários e refeitórios municipais, na penúltima linha deveria ler-se: “... aquele destacado pelo período de três anos sucessivamente renováveis”. -----

----- Para o artigo 51º o PCP propunha uma nova redacção para a alínea a), com o seguinte teor: “Estejam ao serviço da Caixa de Previdência a qualquer título, desde que desempenhem comprovadamente funções permanentes de serviço”. -----

----- E nesse mesmo artigo, para o ponto 5 propunha que na segunda linha fosse intercalado: “... dos serviços há mais de um ano, devem ser integrados nos quadros da CML”. -----

----- No tocante à cobertura do défice, disse que já tinha sido avançado pelo Presidente da Comissão que a Câmara argumentava sobre essa questão da integração dos trabalhadores das Juntas de Freguesia e das empresas municipais que tal iria provocar um forte impacto sobre o Orçamento municipal, mas também segundo o Presidente da Comissão a Câmara não teve condições para apresentar um estudo económico/financeiro sobre o assunto, pelo que o PCP propunha que, antes da entrada em funcionamento dos serviços sociais, fosse apresentado um estudo económico à Assembleia Municipal. -----

----- Terminou reiterando que era justo que os trabalhadores das Juntas e das empresas municipais, que igualmente serviam a população da cidade, pudessem beneficiar dos mesmos serviços sociais dos trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, e esse estudo económico poderia já ser feito na base da integração de todos esses trabalhadores. -----

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, no uso da palavra, disse que o aspecto da Sala do Plenário era desolador, não sabia mesmo se teriam *quorum* mas não era a sua verificação que estava a pedir. O que queria era expressar o seu lamento porque entendia que era inadmissível que tal acontecesse, designadamente quando se estava a tratar de uma proposta tão importante quanto esta, que com certeza merecia todo o interesse da Câmara como da Assembleia, mas merecia, sobretudo, o interesse dos trabalhadores do Município. De facto, era inaceitável olhar para a Sala e notar a ausência de tantos Deputados Municipais de todas as bancadas, por isso não havia nas suas palavras uma crítica a ninguém, mas era lamentável. -----

----- Passando à análise da proposta, disse que como já ficara mais ou menos entendido no intróito, o Grupo Municipal do PS via com muito agrado a sua apresentação, porque nela viam consagradas e plasmadas aquelas que eram as legítimas aspirações dos trabalhadores do Município. -----

----- Portanto, era evidente estando em causa direitos tão importantes para os trabalhadores tudo fariam para votar favoravelmente a proposta. Contudo, não dizia

de imediato que a votariam favoravelmente porque lhes parecia, exactamente tendo em conta a importância da proposta, que ela justificava e merecia que tentassem aprofundar um pouco mais aquilo que hoje ali era apresentado. -----

----- Disse, depois, que tal como já foi expresso pelo Presidente da Comissão, o PS também lamentava muito que a proposta tivesse sido apresentada sem o suporte essencial e fundamental de um estudo de viabilidade económica. Entendiam isso porque as matérias apresentadas eram tão transversais que de alguma forma a Câmara entendera que se calhar não se justificava nesta fase fazer esse esforço, esforço também de ordem financeira, mas, de qualquer das formas parecia-lhes que a Assembleia Municipal não ficaria bem se fizesse aprovar a proposta sem exigir a apresentação desse trabalho. -----

----- Por essa razão, o PS apresentara uma proposta para que fosse aditado um novo número em que se pretendia que ficasse perfeitamente consagrada e plasmada a obrigatoriedade da comissão instaladora, num prazo de 180 dias – que era o prazo que o próprio estatuto consagrava para que a comissão instaladora convocasse e desenvolvesse os procedimentos necessários para as eleições –, proceder à elaboração desse estudo de viabilidade económica que depois seria aprovado em sede de Câmara Municipal e em sede de Assembleia Municipal, sendo que essa apresentação e consequente aprovação era para o PS condição essencial para que os serviços sociais pudessem passar da fase da instalação para a fase da gestão normal. -----

----- Dir-se-ia – continuou – que aquilo que estavam a apresentar era mais uma proposta para retardar. Mas não, não era disso que se tratava visto que não condicionavam a elaboração da competente e necessária escritura pública. Pelo contrário entendiam que seria preocupante adiar mais seis meses e manifestamente não queria criar essa dificuldade, sobretudo tendo em conta aquilo que eram as legítimas expectativas dos trabalhadores. -----

----- Portanto, era absolutamente fundamental e essencial para o PS que quando a fase de instalação estivesse concluída tivessem a certeza absoluta de que estavam a criar uma instituição que tinha viabilidade, que seria capaz de fazer aquilo que era necessário, ou seja, proporcionar bem-estar aos trabalhadores e suas famílias. -----

----- Continuando, disse que nos Estatutos, que hoje aprovariam certamente, a Câmara assumia a obrigatoriedade de proceder ao saneamento financeiro dos Serviços Sociais, o que ao PS parecia bem! Mas era exactamente por lhes parecer bem que entendiam que era essencial que houvesse a garantia de que não estavam ali a criar uma instituição que fosse onerar os bolsos dos munícipes. A Câmara Municipal não desejava isso, quem elaborara a proposta de Estatutos também não, a Assembleia Municipal obviamente também não, portanto parecia-lhes que convinha que fizessem algo que proporcionasse que quando ficasse concluída a fase de instalação todos soubessem aquilo que realmente iria ocorrer. -----

----- Seguidamente, disse que para o n.º 3 do artigo 12º o PS tinha uma proposta similar à do PCP, que se fosse votada em alternativa votariam favoravelmente, que constituía a possibilidade que deveria ser dada aos trabalhadores das Juntas de Freguesia de ficarem equiparados aos trabalhadores das empresas municipais, para

poderem adquirir a qualidade de utilizadores. Neste caso, o que estavam a propor era uma coisa que lhes parecia normal, porque se os Estatutos, e bem, abriam a possibilidade dos trabalhadores das empresas municipais puderem vir a ser associados dos Serviços Sociais, mediante condições a acordar, designadamente protocolos, obviamente parecia-lhes que não havia nada que impedisse que o mesmo princípio fosse aplicado aos trabalhadores das Juntas de Freguesia. -----

----- Disse, depois, que uma outra nota que queriam colocar tinha a ver com a natureza dos órgãos, matéria em relação à qual a preocupação do PS era de ordem financeira, ou seja, os custos. E desejavam propor à Câmara, ao Sr. Vereador responsável designadamente, que o Conselho de Administração em vez de ser composto por sete elementos fosse composto apenas por cinco, pois parecia-lhes que a actual proposta com sete elementos para o Conselho de Administração era desmesuradamente exagerada. Não lhes parecia que houvesse necessidade que os Serviços Sociais tivessem sete administradores e, portanto, aquilo que sugeriam era que o n.º 1 do artigo 33º passa-se a referir: “O Conselho de Administração é constituído por um Presidente, um Vice-Presidente e três vogais”, e depois, no n.º 2: “O Presidente e um vogal são nomeados pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa” e, finalmente, no n.º 3: “O Vice-Presidente e dois vogais são eleitos pela Assembleia-geral dos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa”. -----

----- Sobre o processo eleitoral, matéria referida no artigo 57º, disse que do ponto de vista do PS apresentava uma lacuna. Podia não ser, mas, de qualquer das formas, entendiam que seria útil que fosse acrescentado um novo número, que seria o 8, onde ficasse perfeitamente plasmada a forma de atribuição dos mandatos, já que aquilo que se dizia era apenas como decorria o processo eleitoral mas depois não se referia nada sobre como era que os mandatos eram atribuídos. O PS entendia que era útil que ficasse perfeitamente definido e consagrado que seriam atribuídos, ou por método de Hont, ou em lista, isto é, que os mandatos fossem atribuídos à lista vencedora. -----

----- A opção do PS era que esse novo ponto 8 deveria consagrar a atribuição de mandatos à lista vencedora, para que não ficassem dúvidas nenhuma, mas entendiam que deveria ficar clarificado qual era a forma de distribuição dos mandatos, sobretudo porque aquilo que estava consagrado no artigo 57º permitia qualquer uma das duas interpretações e parecia-lhe que essa era matéria não deveria ficar para regulamento, portanto deveria ficar perfeitamente consagrada e plasmada nos Estatutos que iam aprovar. -----

----- Quanto às propostas de alteração apresentadas pelo PCP, disse que como já referira o PS entendia que a referente ao n.º 3 do artigo 12º devia ser aprovada. -----

----- Sobre as restantes, começou por dizer que se fosse aprovada a alteração proposta para o n.º 1 do artigo 12º, isso significava que em todas as referências que eram feitas aos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa também tinha que ser alterado e não estava ali proposto. Mas o PS não votaria favoravelmente essa proposta porque entendiam que era mais correcto que a designação fosse aquela que constava da proposta da Câmara. O que estava em causa era que estes Estatutos pretendiam que dirigir-se, fundamentalmente, aquilo que era o seu objecto, concretamente os

trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa. Não eram os trabalhadores do Município mas sim os trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa. Manifestamente parecia ao PS que seria desajustado que viessem a alterar e a introduzir ali uma *nuance*, em termos de nomenclatura, que do seu ponto de vista não iria acrescentar nada. -----

----- Por outro lado, no que respeitava à proposta de alteração do n.º 2 do artigo 45º, disse que se ela chegar a ser votada o PS votará contra. Em termos de português a forma como estava apresentada não lhes parecia a mais correcta, mas não era isso que os preocupava porque aquilo com o que não concordavam era com o princípio, ou seja, o PCP propunha que a Câmara Municipal devia solicitar reuniões – depois dir-se-ia certamente de qualquer órgão dos Serviços Sociais. Mas então isso não seria um direito especial, um direito especial não seria o de solicitar reuniões mas sim, manifestamente, o de convocar reuniões. -----

----- No tocante às alterações propostas para os artigos 49º e 50º disse que também lhes parecia que elas não eram consentâneas com a aplicação da actual legislação em termos de Direito do Trabalho, designadamente, e por extensão, do Direito Administrativo, porque, como sabiam, o regime de destacamento devia ser anual e com uma renovação sucessiva, que era exactamente aquilo que estava consagrado nos Estatutos. Por isso, parecia-lhes que a alteração proposta, que desde logo propunha o destacamento por períodos de três anos, era desfasada e por essa razão o PS também não lhe daria o seu aval. -----

----- Em relação à proposta de alteração para o artigo 62º, disse que ela lhes parecia interessante e gostariam que fosse aprovada, porque a nova redacção proposta para a alínea c) do n.º 1 apontava que em vez de um representante da Caixa de Previdência do Pessoal da Câmara Municipal de Lisboa passassem a ser dois, e isso era correcto e curial sobretudo porque dava mais peso àquilo que era um órgão absolutamente importante nesta transição. Portanto, parecia-lhes que fazia todo o sentido que em vez de terem mais um elemento escolhido pelo designado Presidente da Comissão, tivessem mais um elemento dos actuais órgãos da Caixa de Previdência porque se tratava de uma pessoa que estava a trabalhar com o processo, com a massa em questão, e, portanto, essa alteração proposta pelo PCP merecia o apoio do PS que, por isso mesmo, a iria votar favoravelmente. -----

----- Por fim, referindo-se à proposta que inicialmente apresentara sobre o número de membros para o Conselho de Administração, disse que se reparassem veriam que o número de membros que estavam a propor era exactamente igual ao que estava proposta para a comissão instaladora. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, começou por dizer que antes de entrar na intervenção propriamente dita desejava manifestar a sua solidariedade para com a forma como a Mesa tem dirigido os trabalhos da Assembleia, como sempre os dirigira, aliás, desde há longos anos, de que teve experiência pessoal, porque não encontrara nas palavras do Sr. Presidente da Câmara qualquer ponta de razão. Enquanto foi, durante oito anos, Vice-Presidente da Mesa da Assembleia várias vezes os Deputados Municipais da coligação que estava no poder

na Câmara Municipal, nomeadamente do PS e do PCP, foram ter consigo, e até com o Dr. João Amaral, chamando a atenção várias vezes de que a Mesa tinham alguma atitude de abertura para deixar que alguns Deputados Municipais, nomeadamente da oposição, às vezes falassem mais algum tempo. Mas sempre acharam que a forma como dirigiam a Assembleia era a forma mais política e mais séria para aumentar a democracia. -----

----- Por isso prestava esta sua solidariedade ao Sr. Presidente da Assembleia porque não gostara da atitude do Sr. Presidente da Câmara. Pessoalmente estava disposto a ouvir tudo do Sr. Presidente da Câmara, as críticas todas em relação às posições políticas que ali assumiam, mas não quanto à idoneidade da Assembleia Municipal. ---

----- Entrando na apreciação da matéria em discussão, começou por saudar que a proposta 182/2003 tivesse chegado à Assembleia Municipal e que a Câmara tivesse tomado essa iniciativa, porque se devia saudar tudo o que era de saudar. Era uma antiga reivindicação dos trabalhadores de Câmara Municipal de Lisboa terem uns complementos de melhoria na sua segurança social, e, portanto, estavam de acordo com a opinião da generalidade dos trabalhadores, nomeadamente expressa através dos seus dirigentes sindicais. -----

----- Referiu que o BE estava de acordo com o conjunto de propostas apresentadas, quer pelo PS, quer pelo PCP, que foram preocupações anotadas nas reuniões que houve com os vários órgãos de consulta para tomar posição sobre esta proposta. Nomeadamente queriam chamar a atenção que estavam muito de acordo com a proposta do PS quanto ao peso que teria no Orçamento municipal esse acto, porque muito embora sendo positivo para os trabalhadores era preciso medir bem o problema e tê-lo em atenção até para que no futuro não se pudesse argumentar com a falta de capacidade financeira para cumprir as promessas que a proposta em si encerrava para os trabalhadores. A intenção era positiva mas era preciso caminhar com os pés assentes no chão. -----

----- Disse, depois, que havia algumas coisas que deveriam ser melhoradas, que estavam previstas na proposta do PCP e as quais o BE votaria a favor, que tinham a ver com a divisão artificial que se fazia em relação a quem trabalhava no Município. Para os Deputados Municipais eram trabalhadores municipais aqueles que eram contratados pela Câmara Municipal, mas no Município de Lisboa não havia só trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, havia também outros que trabalhavam em favor dos munícipes da cidade que eram, concretamente, os funcionários das Juntas de Freguesia. Aliás, não sabia como era possível dar a cara quando fossem a uma Junta de Freguesia para explicar a um trabalhador dessa mesma Junta que ele não estava abrangido por uma decisão da Câmara como esta. Se calhar iriam criar atritos, todos sabiam que apareciam sempre uns ditos que havia uns trabalhadores que eram privilegiados porque eram da Câmara, que eram de primeira e os das freguesias de segunda, e depois havia ainda os das empresas municipais que também eram objectivamente da Câmara porque ela era accionista dessas empresas, e ainda tinham o problema, como foi referido, dos vários contratados que estavam ao serviço da Câmara, como, por exemplo, os que estavam nas cantinas. -----

----- Ou seja, para que saíssem com dignidade de uma proposta que no seu essencial era muito positiva, deviam actuar de forma a unificar toda essa equipa, que era importante estar ganha e unida em torno da resolução dos problemas da cidade, e não aumentar ainda mais clivagens e mais divisões. Por isso, achavam que as propostas apresentadas deveriam ser entendidas pela Câmara no sentido de alterar a sua própria proposta porquanto isso só traria benefícios, inclusivamente à disponibilidade que os próprios trabalhadores teriam para levar à prática uma coisa fundamental, pois aprendia-se hoje em todo o sítio que para dirigir qualquer colectivo a disponibilidade que essa equipa tivesse de lutar “pela sua camisola” era fundamental para a eficácia do trabalho. Agora, se iam introduzir grãos de areia na máquina lançando desconfianças entre os trabalhadores de vários níveis que existiam no Município de Lisboa, não estavam a ajudar a criar esse clima de “amor à camisola”. -----

----- Portanto, no seu entender, só teriam a ganhar se dissessem que toda a gente que trabalha nos órgãos do Município e nas Juntas de Freguesia estavam incluídas na proposta. -----

----- **O Senhor Presidente**, para efeitos de registo em acta, informou que o Deputado Municipal Paulo Moreira, do PSD, estava impedido de participar na discussão e votação da proposta 182/2003, pelo que se retirara da Sala. -----

----- **A Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva (PSD)**, no uso da palavra, disse que queria congratular-se por esta proposta da Câmara, da qual teve profundo conhecimento por ter estado em Comissão e ter-lhe sido dado o acesso a algumas informações e a algumas questões, que como o Sr. Presidente da Comissão referira, e bem, foram prontamente respondidas pelo Sr. Vereador Moreira Marques. Essas reuniões da Comissão foram participadas, foram esclarecidas e mostraram mais uma vez a bondade do Executivo. -----

----- E duas questões importantes foram consideradas pelo representante do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa: que ficassem salvaguardados os benefícios dos trabalhadores da Câmara e o não aumento da cota, questões que o Sindicato, em reuniões havidas com os representantes da Câmara, entenderam que tinham ficado salvaguardadas. -----

----- Disse, depois, que achara pertinentes algumas considerações feitas hoje por vários Deputados Municipais, nomeadamente pelo Deputado Municipal Dias Baptista, mas tinha uma pergunta a fazer-lhe. É que propunha o aditamento de um ponto 3 ao artigo 62º, e no final do mesmo lia-se “... sem o que não cessa o regime de instalação” e concretamente desejava que explicasse o que era que essa frase significava pois parecia-lhe que havia ali um excesso de zelo da parte do aludido Deputado Municipal, até porque esse artigo contemplava que a comissão instaladora teria 180 dias para fazer os regulamentos e também o estudo económico. -----

----- Quanto ao estudo económico, disse que tinha ficado demonstrado pelo Sr. Vereador, em sede de Comissão, que ele só poderia ser feito quando a comissão instaladora estivesse a funcionar. Obviamente a comissão instaladora iria ser bastante participada já que iria ter representantes dos trabalhadores e de todas as forças

políticas, pelo que ficava um pouco a dúvida do que se pretendia com estas sucessivas alterações. -----

----- Realmente era muito difícil fazer um projecto de raiz, mas depois vir com as sucessivas alterações, emendas, etc., era muito fácil para todos! Ter a coragem, como o actual Executivo teve, de contribuir para um desejo dos trabalhadores da Câmara Municipal, era mais complicado. -----

----- Quanto ao que foi referido pelo Deputado Municipal Carlos Marques sobre os trabalhadores do Município para procurar contemplar os trabalhadores das Juntas de Freguesia, disse que conforme foi referido pelo Sr. Director Municipal e pelo Sr. Vereador, existia um protocolo com a EMEL e por isso havia direitos adquiridos por parte dessa empresa municipal, que por essa razão ficara contemplada, embora reconhecesse não ser despiciendo que também estivessem incluídas as Juntas de Freguesia. Só que tinham que ver – e isso foi falado em Comissão – a questão dos custos acrescidos. Seria que as Juntas de Freguesia tinham poder económico para suportar esse custo? -----

----- Portanto, estava de acordo com o Deputado Municipal Dias Baptista quando dizia que este projecto era direccionado aos trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, e o restante, obviamente, por protocolo, poderia ser com as Juntas de Freguesia que assim o entendessem e algumas teriam capacidade económica para isso. Mas essa seria uma situação colateral! -----

----- Continuando, disse que todos se deviam congratular e não permanentemente suscitar dúvidas quanto ao projecto. Obviamente que todos os contributos seriam sempre bem-vindos, mas quando depois de várias reuniões já tinham sido feitas 18 alterações propostas pelo Sindicato, era sinal que o Executivo atendera a tudo o que era necessário, pelo que protelar mais esta proposta seria demorar um desejo que os próprios sindicatos reconhecessem que pertencia aos trabalhadores. -----

----- Disse, ainda, que a proposta do PCP, nomeadamente em alguns artigos não tinha razão de ser, mas como todos tinham que dar o seu contributo era também pertinente o seu aparecimento. Mas discordava, por exemplo, que para o artigo 62º o PCP propusesse uma alteração à alínea c) no sentido de que fossem dois representantes da Caixa de Previdência e não um, porque, de facto, entendia que a Caixa estaria bem representada pelo seu Presidente ou por quem ele indicasse, e isso não deveria ser sujeito a alteração. -----

----- Por outro lado, concordava inteiramente com o Deputado Municipal Dias Baptista, relativamente ao artigo 45º, no sentido de que não deveria ser “solicitar” mas sim “convocar” as reuniões. -----

----- Terminou reiterando a sua congratulação por o Executivo ter tido a coragem política para desde Julho estar à espera da aprovação deste projecto, atendendo todas as questões que lhe foram postas, quer em sede de Comissão, quer no próprio Plenário. -----

----- **O Deputado Municipal Athayde Carvalhosa (PSD)**, no uso da palavra, disse que não entendia bem a redacção da proposta apresentada pelo PS, pelo que solicitava ao Deputado Municipal Dias Baptista o respectivo esclarecimento. É que, de facto,

propunha-se o aditamento de um ponto em que se dizia: “a comissão instaladora deve proceder à elaboração de um estudo de viabilidade económico-financeiro, no prazo definido no número anterior, a ser submetido à aprovação da CML e da AML, sem o que não cessa o regime de instalação” e a sua pergunta era se o regime já estava em instalação ou não estava em instalação. -----

----- Se já estava em instalação poderiam supor – esperava que não – que se chegaria à conclusão que o orçamento não suportava isso, voltava tudo para trás e já estava a instalação? Ou seria que antes de começar a instalação teriam que saber se, de facto, havia viabilidade económica ou não? -----

----- Era esse tipo de dúvidas que lhe surgia perante a redacção apresentada, com certeza seria deficiência sua mas seria bom que isso ficasse esclarecido. -----

----- **O Deputado Municipal Rodolfo Caseiro (PCP)**, no uso da palavra, disse que o PCP iria votar favoravelmente a proposta do PS pois estavam de acordo com a importância que tinha o suporte financeiro, mas queria também dizer que estavam de acordo com a preocupação manifestada pelo Deputado Municipal Dias Baptista no tocante ao *quorum* da Assembleia, e pediam a todos os Grupos Municipais que conferissem o seu *quorum* porquanto iam votar na Assembleia questões de grande importância para os trabalhadores do Município. E justamente porque eram questões de grande importância para os trabalhadores do Município, mais do que as palavras eram os actos e as posturas, porque havia muita gente que falava muito, muito, muito, mas não lhes dizia nada. O PCP tinha presente a esmagadora maioria do seu Grupo Municipal a esta hora, os que não estavam justificaram pessoalmente a sua ausência, e era essa postura que se justificava, não nas palavras mas nos actos. -----

----- **O Senhor Vereador Moreira Marques**, em resposta às questões colocadas, começou por dizer que para si era um grande prazer este assunto dos Serviços Sociais da Câmara Municipal de Lisboa ter sido extremamente participado, não só nas reuniões que tiveram, a que chamara de concertação, como na própria Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico da Assembleia Municipal, onde também esta matéria foi exaustivamente debatida. -----

----- E era com alguma surpresa, face ao Parecer apresentado pela Comissão, de que desde já realçava o trabalho do Presidente e dos restantes membros que efectivamente fizeram um relato ao pormenor de tudo o que aí se passara sobre a matéria, que agora, para sua surpresa, via o aparecimento de alterações ao projecto. -----

----- E dessas alterações, algumas, politicamente, pela sua parte entendia que poderiam ser contempladas. Por exemplo a proposta do PS para aditar um ponto 3 ao artigo 62º, relativamente aos 180 dias e ao tal estudo económico. Pessoalmente entendia que primeiro tinham que instalar e depois analisar o estudo económico porque não sabiam quantas pessoas iriam aderir a esse projecto. Como se sabia era um projecto que tinha uma demora de dezoito anos, essa demora os trabalhadores sentiam-na e tinham a perspectiva de, neste momento, terem a curto prazo os seus Serviços Sociais, e pensava que pela análise feita na Assembleia esse seria o melhor projecto, só que diziam que era o melhor projecto mas estavam a dificultá-lo e era importante que houvesse ali um discurso coerente relativamente a isso. -----

----- Portanto, relativamente à proposta de aditamento do PS para o artigo 62º não via qualquer problema em contemplá-la, e estava aberto a isso. -----

----- Relativamente às propostas do PCP, começando pela referente ao artigo 12º, que tinha a ver com os trabalhadores das Juntas de Freguesia e das empresas municipalizadas, disse que essa matéria foi devidamente abordada na Comissão, o Sr. Presidente da Comissão teve o cuidado de referir isso, mas analisando-a bem chegara à conclusão de poder também contemplar essa matéria nos Estatutos, pelo que as Juntas de Freguesia poderiam, efectivamente, fazer parte do artigo 12º, ao qual desde já aditava a redacção de um número 3 com o seguinte teor, para que as coisas ficassem devidamente claras: -----

----- “3 – Os trabalhadores das empresas municipalizadas ou das Juntas de Freguesia podem adquirir a qualidade de utilizadores dos Serviços Sociais, em condições especiais a determinar”. -----

----- Portanto, desde já ficavam aceites duas propostas de alteração aos Estatutos. -----

----- Relativamente às outras propostas de alteração apresentadas pelo PCP, disse que no tocante ao artigo 45º era convocar e não solicitar reuniões pelo que mantinha a redacção desse artigo, o mesmo acontecendo relativamente aos artigos 49º e 50º porque o regime de destacamento constante dos Estatutos era o que resultava da própria lei. -----

----- Por outro lado, relativamente ao artigo 51º disse que era tal como estava, não iria alterar absolutamente nada, e sobre o artigo 57º disse que não era o Conselho de Administração mas sim o Presidente do Conselho de Administração. -----

----- Depois, quanto à alteração proposta no sentido de que fossem dois elementos e não um, disse que não, era uma voz só, não valia a pena ter duas vozes para tratar do mesmo assunto. -----

----- A terminar, disse que via com agrado que os Deputados Municipais tiveram o cuidado de ver e analisar bem o documento, a Câmara, por seu lado, também teve sempre a abertura para discutir com toda a gente a matéria, pelo que não se podia viciar permanentemente o processo em si. O diálogo era importante mas chegando a um certo ponto era paralisante, e porque não queriam paralisar já que os trabalhadores tinham expectativas, solicitava que hoje se votasse esta proposta. -----

----- **O Deputado Municipal Abílio Martins (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de São João, no uso da palavra, disse que todos estavam de acordo quanto à importância de que a proposta 182/2003 se poderia revestir para o futuro dos trabalhadores do Município de Lisboa, e em particular para os trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, desde que fosse consolidada como uma forma de aumentar os direitos e os benefícios desses mesmos trabalhadores. -----

----- E era isso que hoje, como sempre, movia o PCP em termos da discussão. Quando falavam ou quando abordavam o legítimo direito que tinham todos de defender os trabalhadores do Município de Lisboa, acima de tudo deveriam respeitar aqueles que democraticamente eram eleitos por eles, porque, esses sim, representavam os verdadeiros interesses dos trabalhadores do Município de Lisboa. Os outros poderiam defender os interesses dos trabalhadores do Município de Lisboa, ou outros interesses!

----- Disse, depois, que há pouco ouviu o Sr. Vereador com muita atenção e, por exemplo, em relação ao artigo 62º não percebia a razão por que a Câmara insistia e persistia em não aceitar uma coisa tão legítima como a representação de dois

membros da Caixa de Previdência do Pessoal da Câmara Municipal de Lisboa, já que boa parte dos gestores da Caixa de Previdência actual, que iria transitar e daria suporte financeiro, estrutural e organizacional à futura instituição, foram democraticamente eleitos pelos trabalhadores. Portanto, parecia-lhe que ter dois representantes da actual Caixa de Previdência só daria mais voz, dentro da comissão instaladora, aos trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Compreendia que um dos representantes da Caixa de Previdência fosse o actual Presidente da instituição, mas toda a gente se parecia esquecer que o Presidente da Caixa de Previdência era proposto pelo Presidente da Câmara e nomeado pelo Secretário de Estado, pelo que se tivessem lá dois representantes poderia ser que fizessem a recomposição, já que passariam a ter quatro nomeados pela Câmara e um que não era nomeado por ela. -----

----- Por conseguinte, a aceitação dessa proposta de alteração era legítima e, acima de tudo, ia ao encontro daquilo que tem sido a defesa dos legítimos interesses dos trabalhadores, que tanto ouvira hoje ali abordar. -----

----- Uma outra questão que se colocava era que deveriam construir um projecto que tivesse um futuro, e a grande preocupação que a todos movia, que foi espelhada na Comissão, era o facto de não terem a percepção exacta de como iria ser o projecto suportado financeiramente em termos de futuro. Era muito bonito dizerem que a Câmara, futuramente, poderia suportar os défices, porque nada se garantia objectivamente. E era por isso o PCP estava de acordo com a proposta apresentada pelo PS para que se viesse a saber, com rigor, quanto custaria o funcionamento efectivo desses Serviços Sociais. -----

----- Portanto, neste momento não havia garantias, a não ser que o Sr. Vereador, e a Câmara toda em peso, se comprometessem perante a Assembleia Municipal de que em momento algum, no presente como no futuro, se poriam em causa os direitos que agora eram consagrados nos Estatutos, eventualmente por dificuldades de suporte financeiro à nova instituição. -----

----- Disse, ainda, que todos sabiam a diferença entre requisição e destacamento. Poderiam discutir a questão da aplicação sobre se ser um ano ou três, naturalmente sob o Estatuto da Função Pública. Agora, havia uma coisa que poderiam clarificar em termos de Estatutos: é que não sendo a mesma coisa o regime de requisição e o regime de destacamento, seria útil para a clarificação do processo que apenas fosse permitido o regime do destacamento. É que no regime de destacamento a Câmara suportava os custos e em regime de requisição suportava quem requisitava. -----

----- Estas, disse a terminar, eram duas questões que se a Câmara as aceitasse seriam com certeza uma mais-valia e todos estariam, efectivamente, a defender os interesses dos trabalhadores. -----

----- **A Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva (PSD)**, novamente no uso da palavra, disse que estranhava a intervenção do Deputado Municipal Abílio Martins na medida em que é, presentemente, o Vice-Presidente da Caixa de Previdência dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, porque mesmo sendo que legal e formalmente se pudessem ter dúvidas, eticamente era pouco recomendável que viesse

agora fazer a apologia que fez. Daí que não fosse de estranhar a parte da intervenção em que se referiu ao artigo 62º, alínea c). -----

----- **O Deputado Municipal Abílio Martins (PCP)**, novamente no uso da palavra, disse que a ética via-se nos princípios e na postura. Não se via nas palavras ocas e sem sentido! -----

----- Disse que, enquanto membro da Assembleia, tinha o legítimo direito de questionar a Câmara sobre todas as matérias que se discutissem no Plenário. -----

----- Por outro lado, enquanto eleito pelos trabalhadores, ainda antes de ter sido eleito para a Assembleia Municipal, ninguém tinha rigorosamente nada que intervisse ali sobre esta matéria. Portanto, não se podiam confundir os termos nem pôr em causa a dignidade e a ética de um Deputado Municipal. -----

----- E, mais do que isso, em nenhuma dessas questões estava a contrariar as funções que tinha, mas antes a complementá-las. Pelo facto de ser eleito na Assembleia Municipal não lhe era negado o direito ser eleito noutras instituições, fossem elas de que natureza fossem. Não estava a defender interesses particulares da instituição mas sim a defender os futuros Estatutos dos Serviços Sociais, que era uma organização que ainda não existia. -----

----- Portanto, não estava a defender interesses da Caixa de Previdência. Se estivesse a fazê-lo, eticamente poderia ser posto em causa, como também não estava a defender os seus interesses particulares, como outros, eventualmente, poderiam estar. -----

----- **O Deputado Municipal Pedro Portugal (PSD)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que foi trazido ali ao conhecimento do Plenário o exercício de umas determinadas funções, o que o levava a questionar o orador anterior se se sentia, ou não, impedido de participar na votação da proposta, à semelhança de outros. Aliás, um seu companheiro do PSD fez essa declaração de impedimento por ser funcionário do Município. É que o problema não era tanto a defesa dos interesses mas o exercício de funções que poderia colidir no momento da votação da proposta. ---

----- Portanto, não punha a questão ética mas apenas se se sentia, ou não, impedido de participar na votação desta proposta. -----

----- **O Deputado Municipal Abílio Martins (PCP)**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que por uma questão de princípio não iria participar na votação. Mas se era certo que não iria participar na votação, tal não o impedia que participasse na discussão. -----

----- Depois, disse que ouviu na Comissão que para terem capacidade para gerirem futuramente os Serviços Sociais, iria ser dado um curso de formação a muitos elementos dos actuais serviços dos recursos humanos da Câmara e do Gabinete do Sr. Vereador, pelo que perguntava porquê essa formação antecipada de alguns elementos do Gabinete do Sr. Vereador em relação a uma eventual criação dos Serviços Sociais.

----- **O Senhor Presidente** fez o ponto da situação dizendo que ficava claro que o Deputado Municipal Abílio Martins não participaria na votação da proposta 182/2003.

----- **O Deputado Municipal Dias Baptista (PS)**, novamente no uso da palavra, começou por dizer que estavam a tratar de uma matéria tão importante para os trabalhadores da Câmara, que merecia a pena, para mais agora que a reunião estava já

tão longa, que houvesse alguma serenidade para que todos não perdessem de vista aquilo que era mais importante, e o que era mais importante era fazer aprovar a proposta. -----

----- No que respeita às posições éticas de cada um, disse que ninguém podia ser juiz daquilo que era a consciência individual, mas, falando por si, se estivesse no lugar do Deputado Municipal Abílio Martins não participaria na discussão da proposta. Não era apenas não votar, porque quem se considerava impedido para votar considerava-se impedido para participar. Mas isso era com cada um, pessoalmente teria procedido assim! -----

----- Respondendo à pergunta que lhe foi posta pelo Deputado Municipal Athayde Carvalhosa, disse que a formulação da proposta poderia não ser a mais feliz, mas havia uma coisa que queria clarificar: não havia ali nenhum intuito de adiar, ou seja, não havia ali nenhuma manobra dilatória, não se pretendia fazer qualquer tipo de delongas porque queriam que a proposta fosse aprovada hoje. -----

----- O que pretendiam era que ficasse perfeitamente claro que no caso de não vir a ser aprovada, obviamente que a instalação não cessava, o que queria dizer que não chegava a entrar no regime e, naturalmente, o processo teria que voltar atrás. -----

----- Propostas apresentadas ao longo do debate: -----

----- **Proposta de Aditamento à Proposta 182/2003** -----

----- “Considerando que a presente Proposta visa instituir um novo sistema de protecção social dos trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa que merece a nossa concordância, importa por isso, encontrar as melhores formulações que permitam um eficaz funcionamento dos serviços sociais, sem com isso prejudicar o normal funcionamento da actividade municipal. -----

----- Considerando que a Proposta não apresenta um estudo económico que nos assegure a viabilidade e sustentação dos respectivos encargos que o Município vai assumir, nos termos do artigo 53º dos Estatutos. -----

----- Considerando que a Assembleia Municipal deve ter a certeza de que a aprovação da criação dos Serviços Sociais não representará um encargo demasiado oneroso para a normal actividade da CML, e que não representará um encargo para os municípios, o que só será demonstrado com a elaboração de um estudo de viabilidade económico-financeiro. -----

----- Nestes termos a Assembleia Municipal de Lisboa, delibera aprovar a seguinte Proposta de Aditamento: -----

----- Artigo 62º -----

----- 1) -----

----- 2) -----

-----3) A comissão instaladora deve proceder à elaboração de um estudo de viabilidade económico-financeiro, no prazo definido no número anterior, a ser submetido à aprovação da CML e da AML, sem o que não cessa o regime de instalação. -----

----- 4) anterior 3).” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Dias Baptista e Rosa do Egipto, do PS) --

----- **Proposta de Alterações à Proposta 182/2003** -----

----- “A criação de serviços sociais, que a CML pretende que apenas sejam dirigidos aos trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, deixariam de fora um conjunto de trabalhadores que não estando dependentes da CML, pela sua relação, população/CML merece no meu entender que os Vereadores municipais Deputados da Assembleia Municipal, os possam considerar como parte integrante dos Serviços Sociais, que devem chamar-se “Sociais dos Trabalhadores do Município de Lisboa”. --
----- Desta forma, os trabalhadores das Juntas de Freguesia e de empresas municipais, que não têm qualquer hipótese de criar os seus próprios serviços sociais, deveriam ser recompensados pelo serviço que prestam aos munícipes de Lisboa.
----- Ainda estamos tempo! ... basta para isso que a CML se disponibilize, de forma a alterar os Estatutos. -----

----- Capítulo II -----

----- Dos Associados, Beneficiários e Utilizadores -----

----- Secção I -----

----- Tipos e Vínculo -----

----- Art.º 12º -----

----- (Âmbito Pessoal) -----

----- 1º) – São associados dos Serviços Sociais do Município de Lisboa (Câmara Municipal de Lisboa) respeitando-se a alínea a) e todos os artigos em referência. -----
----- Acrescentar ponto 3): os trabalhadores das empresas municipais e das Juntas de Freguesia. -----

----- Secção II -----

----- Art.º 45º -----

----- Direitos Especiais da Câmara Municipal de Lisboa -----

----- 2) onde se lê “convocar” deve ler-se “solicitar reuniões” -----

----- Art.º 49º -----

----- Alínea c) deve ler-se em regime de destacamento pelo período de três anos renováveis. -----

----- Art.º 50º -----

----- Afectação do pessoal dos infantários e refeitórios municipais -----

----- Parágrafo da penúltima linha deve ler-se “aquele destacado pelo período de três anos sucessivamente renováveis”. -----

----- Art.º 51º -----

----- Alínea a) nova redacção: -----

----- “Estejam ao serviço da Caixa de Previdência a qualquer título, desde que desempenham comprovadamente funções permanentes de serviço. -----

----- Ponto 5), segunda linha: -----

----- “dos serviços há mais de um ano, devem ser integrados nos quadros da CML”. ---

----- Art.º 53º -----

----- (cobertura do défice) -----

----- Primeira linha a seguir a gerência, incluir: -----

----- Deve ser a Câmara Municipal em último caso e não accionado o fundo de garantia. -----

----- Art.º 54º -----

----- (fundos) -----

----- No ponto 3 deve acrescentar-se “O Conselho de Administração” -----

----- Art.º 62º -----

----- Alínea c) nova redacção, dois. -----
----- Anular a alínea d)” -----
----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Joaquim Cunha, do PCP) -----
----- **Proposta de alteração à Proposta 182/2003** -----
----- artigo 33º -----
----- (composição) -----
----- “1. O Conselho de Administração é constituído por um presidente, um vice-
presidente e três vogais sendo um desses tesoureiro, eleitos ou nomeados por um
período de quatro anos. -----
----- 2. O presidente e um vogal do Conselho de Administração são nomeados pelo
Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. -----
----- 3. O vice-presidente e dois vogais são eleitos pela Assembleia-Geral dos Serviços
Sociais da Câmara Municipal de Lisboa. -----
----- 4. -----
----- 5. -----
----- artigo 57º -----
----- (processo disciplinar) -----
----- 8. Os mandatos para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal serão
atribuídos em consequência do acto eleitoral à lista vencedora.” -----
----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Dias Baptista, do PS) -----
----- **O Senhor Presidente**, terminadas as intervenções, disse que se ia passar à
votação das propostas, começando-se pela 182/2003 com o acrescento de um ponto 3
ao artigo 12º, conforme proposta apresentada pelo PCP e que foi aceite pela Câmara,
incluindo-se também nesta votação a proposta do PS referente ao aditamento de um
ponto 3 ao artigo 62º, que igualmente foi aceite pela Câmara, uma e outra nos precisos
termos atrás transcritos. -----
----- Seguidamente, conforme referido, submeteu à votação a proposta 182/2003, com
as referidas alterações introduzidas, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por
unanimidade. -----
----- Também por unanimidade a Assembleia aprovou, em minuta, a parte da acta
referente à deliberação acabada de tomar. -----
----- Depois, iniciou-se o processo de votação da proposta apresentada pelo PCP,
ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----
----- Rejeitar, por maioria, a proposta de alteração ao n.º 1) do artigo 12º, com votos
contra do PSD, PS, CDS-PP e PPM e votos favoráveis do PCP, PEV e BE. -----
----- Rejeitar, por maioria, a alteração proposta para o artigo 45º, com votos contra do
PSD, PS, CDS-PP e PPM e votos favoráveis do PCP e PEV, e a abstenção do BE. -----
----- Rejeitar, por maioria, a alteração proposta para o artigo 49º, com votos contra do
PSD, PS, CDS-PP e PPM, e votos favoráveis do PCP, PEV e BE. -----
----- Rejeitar, por maioria a alteração proposta para o artigo 50º, com votos contra do
PSD, PS, CDS-PP e PPM e votos favoráveis do PCP, PEV e BE. -----
----- Rejeitar, por maioria, a primeira alteração proposta para o artigo 51º, com votos
contra do PSD, PS, CDS-PP e PPM, e votos favoráveis do PCP, PEV e BE. -----
----- Rejeitar, por maioria, a segunda alteração proposta para o artigo 51º, com votos
contra do PSD, PS, CDS-PP e PPM, e votos favoráveis do PCP, PEV e BE. -----
----- Rejeitar, por maioria, a alteração proposta para o artigo 53º, com votos contra do
PSD, PS, CDS-PP e PPM, e votos favoráveis do PCP, PEV e BE. -----
----- Rejeitar, por maioria, a alteração proposta para o artigo 54º, com votos contra do
PSD, PS, CDS-PP e PPM, e votos favoráveis do PCP, PEV e BE. -----

----- Aprovar, por maioria as alterações propostas para o artigo 62º (nova redacção para a alínea c) no sentido de passar a dois representantes) com votos favoráveis do PCP, PS, PEV e BE, e votos contra PSD, CDS-PP e PPM. -----

----- Por fim, submeteu à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista relativamente aos artigos 33º e 57º, tendo a Assembleia deliberado rejeitá-la, por maioria, com votos contra do PSD, PCP, CDS-PP, PPM e BE, votos favoráveis do PS e a abstenção do PEV. -----

----- Terminadas as votações, o **Senhor Presidente** deu por encerrada a reunião informando que a Sessão prosseguira, em terceira reunião, no próximo dia 30 de Setembro, pelas 15 horas. -----

----- Eram 21 horas. -----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com a Segunda Secretária, _____ . -

----- O PRESIDENTE -----